

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS (CCSH)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (DCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
(PPGCS)

Laura Perin Lucca

**MEMÓRIA E CONFLITOS: UM ESTUDO DAS CONTRADIÇÕES NA EDIFICAÇÃO
DO PASSADO SANTO-ANGELENSE**

Santa Maria, RS
2023

Laura Perin Lucca

**MEMÓRIA E CONFLITOS: UM ESTUDO DAS CONTRADIÇÕES NA EDIFICAÇÃO
DO PASSADO SANTO-ANGELENSE**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) – Campus Camobi, como requisito para obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Professora Dra. Laura Senna Ferreira

Santa Maria, RS
2023

Lucca, Laura

MEMÓRIA E CONFLITOS: UM ESTUDO DAS CONTRADIÇÕES NA
EDIFICAÇÃO DO PASSADO SANTO-ANGELENSE / Laura Lucca.-
2023.

163 p.; 30 cm

Orientadora: Laura Senna Ferreira

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2023

1. memória 2. conflitos 3. patrimônio histórico-cultural
edificado 4. desenvolvimento I. Senna Ferreira, Laura
II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, LAURA LUCCA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Laura Perin Lucca

**MEMÓRIA E CONFLITOS: UM ESTUDO DAS CONTRADIÇÕES NA EDIFICAÇÃO
DO PASSADO SANTO-ANGELENSE**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) – Campus Camobi, como requisito para obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Aprovado em 15 de dezembro de 2023:

Professora Dra. Laura Senna Ferreira

(Presidente/Orientador)

Professora Dra. Mari Cleise Sandalowski

(UFSM - PPGCS)

Professora Dra. Letícia de Faria Ferreira

(Unipampa)

Santa Maria, RS
2023

*“Moritvri Mortivis”*¹

A todos aqueles que já se foram, mas cuja memória é eterna dentro de mim. Até breve.

¹ Tradução livre: “*dos que estão morrendo aos que já morreram*”; frase inscrita no cemitério de Belo Horizonte -MG pelos construtores de túmulos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que colaboraram direta ou indiretamente com esta pesquisa, em especial à:

Minha orientadora Professora Dra. Laura Senna Ferreira que me acolheu e orientou em meio a tantas dúvidas e percalços. Agradeço a confiança, paciência, aconselhamentos, disponibilidade e incentivo que se traduziram na concretização deste trabalho.

As Professoras e Professores da banca avaliadora, pelas valiosas contribuições dispendidas à esta pesquisa.

Aos demais Professores e Técnicos do Departamento de Ciências Sociais – UFSM pelos ensinamentos e auxílio ao longo desta jornada.

Aos excelentes profissionais de minha terra natal, cujas pesquisas inspiraram e possibilitaram este trabalho.

Aos meus conterrâneos que sempre compartilharam comigo suas histórias e memórias.

Por fim, gostaria de agradecer ainda, aos meus amados, Andressa, Kauê e Aline, por fazerem deste percurso mais leve e divertido. Às minhas queridas amigas, Alessandra e Caroline, que há muito tempo estão do meu lado independente da dimensão dos novos desafios e que sempre se fazem presentes, mesmo quando distantes. Ao meu amor, Túlio, por toda ajuda, companheirismo e carinho dedicados a mim, mas também pela escuta atenta e contribuições valiosas sem as quais esta pesquisa não seria possível. E por fim a minha irmã, amiga e o melhor presente que a vida me deu, Luísa, por tudo até aqui e por tudo que ainda está por vir, obrigada.

“Vivemos plenamente a época dos signos, após havermos vivido o tempo dos deuses, o tempo do corpo e o tempo das máquinas. Os símbolos baralham porque tomam o lugar das coisas verdadeiras.”

Milton Santos

RESUMO

MEMÓRIA E CONFLITOS: UM ESTUDO DAS CONTRADIÇÕES NA EDIFICAÇÃO DO PASSADO SANTO-ANGELENSE

AUTORA: Laura Perin Lucca
ORIENTADORA: Profa. Dra. Laura Senna Ferreira

Que a memória e os princípios legais se digladiam no campo da patrimonialização, fica nítido pela observação fugaz da cena patrimonial de qualquer localidade. Mas, se o patrimônio histórico edificado é, como reivindicam os autos legais, qualquer edificação classificada como de importância significativa por algum braço do Estado; se é assim, por quê um município como Santo Ângelo/RS (Brasil), que possui afirmações legislativas em todos os níveis patrimoniais – local, estadual, nacional e internacional- têm dificuldades em garantir a preservação de bens tombados? O que torna um bem memorável, porque e para quem? A fim de compreender as contradições da cena patrimonial, as disputas pela memória organizada e pela identidade missioneira, proponho um estudo documental, das querelas patrimoniais no município de Santo Ângelo. Isto, porque o local é ideal para essa pesquisa, seu porte médio facilita a identificação dos conflitos entre a história da vida narrada e a memória específica fruto do trabalho de enquadramento da memória empenhado em razão do reconhecimento da localidade enquanto patrimônio pelas autoridades. Aqui questiono, o que possibilita a compreensão da legitimidade das afirmações legislativas patrimoniais na prática? Se e por quem essas nomeações são reconhecidas? De quem são interesse? Há sem dúvida uma racionalidade latente que orienta as disputas públicas dos agentes contrários ou favoráveis a patrimonialização, é propósito desta pesquisa identificar as raízes destas contradições e por conseguinte das disputas pelo que deve ser considerado memorável ou não no município.

Palavras-chave: memória, conflitos, patrimônio histórico-cultural edificado, desenvolvimento.

ABSTRACT

MEMORY AND CONFLICTS: AN ESSAY OF CONTRADICTIONS IN THE EDIFICATION OF THE SANTO ANGELENSE'S PAST

AUTHOR: Laura Perin Lucca
ADVISOR: PhD Laura Senna Ferreira

That memory and legal principles clash in the field of heritage is clear even from a inattentive observation of the heritage scene in any locality. But, if the built historical heritage is, as the legal documents claims, any building classified as of significant importance by some arm of the State, if this is so, why does a county like Santo Ângelo/RS (Brazil), which has legislative statements at all heritage levels – local, state, national and international – have difficulties in guaranteeing the preservation of listed protected cultural properties? What makes something memorable, why and for whom? In order to understand the contradictions of the heritage scene, the disputes over organized memory and identity from Missões, I propose a documentary study of heritage disputes in the county of Santo Ângelo. This is because the location is ideal for this research, its medium size facilitates the identification of conflicts between the narrated life story and the specific memory resulting from the memory framing work undertaken due to the recognition of the location as heritage by the authorities. Here I ask, what makes it possible to understand the legitimacy of legislative heritage statements in practice? If and by whom are these appointments recognized? Whose interest, are they? There is undoubtedly a latent rationality that guides the public disputes between agents against or in favor of patrimonialization. It is the purpose of this research to identify the roots of these contradictions and therefore the disputes over what should or shouldn't be considered memorable in the county.

Keywords: memory, conflict, Built Historical and Cultural Heritage, development.

RÉSUMÉ

MÉMOIRE ET CONFLITS: ÉTUDE DES CONTRADICTIONS DANS LA CONSTRUCTION DU PASSÉ DE SANTO ANGELO

AUTEUR: Laura Perin Lucca

CONSEILLER: Pr. Dr Laura Senna Ferreira

Que la mémoire et les principes juridiques s'affrontent dans le domaine du patrimoine ressortent clairement d'une observation fugace de la scène patrimoniale dans n'importe quelle localité. Mais si le patrimoine historique bâti est, comme le prétendent les documents juridiques, tout bâtiment classé d'importance significative par une branche de l'État ; Si tel est le cas, pourquoi une municipalité comme Santo Ângelo/RS (Brésil), qui dispose de déclarations législatives à tous les niveaux du patrimoine – local, étatique, national et international – a-t-elle des difficultés à garantir la préservation des biens classés ? Qu'est-ce qui rend un bien mémorable, pourquoi et pour qui ? Afin de comprendre les contradictions de la scène patrimoniale, les conflits sur la mémoire organisée et l'identité missionnaire, je propose une étude documentaire des conflits patrimoniaux dans la municipalité de Santo Ângelo. En effet, le lieu est idéal pour cette recherche, sa taille moyenne facilite l'identification des conflits entre le récit de vie raconté et la mémoire spécifique le fruit du travail de cadrage mémoriel entrepris en raison de la reconnaissance du lieu comme patrimoine par les autorités. Ici, je demande : qu'est-ce qui permet de comprendre la légitimité des déclarations législatives sur le patrimoine dans la pratique ? Si et par qui ces nominations sont-elles reconnues ? À qui s'adressent-ils ? Il existe sans aucun doute une rationalité latente qui guide les disputes publiques entre agents contre ou en faveur de la patrimonialisation. Le but de cette recherche est d'identifier les racines de ces contradictions et donc les disputes sur ce qui doit être considéré comme mémorable ou pas dans la commune.

Mots-clés : mémoire, conflits, patrimoine historique et culturel bâti, développement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeiras Reduções Edificadas na Região do Atual Município de Santo Ângelo.....	42
Figura 2 - Missões Fundadas no Primeiro Ciclo.....	43
Figura 3 - Fundação dos Sete Povos das Missões.....	45
Figura 4 - Planejamento Urbano da Redução Jesuíta de Sant’angel Custódio. Extraído do “Plano del Pueblo De Santo Angel de Las Misiones Guaranis” (Cabrer, 1784).....	46
Figura 5- São Ignácio Guaçú, Primeira Redução Espanhola em Território Latino, fundada por volta de 1609 como Marco Civilizatório de Povoamento e Catequização na Bacia Platina, Evangelização que viria a se expandir aos Tapes na segunda onda de Missões Jesuítas da qual Sant’angel fez parte.....	47
Figura 6 - Mapa da Divisa cujas posses as Coroas pretendem tomar em 1752.....	51
Figura 7 - Praça Central, ao Fundo a Segunda Cathedral edificada sob escombros da Primeira, 1900.....	58
Figura 8 - Desenho das Ruínas da Cathedral Original de Sant’angel Custódio, de Carlos Pettermann, realizado em 1860.....	58
Figura 9 - Esquema de Sobreposição do Traçado Urbano do Século XX versus o Projeto da Antiga Redução Jesuitico-Guarani.....	66
Figura 10- Modelo Urbano Hispano-Americano. Planta de Santo Ângelo (Brasil). 1980.....	67
Figura 11- Modelo Urbano Hispano-American. Plan de la Ciudad de Guadalajara Capital del Reyno de Nueva Galicia (México).1800.....	67
Figura 12 - Alterações Limítrofes do Município de Santo Ângelo em 1990.....	72
Figura 13 - Brasão de Santo Ângelo Explicado em Postagem do Instagram da Secretaria de Cultura do Município.....	76
Figura 14 - Cine Theatro Municipal.....	79
Figura 15 - Edificação Construída em Lugar do Cine Theatro Municipal.....	79
Figura 16 - Ruínas da Primeira Igreja.....	80
Figura 17 - Segunda Igreja.....	80
Figura 18 - Catedral Ruínas de São Miguel. (Missão Séc. XVI).....	81
Figura 19 - Catedral Angelopolitana	81
Figura 20 – Ruínas de São João Batista.....	81
Figura 21 - Palestra de Prestes em Santo Ângelo, 1984.....	83

Figura 22 – Hospital Gatz, Rua dos Andradas Esquina com a Rua Marques Do Herval.....	87
Figura 23- Antiga Casa Do Dr. Gatz, Rua Antunes Ribas Esquina com a Rua dos Andradas.....	87
Figura 24 - Capela Verzeri.....	94
Figura 25 - Capela Verzeri, Pintura.....	94
Figura 26 - Sobrado da Florêncio de Abreu.....	97
Figura 27 - Sobrado da Florêncio de Abreu, 2011.....	97
Figura 28 - Sobrado da Florêncio de Abreu, 2012.....	98
Figura 29 - Terreno onde ficava o Antigo Sobrado.....	98
Figura 30 – Cartaz colocado com dizeres: “Tombamento Sem Lei: Aqui jaz o futuro de Santo Ângelo”. 2013.....	104
Figura 31 - Proprietários Com 116 Cruzes Pretas em Frente a Antiga Prefeitura Municipal. 2013.....	104
Figura 32 - Proprietário Apontando para Cartaz com dizeres "Esta Terra Tem Dono, Minha Casa Tem Dono.".....	105
Figura 33 - Mapa de Localização dos 65 Imóveis Inventariados.....	120
Figura 34- Gráfico, Situação Atual dos Imóveis.....	122
Figura 35 – Gráfico, Situação Prévia dos Imóveis.....	122
Figura 36 – Gráfico de Barras Acumuladas, Tipos de Perdas de Imóveis por Período.....	123
Figura 37 – Incêndio, Hotel do Comércio.....	124
Figura 38 - Hotel do Comércio.....	124
Figura 39 – Incêndio, Hotel do Comércio.....	125
Figura 40 - Terreno do Antigo Hotel do Comércio.....	125
Figura 41 - Hotel Brasil,2016.....	126
Figura 42– Hotel Brasil.....	126
Figura 43 - Incêndio, Hotel Brasil.....	127
Figura 44 - Terreno Antigo Hotel Brasil.....	127
Figura 45 - Terreno da Antiga Residência Ditz.....	128
Figura 46 - Antiga Residência Ditz.....	128
Figura 47 - Edifício Rodeio das Pilchas.....	129
Figura 48 - Terreno, Antigo Edifício Rodeio das Pilchas.....	129
Figura 49 - Terreno Antiga Casa Franke-Bier.....	129

Figura 50 – Casa Franke-Bier, Década de 2010.....	129
Figura 51 - Casa Franke-Bier, Década de 1930.....	129
Figura 52 – Casa Franke-Bier, Década de 1980.....	129

LISTA DE QUADROS:

Quadro 1 – Graus de Preservação de edificações segundo Lei nº
151/2015.....119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1- TEORIAS DA MEMÓRIA.....	26
1.1 HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	35
CAPÍTULO 2 - MEMÓRIA E CONFLITOS NO PAGO MISSIONEIRO.....	39
2.1 COLONIZAÇÃO ESPANHOLA - SÉCULOS XVI E XVII.....	41
2.1.1. Primeiro Ciclo (1609-1682).....	41
2.1.2. Segundo Ciclo (1682-1756).....	44
2.2 COLONIZAÇÃO PORTUGUESA - SÉCULOS XVIII E IX.....	50
2.3 A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO - SÉCULOS XIX E XX.....	54
2.4 SANTO ÂNGELO E A RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MISSIONEIRA.....	67
CAPÍTULO 3 – MEMÓRIA EDIFICADA E AS DISPUTAS POR MODELOS DE DESENVOLVIMENTO PARA A CIDADE.....	75
3.1 CAMPEANDO RECUERDOS.....	80
3.1.1. Prestes e a Memória da Coluna Prestes.....	81
3.1.2. Recuerdos.....	85
3.1.3. Entrevero.....	89
3.2 GUASCAS E AS PELEIAS.....	95
3.2.1. Os Esquecidos Ma'endu'a.....	110
3.2.3. Apeando no Presente.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
Anexo A – Levantamento De Imóveis De Interesse Patrimonial Baseado em Revisão Bibliográfica.....	144
Anexo B – Imóveis Tombados – Estado De Conservação Incongruente Com Sua Categoria.....	153
Anexo C – Imóveis GP1 – Estado De Conservação Incongruente Com Sua Categoria.....	154
Anexo D – Imóveis GP2 – Estado De Conservação Incongruente Com Sua Categoria.....	155
Anexo E – Imóveis GP3 – Estado De Conservação Incongruente Com Sua Categoria.....	158

Anexo F – Imóveis Que Só Tiveram Levantamento Realizado – Estado De Conservação.....	159
--	-----

INTRODUÇÃO

O que torna uma edificação memorável, digna de memória, proteção e tutela? De onde vem esse valor? O patrimônio edificado em seu tombamento requer um processo de patrimonialização que precisa que alguém identifique e declare o bem como digno ou indigno de preservação. Mas, quem são essas pessoas que possuem o poder de classificar, de elevar um conjunto qualquer de tijolos, pedras, argamassa, esquadrias a posição de bem tombado e, assim produzir sua valorização? Onde reside aquilo que lhes confere o poder de declarar que aquele prédio se distingue dos demais de tal forma que por todas instâncias sua memória constitui um valor absoluto? Será suficiente o reconhecimento legal do Estado para que este outro valor de uma dada edificação seja socialmente reconhecido? Ou será que os consensos envolvidos nos processos de patrimonialização incluem também contradições? Como dar conta das disputas e conflitos em torno do patrimônio edificado sem cair na armadilha da condenação moral para com aqueles que são contrários a esses processos? Como compreender as relações sociais que forjam essas contradições?

O fenômeno de patrimonialização, ou em outras palavras, essa sacralização de um bem, a partir do qual ele passa a se distinguir dos demais, transforma o ordinário em excepcional. Porém, ainda que o valor simbólico de uma edificação ou sítio possa ser postulado por qualquer cidadão ou organização (governamental ou não), a nomeação segue dependente da aprovação dos técnicos especializados do Estado – municipais, estaduais, nacionais ou internacionais – que devem reconhecer este valor supra econômico do bem postulado para que este seja efetivamente tombado. Assim, depende a patrimonialização da reprodução de consciência cotidiana do valor abstrato de determinado bem, mas principalmente da legitimação deste valor pelo Estado.

Portanto, os especialistas do patrimônio edificado se baseiam em critérios hierarquizados definidos dentro de sua própria área profissional e incorporados através do próprio processo de especialização (graduação e pós graduação) e reprodução destes, dialeticamente apreendem as práticas esperadas deles próprios enquanto agentes do Estado. Os especialistas legitimam-se enquanto aptos por serem cunhados para realizarem esta distinção cultural das práticas sociais de reprodução dos valores patrimoniais hegemônicos, simultaneamente legitimam a si mesmos enquanto especialistas por meio desta prática distintiva. Ao percorrer diversos processos institucionais e burocráticos, o patrimônio é legitimado por equipes interdisciplinares de especialistas que atuam em defesa da proteção de bens que consideram de alta estima, representações físicas da memória e da cultura da

humanidade, o fazem em nome de um suposto bem comum universal. Ao atuarem desta forma, os especialistas legitimam por sua vez, seu próprio saber e expertise, esculpindo um lugar de destaque para si mesmos dentro dos quadros sociais da cultura e reproduzindo as classificações hegemônicas destes de maneira concomitante.

Mas, será que esses valores criados e reproduzidos realmente representam valores universais? Será que esses valores são consenso absoluto dentro do quadro social a que pertencem os especialistas? Qual é a memória digna dessa sacralização? São critérios objetivos e irrefutáveis que definem o valor de patrimônio entre esses especialistas? São esses valores aceitos por toda a sociedade? Se não, para quem se resguarda essa memória e com que finalidade?

Nas últimas décadas pudemos observar a expansão dos esforços de registro e tombamento de bens culturais materiais e imateriais no Brasil (Tamazo, 2002). Porém, é observado simultaneamente um segundo fenômeno de força contrária que abrange diversas práticas: da revogação legalmente reconhecida do tombamento às práticas ilegais de reforma, abandono e depredação. Como resultado, podemos observar que as medidas preservacionistas porventura se comprovam inócuas ao propósito almejado (Favreto, 2015). Os exemplos são múltiplos, do incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro -RJ, as revogações das legislações protetivas como ocorrido em Porto Alegre – RS (Porto Alegre, 2017). Mas não precisamos ir tão longe, em Santa Maria -RS também podemos encontrar exemplos nos quais a afirmação legal parece ter dificuldade em preservar edificações, como no caso da perda da antiga casa Sotéia (Daronco, 2012), o abandono da Estação Férrea (Ceretta, 2018), o desabamento do telhado do Clube Caxeiral (Rebellato, 2018), entre outros exemplos que mostram até que ponto é questionado e discutido o valor do patrimônio considerado sagrado por seus estudiosos. Por último, assistimos também a um movimento global de derrubada de esculturas e monumentos públicos que questiona a consagração de figuras associadas à escravidão, o colonialismo, a violência do Estado, etc. (Corrêa, 2020).

O valor simbólico atribuído ao patrimônio não é universal e parece encontrar divergências, mesmo dentro do próprio campo dos especialistas. O patrimônio é objeto de controversas públicas entre agentes que vão demandar seu reconhecimento assim como de outros que vão pleitear direitos contrários. Como resultado, o passado apresenta-se como uma arena, um campo de conflitos entre forças e grupos que promovem a preservação de determinados bens e narrativas e outras que pleiteiam a sua destruição e esquecimento. O patrimônio edificado parece resultar assim das disputas materiais e simbólicas que edificaram a história da memória no contexto de diversas disputas no presente.

Busco aqui compreender em que medida os processos de patrimonialização de bens edificados no município de Santo Ângelo/RS, indicam conflitos e disputas técnicas/ políticas em torno das representações materiais de valores simbólicos de memória e identidade que legitimam, ora a memória, ora o esquecimento nos processos de tombamentos e revogações do patrimônio na cidade. Destaca-se que a cidade a partir de 1990 passou por evento marcante que reorganizou as perspectivas patrimoniais, explicitando contradições e suscitando discussões envolvendo as ideologias de progresso (Bosi, 1991), e por conseguinte, temas como turismo e empreendedorismo, de forma que se verifica uma nova ênfase do debate dos tombamentos na cidade de Santo Ângelo/RS.

Este tema e objeto se justificam pela amplitude, embora cada localidade sem dúvidas possua suas próprias particularidades, disputas pela memória são um fenômeno mundial recorrente e as políticas desenvolvidas para a salvaguarda do patrimônio edificado são ações que embora simbólicas tem impacto material objetivo, alteram o desenho urbano, a educação local, as relações econômicas e a identidade cultural das comunidades onde ocorrem. Ademais, parte significativa dos estudos sobre patrimônio edificado delimitam-se ao estudo das edificações tombadas como possuidoras de um valor que as distingue das demais -focam em medir, registrar e exaltar suas características memoráveis com a finalidade de garantir suas preservações. Dessa forma, a construção das querelas de memória como problema sociológico, enquanto parte intrínseca dos fenômenos de patrimonialização, isto é, que não parte de um valor absoluto essencial ao bem e que visa observar como esse valor outro – que não de troca ou venda - é constituído e disputado no campo da memória e da identidade social é uma abordagem inovadora.

A escolha do município de Santo Ângelo enquanto local de pesquisa justifica-se, pois, o mesmo possui tanto disputas antigas e lendárias quanto controversas recentes e ativas sobre o valor de memória da cidade, sua história, identidade e a importância de preservar ou não as suas edificações. A escolha desse município se dá em razão de uma série de questionamentos advindos de experiências pessoais como nativa de Santo Ângelo, mas, principalmente, das ambiguidades que encontrei nas práticas consagradas de preservação do patrimônio edificado no exercício de minha profissão (arquitetura e urbanismo). Ambiguidades essas que me fizeram questionar valores que eram tidos por mim como inquestionáveis e me aproximaram das ciências sociais em busca de compreender os processos de patrimonialização a partir das relações sociais que os perpassam. Tendo em vista os eventos controversos que surgem das tentativas de definição do que é patrimônio santo-angelense, proponho um estudo situado na cena patrimonial da referida cidade. O qual justifico, tendo em vista que a perspectiva da

proteção legal surge do mesmo processo impermanente que a regula e é resultado de uma luta constante não apenas de paixões humanas contra os valores formais, mas de princípios formais, uns contra os outros (Malinowski, 2003). Utilizando dos eventos históricos descritos nos capítulos subsequentes, considero fortuita a investigação em Santo Ângelo, por ser capaz de fornecer respostas sobre o processo pelo qual edificações se consolidam como patrimônio, como se tornam memoráveis e para quem; quais são as implicações legais, virtuais e reais dessas nomeações e quais são os efeitos dessa prática para os vários grupos que vivem as consequências das políticas públicas de memória.

A questão principal que esta pesquisa busca responder é: como se produz e reproduz o valor de memória que recai sobre o patrimônio edificado do município de Santo Ângelo? Visando com isso avançar na busca por respostas mais amplas a questões como: O que torna um edifício memorável? Quais são as categorias que distinguem um edifício memorável do que é digno de esquecimento? Quem as define? Para quem é memorável o bem tombado? É suficiente o tombamento para assegurar a memória de uma edificação? Como se preserva e para quem se preserva os bens tombados? Se a memória coletiva está sujeita a disputas, questionamentos, negociações e revogações, em nome de que estas ações pró e contra os tombamentos ocorrem? Questões gerais que perpassam pontos específicos, como compreender as contradições que perpassam o processo de tombamento dos bens considerados patrimônio em Santo Ângelo, as disputas pela memória organizada da cidade e pela identidade social missioneira.

Entendo aqui que a memória é um campo em disputa, assim, a memória edificada é disputada por diversos agentes; há racionalidade em suas ações favoráveis ou contrárias a patrimonialização dos bens edificados, e razões pelas quais estes entendem a memória edificada como problema público (Cefai, 2017) ao ponto de disputarem o memorável. Compreendo também que a memória e a identidade que orientam o tombamento de edificações são construções sociais estruturadas por uma história objetivada e pelo *habitus* (Bourdieu, 1989) dos sujeitos que a disputam, e, portanto, estão sujeitas a controversas e ambiguidade de seus quadros sociais (Halbwachs, 1990), sendo “a verdade” sobre as mesmas uma construção momentânea sujeita a alteração e novas disputas consecutivas.

Dessarte, é objetivo geral dessa pesquisa reconhecer os contraditórios quadros de memória que constituíram e disputaram o que hoje é entendido como o “patrimônio edificado” no município de Santo Ângelo e os impactos de suas ações sob os referidos bens. De modo que o trabalho empregado nesta tratou sobre a compreensão conceitual de memória, a identificação e locação histórica dos eventos que constituem os quadros de memória que

compõe as querelas patrimoniais no município, em especial tombamentos ou contestações da patrimonialização de bens edificados. Com base em pesquisa documental e em observação direta, o estudo investigou sobre a história do município, realizou curadoria de leis sobre tombamentos e de reportagens e publicações sobre bens edificados de interesse patrimonial localizados no município de Santo Ângelo. A partir da organização e sistematização dos dados obtidos para análise e classificação dos eventos identificados, apresentou os principais grupos atuantes nos eventos, seus relatos e posições na sociedade local, propondo um estudo comparativo das similaridades e diferenças entre a ação dos grupos nos referidos eventos por meio da análise documental - de leis, reportagens e produções científicas.

Por pesquisa documental compreende-se aqui o descrito por Cellard (2008). Isto significa que, por compreender que “*o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão social*” (Cellard, 2008, p.295), é por meio da análise documental que é favorecida “*a observação de processos de maturação ou evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como sua gênese até os nossos dias.*” (Cellard, 2008, p.295), especialmente em situações, como a desta pesquisa, cujo recorte longitudinal abrange um vasto lapso temporal. Assim, nesta modalidade de pesquisa, não só os documentos se tornam objeto de análise, mas seu contexto, autores, atores sociais em cena, sua verossimilhança, natureza e lógica interna também; bem como sua localização, representatividade e pertinência frente ao tema pesquisado.

Ainda em princípio, foi notado que um dos principais dilemas que se apresentam aos cientistas sociais no início de uma pesquisa parece ser identificar até que ponto é útil aos objetivos da referida pesquisa se aprofundar nas minúcias de um evento ou ampliar o número de eventos analisados de forma a ter uma visão mais ampla do fenômeno estudado. Tal dilema não escapou aos objetivos desta pesquisa sobre as querelas patrimoniais.

Ao pesquisar sobre a temática da patrimonialização, escolhendo um único sítio de pesquisa – neste caso, Santo Ângelo/RS – já foi feita uma opção que limita a amplitude da própria pesquisa sobre o fenômeno. Não fosse isso, uma possibilidade ampla seria comparar o fenômeno em diversas cidades consideradas históricas, por exemplo. Opção que, embora pudesse apresentar um quadro geral das movimentações de tombamentos, contestações, depredações e revogações, muito pouco responderia das dúvidas elencadas como objetivos específicos desta pesquisa.

Para responder as questões: O que torna uma edificação memorável? Quem tem o poder de declarar sagrado ou profano um bem material? Quem são os agentes envolvidos nas disputas patrimoniais? Qual o papel desempenhado por estes agentes nas disputas pela

definição do que é memorável? Quais interesses e valores interpelam os agentes de forma a afetar a categorização dos bens edificados como memorável ou não? Parece ser necessário descobrir se cada caso é um caso (Fonseca, 1999), ou seja, se as particularidades dos eventos são ou não distintas o bastante para que estes sejam incomparáveis entre si. Ou seja, únicos o bastante para que um estudo de caso aprofundado seja pertinente a cada um dos eventos. Ou similares o bastante para que possam ser explicados por dimensões auxiliadas pelo método comparativo (Sartori, 1999) e as generalizações sobre eles possam ser verificadas por meio desta ação.

Antes de decidir se cada caso era um caso (Fonseca, 1999), ou seja, por qual método os eventos ocorridos envolvendo bens patrimoniais edificados no município de Santo Ângelo-RS viriam a ser analisados, foi necessário saber quais eram esses eventos. De modo que o primeiro passo tomado foi pesquisar bibliograficamente eventos registrados em leis, decretos, inventários e pesquisas científicas (Anexo A). E posteriormente organizar os eventos agora conhecidos agrupando-os a partir de suas características.

Assim, se foi solucionando o dilema apresentando pela questão sociológica ao observar que o presente objeto requisitou um estudo qualitativo para compreender, por exemplo, o modo de perda do bem; se revogado ou sujeito ao abandono progressivo; se perdido por incêndio ou demolição. Foi apenas na comparação das trajetórias do tratamento dos bens referidos que se tornou possível verificar as similaridades e distinções, definir padrões de agência dos envolvidos e as ações que culminaram na avaria, perda ou revogação do bem.

Dada a sensibilidade jurídica e política do tema aos agentes envolvidos, verificou-se a necessidade de inserção no campo sociológico delimitado, ciente de que a aceitação e confiança na pesquisadora por parte dos agentes foi essencial a coleta de informações necessárias a esta pesquisa. Buscou-se assim, fugir das armadilhas metodológicas e éticas e reconhecer que diferentes dados em uma mesma pesquisa podem requerer técnicas distintas ou complementares para responder as mesmas questões. Logo, me utilizei de documentos legais, laudos, análises, reportagens e produções teóricas sobre o valor patrimonial das edificações de Santo Ângelo e de estudos de casos específicos que poderiam explicitar os diferentes agentes envolvidos no fenômeno, suas ações, interesses e suas narrativas.

É importante, também, destacar que este trabalho de campo tem perpassado, tanto pela minha proximidade com o município, quanto pelo meu existente vínculo com seus moradores. Isto justamente por ser recorrente de minha própria vivência a convivência com este meio como nascida e criada em Santa Ângelo, de modo que, a coleta empírica de

materiais sobre as disputas patrimoniais partiu desta pertença. De modo que, a pesquisa documental apareceu como solução final a um dos grandes dilemas éticos que se apresentaram nesta pesquisa, eliminando da coleta de dados a eventualidade da influência da presença ou intervenção exercida pelo pesquisador, afinal no documento *“a informação, aqui, circula em sentido único; pois, embora tagarela, o documento permanece surdo, e o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares”* (Cellard, 2008, p.295-296). Mas também contornando riscos latentes de dano jurídico ou sociais ocasionais aos colaboradores desta pesquisa.

Ciente de minha proximidade com o campo pesquisado e a fim de romper com o senso comum e construir a questão proposta enquanto um objeto científico partir do proposto por Bourdieu (1898, p.36): *“um dos instrumentos mais poderosos da ruptura é a história social dos problemas, dos objectos e dos instrumentos de pensamento, quer dizer, do trabalho social de construção de instrumentos de construção da realidade social...”*. Propus, neste trabalho, portanto, um breve percurso histórico, dado que *“a localização plena de um facto no espaço não é possível, a menos que ela seja acompanhada da sua localização no tempo.”* (Elias; Scotson, 1994, p.3). Assim, por meio da sociologia histórica e munida da sistematização cronológica dos eventos patrimoniais documentados ocorridos no município, visei compreender como a chamada ‘Identidade Missioneira’ se constituiu neste objeto oscilante e contraditório, que apresenta valores heterogêneos, fazendo da memória e identidade santo-angelense diversas vezes performativa, maleada, trabalhada e retrabalhada a depender do agente, período e situação (Marchi, 2018b).

Assim, de maneira a afastar a pesquisa de um empirismo fez-se necessário, frente ao acima exposto que os valores axiológicos que perpassam essa pesquisa fiquem cristalinos desde o princípio. Veja bem, um dos principais desafios éticos que se desenharam durante a etapa de projeto foi que ocultar o nome da localidade implicaria em ocultar também sua história o que impossibilitaria a pesquisa nos moldes do aqui proposto. Como conhecer a construção das disputas patrimoniais sem elucidar a construção da memória, história e identidade dessa localidade? As particularidades históricas que identificam o município são parte intrínseca do campo disputado de sua memória. Assim, para garantir dados imprescindíveis como o nome da cidade e sua história, acabei por suprimir a utilização de relatos diretos ou entrevistas, entendendo o conteúdo sensível e controverso do observado em campo como um limite ético que não deveria ultrapassar afim de preservar os agentes e sua integridade jurídico-social. Nesse mesmo sentido ainda, ciente da facilidade de identificação dos agentes do campo, dada região interiorana, utilizei-me dos termos “especialistas” e

“populares” para diferenciar estudiosos do campo patrimonial dos demais cidadãos engajados nas disputas, fiz o mesmo com o termo “agente do Estado” para indicar membros agentes atuantes do funcionalismo público.

De modo a proporcionar ao leitor ciência da posição dupla que ocupo, além de no momento ser pesquisadora do campo patrimonial, eu sou arquiteta e urbanista, escrevo e participo de movimentos sociais e culturais em defesa da memória e patrimônio edificado e já trabalhei como técnica para o poder executivo municipal do referido município, entre 2016 e 2019. Tendo demonstrado a minha trajetória nos quadros sociais de memória local, friso que minha posição interpela meu interesse pelas disputas pela memória social e que tendem a atravessar axiologicamente a minha pesquisa por mais rigorosa que ela tenha sido. Ocupei então um espaço dúplice de nativa e pesquisadora que exigiu de mim a construção meticulosa de um afastamento entre minhas convicções pessoais e minhas análises nesta pesquisa. Ao mesmo tempo que dependi da referida proximidade com os agentes e grupos e reconhecida pertença a estes para negociar as informações úteis a pesquisa que desenvolvi aqui.

Enfatizo que apesar disso, grande parte dos eventos que serão abertos nos capítulos seguintes não me atravessam diretamente, dado que quase todos ocorreram antes de minha formação profissional e alguns até mesmo antes de meu nascimento. Ainda assim, entendendo que a memória coletiva não exige a presença física ou implicação direta em um evento e que pode ser alterada pelos depoimentos dos grupos com os quais me relaciono. De forma que, ao me expor a mesma categorização que expus os demais agentes, objetivei o esclarecimento do leitor a respeito de meu próprio pertencimento, deixando aos leitores espaço para julgar possíveis distorções e lacunas de minha análise das querelas patrimoniais a partir da exposição objetiva dos dados.

Por fim, apresento a pesquisa em sua síntese final, onde está contemplado no capítulo primeiro maiores explicações metodológicas e a definição teórica da compreensão conceitual de memória que foi utilizada para a prática desta pesquisa. No capítulo segundo a identificação e locação histórica dos eventos e agentes que constituem os quadros de memória que compõe as querelas patrimoniais no município. No capítulo terceiro o aprofundamento do debate sobre a construção da memória edificada da região em suas implicações histórico-sociais, questões sobre as disputas pelo território urbano e desenvolvimento da cidade, bem como a organização e sistematização dos dados obtidos, analisados e classificados. Restando as considerações finais a sistematização das conclusões obtidas, limitações encontradas e lacunas que poderão vir a ser exploradas em novas pesquisas.

CAPÍTULO 1- TEORIAS DA MEMÓRIA

Ao tentarmos compreender o campo da memória no estudo científico das relações humanas frequentemente enquanto pesquisadores nos defrontamos com duas dúvidas principais: 1. Conceituar o que é memória e; 2. Como compreender o impacto da memória nas relações presentes. Ao falarmos sobre memória fora do campo da ciência, todos compreendemos mais ou menos do que falamos, porém ao tentar conceituá-la vemos uma multiplicidade de interpretações. No senso comum, memória é lembrar do que passou. Mas isso não basta para o desenvolvimento de uma análise científica, pois como apontado por Lemieux (2015, p.313), “*a formulação de um autêntico problema sociológico é uma operação tão crucial que todo edifício do texto sociológico depende dela.*”. Assim, para explicar a memória como a compreendo é preciso destacar que o conceito de memória é intrinsecamente ligado ao conceito de tempo, portanto é necessária uma digressão ontológica.

Foi Santo Agostinho (2004, p.120) que ao falar, séculos atrás, sobre o tempo, questionou: “*Que é, pois, o tempo?*”. E afirmou que:

se nada passasse, não haveria tempo passado; que se não houvesse os acontecimentos, não haveria tempo futuro; e que se nada existisse agora, não haveria tempo presente. Como então podem existir esses dois tempos, o passado e o futuro, se o passado já não existe e se o futuro ainda não chegou? Quanto ao presente, se continuasse sempre presente e não passasse ao pretérito, não seria tempo, mas eternidade. Portanto, se o presente, para ser tempo, deve tornar-se passado, como podemos afirmar que existe, se sua razão de ser é aquela pela qual deixará de existir? Por isso, o que nos permite afirmar que o tempo existe é a sua tendência para não existir.

Sendo assim, o tempo é definido não pelo presente, nem pelo passado ou pelo futuro, menos ainda pelos três. Medimos o tempo por seu movimento, quando o percebemos passar, mas se o futuro não existe ainda e o passado não existe mais, como medimos o que não existe? Pelo presente? Agostinho (2004, p.120) resolve tal questão:

será que só o presente existe, porque os demais, o passado e o futuro, não existem? Ou será que eles também existem, e então o presente provém de algum lugar oculto, quando de futuro se torna presente, e também se retira para outro esconderijo, quando de presente se torna passado? E os que predisseram o futuro, onde o viram, se ele ainda não existe? É impossível ver-se o que não existe. E os que narram o passado diriam mentiras se não vissem os acontecimentos com o espírito. Ora, se

esse passado não tivesse existência alguma, seria absolutamente impossível vê-lo. Por conseguinte, o futuro e o passado também existem.

Entendemos, então, que o tempo existe através de sua tendência para não existir e que justamente por isso é composto de um momento presente derivado de um momento passado e que vira a ser um momento futuro. Mas então, o que é a memória? E como se constitui a história?

Podemos compreender o que é memória, através da concepção de tempo de Agostinho (2004, p.122): o que recordo é passado, o que vejo é o presente e o que anuncio é futuro. Desse modo, fica nítido que o que existe não é um passado, um presente e um futuro, mas sim, “*o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro.*” (Agostinho, 2004, p.122). É compreensível pelo percurso lógico de Santo Agostinho que o tempo e a memória são tomadas de consciência interpeladas por um ou mais agentes: “*essas três espécies de tempos existem em nossa mente, e não as vejo em outra parte. O presente do passado é a memória; o presente do presente é a percepção direta; o presente do futuro é a esperança.*” (Agostinho, 2004, p.122)

Partindo então da definição de Agostinho sobre o tempo e, por conseguinte sobre a memória, resgato ainda da lógica dialética de Hegel (2003, p.90-91) o seguinte:

106- [*Es wird das Jetzt*] O agora é indicado: -este agora. Agora: já deixou de ser enquanto indicado. O agora que é, é um outro que o indicado. E vemos que o agora é precisamente isto: quando é, já não ser mais. O agora, como nos foi indicado, é um que-já-foi – e essa é sua verdade; ele não tem a verdade do ser. É, porém, verdade que já foi. Mas o que foi é, de fato, nenhuma essência [*Kein Wesen/ gewesen*]. Ele não é; e era do ser que se tratava.

Dessa forma, ao recordarmos, não recordamos a “*coisa-em-si*”, aquilo que é (Hegel, 2003). A memória é não o passado como este foi, mas o “*presente do passado*” nos termos de Agostinho (2004). Quando recordamos, um Eu o faz de um agora específico e, portanto, interpela a “*coisa-em-si*” não só pelo Eu que recorda, mas também pelo presente em que se recorda. Portanto, a memória não é o recordar da “*coisa-em-si*”, tal como esta foi no “*presente passado*”, mas tal como é para um “*presente do presente*” e interpelada por um Eu que espera algo de um “*presente futuro*” ao afirmar algo sobre um “*presente do passado*” em um “*presente do presente*”.

É essencial a compreensão do tempo aqui empregada e o que apreenderam Agostinho e Hegel: o tempo não é um momento estático. Mas, estaria então a totalidade da realidade em

nossas cabeças? Seria o material submisso ao mundo das ideias? É ao reconhecer a existência da coisa como exterior ao espírito que nos separamos da concepção dialética de Hegel e avançamos a concepção temporal do materialismo histórico dialético de Marx e Engels.

O concreto real (mundo empírico) existe independente de nossa capacidade de percebê-lo, são incontáveis as coisas que nos antecederam e das quais jamais obtivemos consciência. Mas é do concreto sensorial (o que pode ser interpretado com a percepção da realidade imediata através dos sentidos) e do concreto pensado (resultado do processo de conhecimento, a realidade interpretada pelo pensamento como totalidade orgânica), que criamos o conceito de tempo, ou seja, que desenvolvemos enquanto humanos a capacidade de perceber as mudanças do concreto real, interpretá-las e utilizá-las por meio do trabalho em favor de nossa subsistência. É este trabalho o salto ontológico que Marx aponta como a distinção entre os humanos e os demais animais. (Marx; Engels, 2009)

Dessarte, como afirmou Santos (2013, p.79) *“O tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo.”* Chegamos assim a uma concepção histórica que entende a história como *“processo de vida ativo”* dialético e material. Isto pois, vimos que a história não pode ser uma coleção de fatos mortos a serem observados empiricamente, porque há agentes que a interpelam, que no presente recordam ou esperam algo, e o passar do tempo só existe por meio da abstração consciente desses agentes. (Marx; Engels, 2009, p.32).

De mesmo modo, devemos entender que a história apesar de ser uma tomada de consciência abstrata não é idealizada, não é um constructo de pura imaginação dos agentes, e sim uma tomada de consciência da materialidade do agente que no presente recorda o passado pelas lentes do presente vivenciado e do que ele espera do futuro. A memória é uma síntese dialética entre o agente - que recorda de seu presente implicado pela sua própria construção histórica - e a *“coisa em si”* – o *“presente passado”*, a materialidade do que foi, mas já não é mais (Marx; Engels., 2009, p.32).

Assim, *“o entendimento do mundo é dado pelas coisas e pelo período”*, mas quando falamos em período *“já estamos qualificando o tempo”*, dando enfoque empírico e evitando assim trabalhar com abstrações universais (Santos, 2013, p.78-79). Na prática da história enquanto técnica científica permitiu que espaço e tempo se fundissem de modo que hoje *“não há, nas ciências sociais, como tratá-los separadamente.”* (idem, p.77).

Portanto, a memória é uma construção social, mas não apenas uma construção narrada por um agente – alguém ou um grupo de alguéns -, mas uma construção narrada por agente(s)

constituído(s) historicamente, localizados no espaço historicizado e por ele constituídos. De modo que ao recordarmos – no singular ou plural - o fazemos através de uma “*ação histórica*”, onde parte do recordado é composto da história objetivada – por exemplo, um edifício – e outra parte recordada é composta da história em seu estado incorporado –*habitus*, como cada agente ou grupo significa historicamente tal edifício (Bourdieu, 1989, p.82-83). Pierre Nora (1993, p.20-21), que ao diferenciar memória de história apontou que:

A memória é a vida, sempre encarnada por grupos viventes e, nesse sentido, está em evolução permanente, aberta a dialética da recordação e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, capaz de grandes latências e repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que já não é mais.

Desse modo, ao dizermos que um edifício o é, porque era. Ou seja, classificarmos o mesmo como digno de recordação – como patrimônio. Interpelamos o edifício – *a coisa-em-si* – pela forma que o agente – *o Eu que o visa* – o visa no agora. A história do edifício não é a história dele em si, mas a reconstrução da história objetivada e instituída, o valor atribuído a ele ao ser considerado ou não digno de recordação, não é dado por uma relação de causalidade mecânica. Este casamento entre o objeto alienado - fetichizado, que se rebela e supera o valor típico de sua relação econômica - com os sistemas sociais montados no artifício das cidades “*explica porque um e outros juntos são capazes de fabricar grandes fábulas em lugar de produzir grandes relatos*” (Santos, 2013, p.78).

A história do edifício, portanto, é uma história “*atuada e atuante*” assumida por agentes predispostos pela sua própria história a defenderem uma dada visão do objeto edificado (Bourdieu, 1989).

A história <sujeito> descobre-se ela mesma na história <objeto>; ela reconhece-se nas <sínteses passivas>, <antepredicativas>, estruturas estruturadas antes de qualquer operação estruturante ou de qualquer expressão linguística. A relação dóxica com o mundo natal, essa espécie de empenhamento ontológico que o senso prático instaura, é uma relação de pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata das coisas habitadas por essa história”. (Bourdieu, 1989, p.83)

Repito, o valor de memória do bem edificado, este ser ou não memorável, não é dado por uma relação de causalidade mecânica, menos ainda “um dado imediato” ou uma propriedade “essencial”. O valor de memória de um dado bem edificado é contraditório,

definido na luta entre grupos sociais mais ou menos organizados, em favor ou contrários a plausibilidade da preservação da memória coletiva que este objeto edificado representa para eles (Halbwachs, 1990).

Compreendendo o que afirmaram Bourdieu (1989) e Halbwachs (1990) acima, aqueles que recordam o recordam como o fazem quando o fazem porque outros em posições respectivas também o fazem ou fizeram. A pressão que aqueles que recordam de outra forma em um mesmo objeto exercem sobre os primeiros faz com que eles defendam seus interesses através da sua recordação reafirmando-a consecutivamente enquanto verdade, de forma a buscar, manter ou conquistar o privilégio da narrativa legítima, da verdade reconhecida sobre o objeto e seu valor –significativo ou não– pela sua história afirmada. Assim, ao falarmos de memória, não falamos de outra coisa senão do ser consciente, quer dizer, dos homens em seus processos de vida real, que ao se relacionarem disputam entre si por meios de suas narrativas do passado o próprio presente, e estes o fazem porque disputam no presente por um projeto do que esperam que venha a ser o futuro (Marx; Engels, 2009).

Esta digressão se fez imprescindível, portanto, para que por fim pudéssemos afirmar que “*toda vida social é essencialmente prática*” todos os sentidos simbolicamente construídos encontram sua razão lógica na prática humana e na compreensão dessa prática (Marx; Engels, 2009, p.119-125). De modo que para compreendermos as contradições na memória santangelense, foi preciso alertar ao leitor que nesta pesquisa tempo-espço e mundo são entendidos como realidades históricas que precisam ser intelectualmente reconstituídos em termos de totalidade. Portanto, o ponto de partida é sempre “*a sociedade humana realizando-se*” sob base material: “*o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições.*” (Santos, 2013, p.39).

A técnica sociológica aqui é ferramenta de empiricização do tempo de qualificação da materialidade espacial sob a qual as controversas disputas públicas da memória se constituem em sistemas temporalmente caracterizados: partem de fatos e objetos situados no espaço e no tempo dialeticamente ao se constituírem enquanto relações solidárias. De modo que ao debatermos, por exemplo, se o passado jesuítico-guarani merece ser recordado, precisamos perguntar, qual passado? E caso mereça, pelo o que? Pelo legado jesuítico? Pela memória Guarani? Quais aspectos desse passado são relevantes e dignos de memória e quais devem ser deixados ao esquecimento? Há um fato histórico do qual partimos e que independe das controversas memórias reivindicadas, os jesuítas espanhóis e os povos originários Guarani viveram nessa região conhecida hoje como missões em um dado período de tempo e ali se relacionaram. Há base empírica material para tal afirmação, escavações arqueológicas,

edifícios em ruínas, peças de artesanato, entre outros, que embasam e legitimam esse fato. Mas, imagine por um momento que todas as provas e evidências físicas não mais existissem, teriam eles não existido ao permanecerem apenas na memória e nas narrativas disputadas pela população da região? Ao não ser verificável empiricamente um fato passado, ele deixa de existir?

O SUPREMO CASTIGO

Em todos os aeródromos, em todos os estádios, no ponto principal de todas as metrópoles, existe – e quem é que não viu? – aquele cartaz...

De modo que, se esta civilização desaparecer e seus dispersos e bárbaros sobreviventes tiverem de recomeçar tudo desde o princípio – até que um dia também tenham os seus próprios arqueólogos – estes hão de sempre encontrar, nos mais diversos pontos do mundo inteiro, aquela mesma palavra. E pensarão eles que Coca-Cola era o nome de nosso Deus!

Mário Quintana (1906-1994)

O presente não tem o poder de alterar fatos passados, se algo foi, ainda que não o seja mais, ele existiu para um “*presente do passado*”. Mas, como implica a poesia de Mario Quintana, os agentes no presente têm o “*poder simbólico*” - em maior ou menor medida - de atribuir validade e significância a uma narrativa específica do passado e não à outras, aproximando-se ou afastando-se do que foi no “*presente passado*”. Estes o fazem interpelados por suas próprias razões e interpretações pertinentes ao presente. Mas até que ponto elas são um produto de concepções individuais de mundo compartilhadas por pequenos grupos? Onde essas ideias de mundo defendidas se conectam com o próprio sentido social que experienciam na vida prática? Que interesses sociais são transmutados e ocultados no cerne da prática da patrimonialização?

Não cabe aqui a busca por uma verdade empírica absoluta e incondicional, é pouco relevante o conteúdo das narrativas utilizadas. Não arrego a mim ou a esta pesquisa a pretensão de definir o que é digno ou indigno de recordação no passado santo-angelense, visto que tal pretensão pressupõe que exista um valor de memória que parte da verdade única e inquestionável, justificada logicamente e verificável empiricamente. O que confere ao passado santo-angelense interesse sociológico é justamente a contraditoriedade da relação de memória: no presente há uma disputa em torno do que é verdadeiro no passado, há um “*passado do presente*” que é elaborado por grupos agentes que interpelam e interpretam esse passado e por meio de suas narrativas o disputam entre si em busca da legitimação de suas concepções do objeto, do mundo e de si mesmos.

Sendo a memória, tal como a cultura, objeto de análise e disputa construído socialmente a partir da vivência empírica dos sujeitos sujeitados a um determinado modo de vida de um tempo e espaço específicos. Análise sociológica da cultura, da memória, do memorável não deve buscar apreender a verdade de um objeto físico, mas sim compreender e responder a problemas de caráter social advindos da significância socialmente atribuída a eventos factuais (Weber, 2006). É preciso compreender a interiorização pelos agentes dos princípios sociais, valores e normas a fim de entender quais interesses e identificações perpassam sua narrativa e concepção do passado no presente, na realidade objetiva da sociedade como um todo (Bourdieu et al, 2007).

As contradições da memória se constituem, portanto, em objeto de estudo sociológico na medida em que entendemos enquanto problema sociológico as próprias relações sociais da materialidade temporalmente referenciadas que produzem e estruturam essas disputas contraditórias e fazem destas um problema público. Conceito que neste trabalho entendemos segundo definido por Cefai (2017, p.188):

...problemática cujas consequências são percebidas e avaliadas por um conjunto de pessoas como nefastas para os seres humanos e para os bens a que eles estão ligados. [...] Tentam definir o problema, determinar suas causas, detectar seus fatores e estabelecer as responsabilidades. Associam-se e organizam-se, encontram líderes para fazer suas vozes serem ouvidas e para convencer e mobilizar em grande escala. [...]. Essa dinâmica coletiva faz emergir ao mesmo tempo um problema e seu público.

Entendo como necessária a análise de tais conflitos em uma perspectiva historicamente referenciada, que considere a impermanência dialética das ideias que compõe o campo da memória, mas que ainda assim parta da materialidade dos eventos historicamente referenciados (Marx; Engels, 2009). De forma que a própria memória é entendida aqui como um processo de vida ativo que parte dos homens e de seus processos reais de vida produzindo dialeticamente relatos de memória e identidade e, por conseguinte, as contradições e o que eles disputam através das querelas patrimoniais.

Afim de compreender o supracitado, por meio do estudo das contradições patrimoniais de Santo Ângelo, entenderemos nesta pesquisa patrimônio como um bem edificado tombado considerado pelos autos legais como memorável, como aponta Bortolatto (2017, p.23):

Concebido historicamente como objeto de preservação, cujo monumento é o exemplo mais paradigmático, o patrimônio é doravante definido como um recurso dinâmico constantemente recriado, em que o imperativo da transmissão do vivo faz

do futuro o seu tempo forte. Essa transformação coloca à prova os princípios fundadores da instituição patrimonial e, em primeiro lugar, a noção de autenticidade.

Assim, como acontece em outros elementos superestruturais, a estrutura que da base ao patrimônio edificado, que o fetichiza enquanto bem, oculta o óbvio, o fato de seu reconhecimento ser uma abstração teleológica, que visa a construção do mundo objetivo futuro, e que justamente por isso, precisa de alguém que nomeie os edifícios como dignos ou indignos de preservação. Mas quem são estes que podem nomear e que tentam disputar a memória edificada? De que maneira os indivíduos e grupos passam a interessarem-se pelas edificações ao ponto de identificarem em sua memória ou esquecimento objeto digno de atenção e disputa? Pollak (1992, p.204) afirma que:

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente serem negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.

O patrimônio é, portanto, uma síntese das disputas materiais e simbólicas dos indivíduos pertencentes a grupos sociais que por meio do bem edificado recriam a memória e identidade local, sempre suscetível a novas teses e antíteses que produzirão novas disputas em nome das classificações patrimoniais. É assim, um aspecto ativo da história, a memória edificada, é, portanto, sujeita as arbitrariedades da categorização por grupos particulares socialmente determinados.

Recordo ainda que a memória não necessita do indivíduo presente de forma material e sensível, não é necessariamente o participar de uma cena ou espectá-la que faz com que esta não seja esquecida, por meio do pertencimento e das evocações de depoimentos o momento em si – *tal como era no presente passado* - passa por uma construção artificial, torna-se memória ativa e ativada, lembranças reais unem-se a uma massa de lembranças fictícias.

Momentos podem, e são, esquecidos, em sua integralidade ou apenas parcialmente por determinados grupos, podendo ser reencontrados alternativamente em detrimento ou vantagem de um dado grupo. Grupos estes nos quais e aos quais os indivíduos se relacionam permanecendo ou desconectando e atualizando suas memórias individuais de acordo com essas relações que estabelecem com os grupos antigos e novos (Halbwachs, 1990).

Tendo todo o aqui explanado em mente, concluo que para compreender as querelas públicas em uma análise sociológica sobre o patrimônio edificado é necessária a compreensão da memória em suas contradições, ou seja, os quadros de memória reivindicados e disputados por múltiplos grupos em confronto com os dados da história local. Compreendendo que memória e história aqui se particularizam em um espaço onde se manifestam múltiplas relações de poder ao longo do tempo. Relações de poder manifestadas e produzidas por meio das relações sociais estabelecidas e rompidas ao longo da história e que materialmente se convertem em disputas públicas que definem – sempre temporariamente – o que deve ou não ser reconhecido enquanto memorável.

De maneira mais pragmática e tendo já delimitado a concepção ontológica e epistemológica que orienta esta pesquisa, resta elucidar quais métodos e técnicas serão mobilizados para dar conta do objeto aqui delineado como “contradições da patrimonialização do passado santo-angelense”. É necessário, para tornar um objeto qualquer em um objeto de pesquisa que este contemple “*realidades que se tornam notadas*” (Bourdieu, 1989. p.28), ou seja, que os problemas sociais percebidos possam ser estudados enquanto problema sociológicos. Sendo o problema que se apresenta no senso comum uma questão de legitimação - ora da memória, ora do esquecimento - de determinadas edificações, a fim de romper com o senso comum para a construção do objeto, aqui deve-se distanciar dos problemas sociais identificados pelo senso comum na referida localidade em sentido de que esta pesquisa não busca uma solução as disputas, uma tomada de posição que defina o memorável e o imemorável quanto aos bens edificados do município. Busca-se aqui por meio da construção controlada e consciente dos eventos históricos contrapostos aos quadros sociais da memória santo-angelense que se amalgamam culminando nas contradições que se explicitam nas disputas públicas - os tombamentos, as ações coletivas e as revogações do patrimônio - assim, as relações sociais conflituosas, que aqui chamaremos de querelas públicas, constituem o objeto sociológico a ser estudado metodicamente e com o devido rigor científico (Bourdieu et al, 2007).

1.1 HISTÓRIA E MEMÓRIA

Dessarte, faz-se necessário entender a distinção entre o que é história, o que é memória pessoal e o que é memória coletiva.

Como apontou Halbwachs (1990), a História enquanto ciência supõe a reconstrução dos dados encontrados no presente da vida social e projetados ao passado, reinventados em uma sucessão organizada dos fatos localizados no espaço-tempo. Distingue-se, portanto, da memória coletiva, daquela que possui uma pluralidade de tempos sociais e que reconstitui magicamente o passado. É nestes tempos sociais que se situa a lembrança, ou seja, a memória pessoal. Tempos estes, passíveis de entrecruzamentos, onde os grupos mais variados reivindicam dimensões temporais históricas e simultaneamente alçam projeções ao passado e ao futuro construindo a memória e a identidade coletiva.

Se o social se confunde com o consciente, deve confundir-se também com a rememoração sob todas as suas formas. Matéria e sociedade se opõem; sociedade e consciência, e personalidade se implicam; por conseguinte, a *fartiori*, sociedade e memória. (Alexandre in Halbwachs, 1990, p 22)

Ainda que pela perspectiva iniciada por Agostinho e Hegel pareça que é o indivíduo em si a entidade social que recorda, isto é rapidamente contraposto por Halbwachs (1990). A memória possui dimensões espaciais (onde) e temporais (quando e por quanto tempo), é uma reconstituição do passado, não a reconstrução operada pela história. *“Ninguém pode lembrar-se efetivamente, senão da sociedade, pela presença ou a evocação e, portanto, pela assistência dos outros e de suas obras”* (Alexandre in Halbwachs, 1990, p.22).

Bom, as controversas narrativas públicas de memória também partem de fatos e objetos situados na materialidade e no tempo. As cidades e os edifícios, embora bens imóveis, adquirem em sua relação com o tempo propriedades deveras itinerantes. Foi Milton Santos (2013, p.65-66) que afirmou que há duas ideias que perpassam o estudo da cidade e do urbano: ideias de forma e ideias de tempo. Embora empiricamente observemos com maior facilidade a forma, ou seja, a cidade enquanto objeto geograficamente estático, é preciso empiricizar também o tempo. Afim de teorizar um lugar, parto, portanto, do espaço como uma categoria histórica e por isso trabalharei dialeticamente ao longo desta pesquisa com: 1. formas espaciais (dimensões normativas, jurídicas e sociais); 2. formas temporais (dimensões do tempo em suas diferentes escalas da existência), buscando demonstrar que a cidade – não uma cidade genérica, mas uma cidade de forma particular²- é no presente formada pelos

² Parto aqui da concepção Gramsciana da relação entre estrutura e superestrutura e sua compreensão do papel da ideologia na produção e reprodução do capitalismo.

resíduos de estruturas que foram presentes no passado (Santos, 2013, p.66). As dimensões temporais, desse modo, quando teorizadas o são de um presente objetivo, produzindo artefatos – um “*passado do presente*” e um “*futuro do presente*” - que apenas em algumas dimensões encontram-se com o “*presente passado*” – o que foi objetivamente– e com um “*presente futuro*” – o que virá a ser.

Há de similar entre os distintos quadros sociais da memória um ou mais fatos históricos dos quais partem ou pelos quais perpassam ao recordarem e que independe das controversas memórias que reivindicam. Momentos socialmente relevantes na história de uma dada localidade, e das pessoas que a ocupam, que são locados pelas tentativas de reconstrução da história espacial e temporalmente por meio de base empírica material, sejam escavações arqueológicas, edifícios em ruínas, peças de artesanato, etc. Estas provas e evidências objetivas são objetos disputados na memória coletiva dos grupos, onde tornam-se controversas reconstituições mágicas do passado sujeitas a distorções, de memória tão efêmera e maleável quanto a pluralidade de grupos sociais que as disputam. Ainda que os indivíduos e grupos no presente não detenham poder de alterar fatos passados num “*presente passado*”, estes no “*presente do presente*” disputam – com mais ou menos condições – o poder de atribuir validade e significância a um relato específico do passado e não a outros. E estes o fazem interpelados por suas próprias razões, interesses e ideologia no “*presente do presente*”.

As contradições que culminam nas disputas públicas da memória e do patrimônio partem dos confrontos entre relatos, mas estas têm raízes mais profundas, são interpretações do mundo empírico subjetivadas e submetidas a ideais e princípios sagrados aos indivíduos, constituintes de suas identidades, e que por isso as postulam e defendem. (Halbwachs, 1990); (Bourdieu, 1989). Até que ponto elas são um produto de concepções individuais de mundo? Como são compartilhadas por estes grupos? Onde essas ideias de mundo se conectam com o próprio sentido social que experienciam na vida prática? Quais fatos históricos reivindicam e porque o fazem? Quais as raízes históricas das recordações e esquecimentos disputados no presente? Quais são os grupos engajados e os quadros sociais da memória por eles reivindicados nas disputas patrimoniais? É preciso compreender a introjeção dos indivíduos das identidades e dos princípios sociais, convicções e normas dos grupos aos quais estes estão ligados a fim de entender quais interesses e identificações perpassam seus relatos e suas concepções do passado no presente, ou seja, é preciso conhecer as memórias locais e

contrapô-las a história local para compreender as latências e revitalizações das disputas patrimoniais dos grupos que se relacionam no grande quadro da memória social santangelense.

Necessária se faz a análise de tais conflitos em uma perspectiva historicamente referenciada, que considere a impermanência dialética das ideias que compõe o campo da memória, mas que ainda assim parta da materialidade dos eventos historicamente referenciados. Por entender que a própria memória é um processo de vida ativo que precisa partir dos homens e seus processos reais de vida (Marx; Engels, 2009), para então compreender seus relatos de memória e identidade e, por conseguinte, o que eles disputam através das querelas patrimoniais nas quais se engajam.

Porém, destaco aqui antes de tudo, que a adoção de uma perspectiva historicamente referenciada e dialeticamente orientada não implica no avançar ao campo da história enquanto disciplina, embora ao longo desta pesquisa faça-se uso constante do produzido por historiadores, este produto aqui é objeto de análise do movimento social. A sociologia enquanto ferramenta de análise aqui busca compreender não a organização cronológica dos fatos, mas as relações sociais que os compuseram. Suscita uma “*situação de auto-análise*” como apresentou Bourdieu a Chartier (2010, p. 16). Ou seja, ainda que falando de memória adentremos com os dois pés no passado, faremos isto confrontando o presente e as disputas e discursos contemporâneos sobre memória, preservação e desenvolvimento.

Dessarte, Halbwachs (1990) aponta que a memória não necessita do indivíduo presente de forma material e sensível, ponto também observado por Pollak (1989), por meio do pertencimento a um grupo é possível recordar por tabela pelos testemunhos tão vivos quanto as lembranças transmitidas. Memórias podem e são total ou parcialmente esquecidas, mas estas podem também permanecer a margem das narrativas oficiais clandestinamente aguardando a oportunidade de invadirem o espaço público e contestarem e reivindicarem-se ouvidas. Ou se tornarem elas próprias parte da memória oficial, por meio do trabalho de enquadramento do passado que visa salvaguardar seus signos e significados e por meio das referências ao passado manter a coesão dos grupos e instituições que compõem a sociedade. O transitar entre grupos, aos quais os indivíduos possuem maior ou menor sentimento de pertença, e as relações que estabelecem entre com estes, permanecendo ou se desconectando possibilitam a atualização das memórias individuais em referência as relações estabelecidas com grupos novos e antigos.

Como explica o historiador Pierre Nora (1993, p.13), “*os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos,*

que é preciso manter aniversários, organizar celebrações (...) porque essas operações não são naturais”. A memória é também uma relação social, ato político de agentes em um campo ideológico disputado, no qual cada agente ou grupo busca, ou manter, ou conquistar o privilégio da narrativa legítima, da verdade reconhecida sobre o objeto e seu valor - significativo ou não - pela sua história afirmada. Os agentes em seus processos de vida real (Marx; Engels, 2009), que ao se relacionarem disputam entre si por meios de suas narrativas do passado o próprio presente.

As querelas em memória se constituem, portanto, em objeto de estudo sociológico na medida em que entendemos enquanto problema sociológico as próprias relações sociais da materialidade temporalmente referenciadas que produzem e estruturam essas disputas pela narrativa reconhecida como ‘legítima’ e ‘verdadeira’ do passado. O fenômeno de patrimonialização, ou seja, essa sacralização (Durkheim, 2000) de um bem material ou imaterial, a partir do qual ele passa a se distinguir dos demais, é um processo simbólico (Bourdieu, 1989) que transforma senso em consenso. Presume-se que um edifício memorável contém um valor intrínseco para além do valor econômico de uso ou de troca (Marx, 1996). Mas de onde vem esse valor?

Pelo processo institucional e burocrático, o patrimônio é legitimado por equipes interdisciplinares de especialistas que atuam em defesa da proteção da memória e cultura da humanidade, quer dizer, pelo bem tido como comum. Ao atuarem desta forma, os especialistas legitimam por sua vez, seu próprio saber e expertise, esculpindo um lugar de destaque para si mesmos dentro do mundo da cultura (Bourdieu, 1989). O patrimônio edificado em seu tombamento silencia sobre o fato de que no processo de patrimonialização há dimensões de fetichismo (Marx, 1996), sobretudo, no que diz respeito ao fato de que precisa de alguém que identifique e declare o bem como digno ou indigno de preservação. O passado apresenta-se como um conflito entre forças e grupos que promovem a sua preservação e outras que promovem a sua destruição. O patrimônio é o resultado das disputas materiais e ideológicas que edificaram a história, a memória e a identidade local.

CAPÍTULO 2 - MEMÓRIA E CONFLITOS NO PAGO MISSIONEIRO

Entendemos com o capítulo anterior que existe na memória, mesmo na individual, um referencial social que se desenrola dentro de um quadro temporal e espacial (Halbwach,1990). Onde “*o tempo é expressão quantitativa do movimento*” (Marx, 2008.p55), de modo que a memória coletiva não pode ser confundida com história ou com uma “memória histórica”. Enquanto o historicismo culmina em uma história universalizada procedimentalmente quantitativa que mobiliza uma massa de fatos estáticos para preencher um tempo homogêneo e vazio; é produto de uma construção cristalizada por um grupo estabelecido no poder para defender-se contra a mudança. A memória coletiva postula a mudança das perspectivas por diferentes grupos em seu relativismo recíproco, se acerca o objeto histórico em sua expressão quantitativa teleologicamente (Halbwach, 1990; Lowy, 2005):

O materialismo histórico se acerca de um objeto histórico único e exclusivamente quando este se apresenta a ele como uma mônada. Nessa estrutura ele reconhece o signo de uma imobilização messiânica do acontecer, em outras palavras, de uma chance revolucionária na luta a favor do passado oprimido. (Lowy, 2005. p.193)

É com esta concepção qualitativa e descontínua do tempo histórico que trabalharei aqui, uma “*história a contrapelo*” como proposta por Walter Benjamin (Lowy, 2011). Ou seja, uma concepção histórica que não desvincula os eventos históricos das condições sociais e políticas que os produziram. Entendendo a cultura integrada a luta de classes, que rememoraremos neste capítulo as contradições do passado missioneiro e angelopolitano, confrontando o tempo e as espacialidade para compreendermos as contradições das mobilizações do presente. Observemos os impactos da teoria do progresso – da marcha dos lucros e do avanço homogeneizante do capital - conectando o presente e o passado, arrancando-os da continuidade histórica vazia e pausando aos acontecimentos que produziram memórias – da resistência e combate dos oprimidos. Estudaremos aqui os acontecimentos humanos e suas representações, dramatizações, os papéis reais e imaginados, as projeções utópicas e as construções arbitrárias situadas entre a singularidade da vida cotidiana e seu confronto com o mundo que a rodeia (Halbwach,1990; Lowy, 2005).

Assim, era uma vez um lugar, hoje uma cidade, ontem quem lembra, quem sabe? As metáforas, às mudanças diretas e indiretas das cidades ao longo do tempo são nomeadas de distintas formas por urbanistas, historiadores, sociólogos, geógrafos e filósofos. Ora organismo vivo, ora colcha de retalhos, vez ou outra, palco da vida urbana. Destas, as teorias

aparentam ter um único ponto comum: o mesmo local acrescido de tempo, vagueia. Apesar de geograficamente se estar no mesmo ponto, com o passar do tempo já não é mais o mesmo lugar.

Mas como algo tão sólido, tão imóvel como uma cidade adquire esta propriedade deveras itinerante? Recordemos que como citei anteriormente, há duas ideias que perpassam o estudo da cidade e do urbano: ideias de forma e ideias de tempo. Resgatando o apontando por Santos (2013) busco aqui demonstrar que a cidade de Santo Ângelo não uma cidade genérica, mas uma cidade de forma particular³ e por isso é no presente formada pelos resíduos de estruturas que foram presentes no passado (Santos, 2013, p.66).

Assim, entendo lugar “*como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando*” (Santos, 2013, p.18). O lugar conhecido como Santo Ângelo hoje, é uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, localizada na região noroeste, também chamada de região das missões, tem perto de 77 mil habitantes e área aproximada de 680 km², com economia majoritariamente agrícola e pecuária. Ela é conhecida por seus nativos como a “Capital das Missões” (IBGE, 2022). Em sua configuração geopolítica atual faz limite ao norte com o município de Giruá, ao sul com Entre-Ijuís, ao leste com Catuípe e a oeste com Guarani das Missões (Santo Ângelo, 2014). Embora estas informações pareçam protocolares aqui, asseguro que não o são, nós as retomaremos diversas vezes logo mais.

A cidade que conhecemos hoje foi criada com a denominação atual de Santo Ângelo pela Lei Provincial nº 335 de 14 de janeiro de 1857 e por Ato Municipal nº9 de 10 de fevereiro de 1901. Seu nome atual é uma referência direta ao seu passado: à última das reduções jesuíticas construída, a redução de Sant’Angel Custódio ou Santo Ângelo Custódio - fundada em 12 de agosto de 1706 pelo Jesuíta Diogo Haze (Santo Ângelo, 2014). Mas como e porque este passado longínquo, de cerca de quatro séculos atrás, ainda é disputado na memória e identidade do município até os dias de hoje? Buscarei nesse capítulo explicar as colisões históricas que culminaram nas construções socioculturais reivindicadas na atualidade das disputas patrimoniais do município, disputas as quais serão tema específico do capítulo seguinte.

³ Parto aqui da concepção Gramsciana da relação entre estrutura e superestrutura e sua compreensão do papel da ideologia na produção e reprodução do capitalismo, sem perder de vista que o “Mistério da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos” (Marx, 1996).

2.1 COLONIZAÇÃO ESPANHOLA - séculos XVI e XVII

2.1.1. Primeiro ciclo (1609 -1682)

Para começarmos a compreender o passado desta localidade, é primeiro importante destacar que, na hipótese mais aceita, cerca de 14 mil a 12 mil anos atrás houve migração de nativos da Ásia para as Américas. E embora ainda não exista consenso do período e método de transporte desta migração dentro da comunidade arqueológica, o que precisamos delimitar com nitidez é: haviam povos estabelecidos na América Latina muito antes da chegada de portugueses e espanhóis. E isto sem cair em armadilhas e ilusões de “primitivismo”, pois não só a arqueologia já nos fornece provas de que estas sociedades tinham sistemas políticos, econômicos, sociais e religiosos complexos, como muitas de suas práticas foram incorporadas pelos colonizadores e compõe nosso cotidiano contemporâneo (Cunha, 1992).

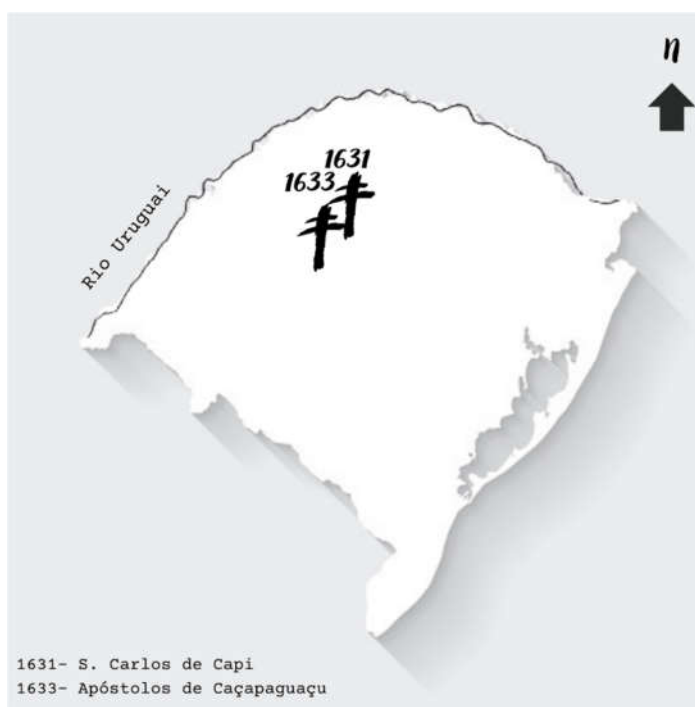
A história do Brasil é contada, usualmente, a partir da chegada dos colonizadores europeus: “antes era tudo mato”, expressão usada até os dias de hoje, ilustra bem esse imaginário formado e replicado. Um país que “nasce” às custas de povos que morreram e morrem até hoje. A história de Santo Ângelo não destoa deste cenário, de modo que falseia o passado a Lei 3976 (Santo Ângelo, 2015, p.9) quando afirma que *“foram os jesuítas os primeiros desbravadores da área em que se situa o Município de Santo Ângelo, ao tempo que a região estava compreendida nos domínios espanhóis.”*

“Os ameríndios assistiram à chegada de portugueses e espanhóis para ocuparem a orla dos rios navegáveis nos tempos coloniais” (Souza, 2016, p14). Diversos povos já habitavam o território as margens do Rio Uruguai quando os padres jesuítas, missionários da Companhia de Jesus, iniciaram seu trabalho de evangelização em 1609. Estes o faziam em nome dos interesses da Igreja de ampliar sua influência abalada pelo surgimento do protestantismo e do Império Espanhol de aumentar o território de exploração sob sua influência. (Damiani, 2004). Os jesuítas agiam junto aos indígenas no sentido do aldeamento, com *“...o objetivo de submeter o indígena, integrá-lo ao processo de colonização, além de prepara-lo para servir como reserva de mão-de-obra.”* (Pontes, 2010, p.58). A direção dos jesuítas no século XVII foi de construção de “reduções” – aglomerações indígenas sob autoridade dos padres espanhóis, que até então contrapunham-se ao desejo da coroa portuguesa de escravização dos indígenas, pois tinham objetivo de catequização.

Porém, a situação não era pacífica como alguns narram: como afirmado no contraditório documento supracitado (Lei 3976 de Santo Ângelo, 2015, p.9), o Padre Roque

Gonzales que transpôs o Uruguai em 1626 com o objetivo de estabelecer reduções para catequese dos nativos na região foi morto por estes mesmos nativos em 1628. Depois de sua morte outros jesuítas continuaram sua missão, chegando a fundar até 1634, dezoito reduções, duas das quais estavam nas terras do atual município de Santo Ângelo: a de São Carlos de Capi, erigida em 1631 e a de Apóstolos de Caçapaguaçu, criada dois anos mais tarde (Figura 1) (IBGE, 2010).

Figura 1- Primeiras reduções edificadas na região do atual município de Santo Ângelo

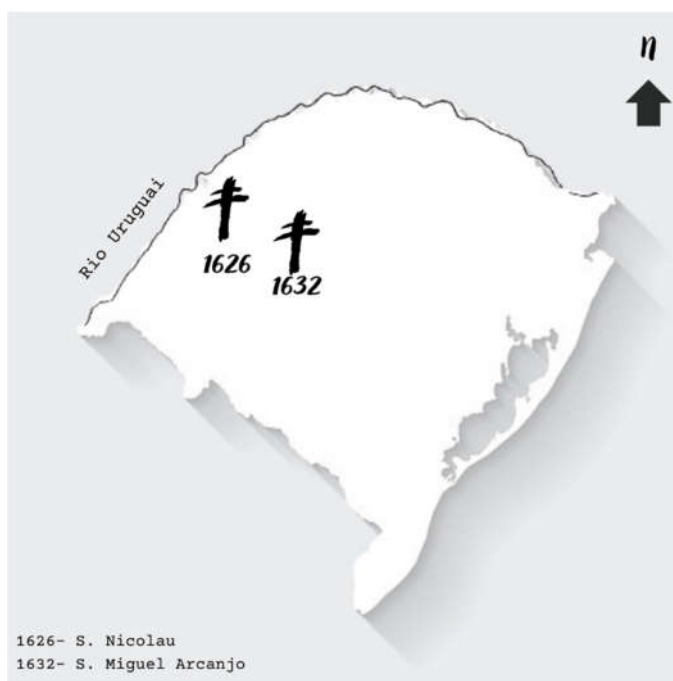


Fonte: elaboração própria

Como podemos observar havia vida, cultura e sociedades na região antes da chegada dos espanhóis, mas pouco se sabe destas se não aquilo que os próprios jesuítas historicizaram. Como apontado por Schwarcz e Starling (2015, p.25): “Boas ideologias são, pois, como tatuagem ou ideia fixa: parecem ter o poder de se sobrepor à sociedade e gerar realidade.”. Aparentemente a ideologia que justificou o primeiro ciclo de colonização nos pagos missionários era “boa” (*sic*), sem dúvidas, pois se sobrepôs a sociedade que ali existia anteriormente produzindo outra realidade.

Bosi (1992. p.5-7) aponta a ironia ao dizer que “as palavras cultura, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino colo” e questiona “o que diferencia o habitar e o cultivar do colonizar?” Aquele que ocupa o solo alheio se entende no direito de conquistar, a dominação é inerente as diversas formas de colonização. A Europa espanhola e católica ainda em 1556 proibiu o uso das palavras “conquista” e “conquistadores” substituídas pelos termos “descubrimiento” e “pobladores”, para denominar os colonizadores. Ao autor, a colonização é mais do que migração, é uma tentativa de domínio sobre a natureza e domínio dos demais, propagando um processo civilizatório autocentrado, entendendo a sua sociedade enquanto portadora do “desenvolvimento” e a dos demais como carente deste, em suma, como incivilizada, selvagem.

Figura 2 - Missões fundadas no Primeiro Ciclo



Fonte: elaboração própria

É em nome do “desenvolvimento” que as missões jesuíticas “povoam” a Região da Platina Oriental. Neste que foi o primeiro ciclo das missões jesuítas, os Guaranis entraram em conflito com bandeirantes portugueses e com os missionários espanhóis. Ainda neste primeiro ciclo das missões, em 1626 e 1632, foram também fundados aldeamentos nos territórios conhecidos como São Nicolau e São Miguel Arcanjo respectivamente (Figura 2). Todas estas reduções foram, no entanto, arrasadas pelos bandeirantes entre 1636 e 1638. De forma que, com a Batalha de M’Bororé (1841), entre Guaranis e bandeirantes, os padres da Companhia

de Jesus fugiram da margem leste do Rio Uruguai (atual território do Rio Grande do Sul-BR) para a margem oeste (atual território da Argentina) deixando grande quantidade de gado para trás, uma das principais razões para estes retornarem 40 anos depois para nova tentativa de colonização (Damiani, 2004).

2.1.2. Segundo ciclo (1682 - 1756)

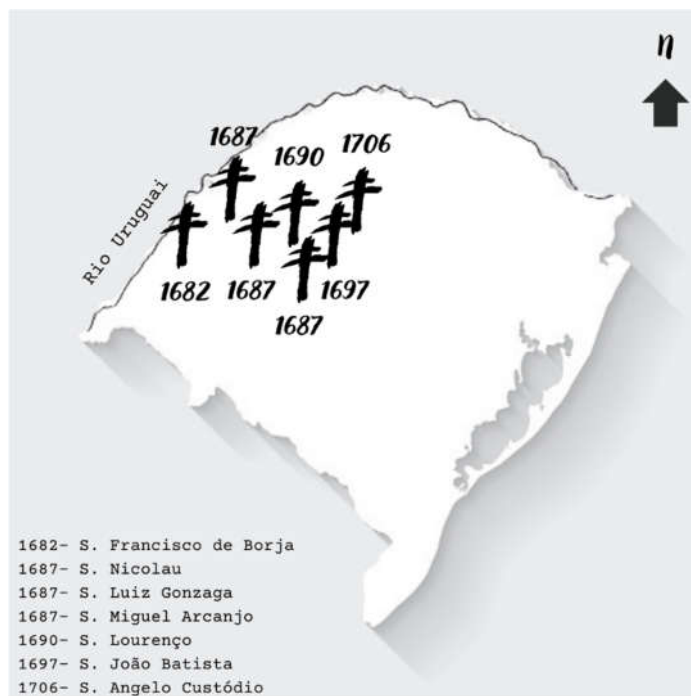
A diferença entre o primeiro e este segundo ciclo de colonização jesuítica é principalmente que o primeiro não conseguiu o que o segundo conseguiu: o primeiro ciclo não conseguiu estruturar as missões fundadas em núcleos de exploração, em razão da resistência indígena e dos conflitos com bandeirantes (que buscavam escravizar e vender os indígenas) e com outros europeus se aventurando em busca de ouro - ocasionando a morte de padres e indígenas. Uma dentre as principais razões aos jesuítas retornarem à região, além do gado deixado para trás, foi a invasão portuguesa de terras espanholas que tornou urgente a fundação de áreas povoadas de modo a formar uma fronteira limite que impedisse o avanço dos portugueses e assegurasse o cumprimento do tratado de Tordesilhas (1494). Assim, mais de 40 anos depois da batalha de *M'Bororé* os jesuítas espanhóis retornaram sob orientação do Império Espanhol para fundar os Sete Povos das Missões. Além de catequizar, este segundo ciclo objetivava assegurar a posse das terras que faziam fronteira com território pertencente a coroa Portuguesa, disputa territorial que só teria fim em 1756 (Damiani, 2004).

Retornando a margem leste do rio Uruguai os Jesuítas da Companhia de Jesus negociaram com as comunidades indígenas, em especial com os grupos étnicos Guaranis⁴. Para efetivação do projeto apostólico-político almejado foi necessário que os primeiros reconhecessem certos aspectos do *Ñande reko*⁵ e adaptassem o perspectivado por eles preservando - ao menos em partes - ao universo cultural Guarani. Ainda assim, nem todos os agrupamentos Guaranis aproximaram-se dos missionários, alguns escolheram viver fora das missões e afastados dos padres (Santos, 2016).

⁴ Guaranis: o termo é utilizado para representar uma vasta gama de subgrupos étnicos que compartilham a mesma língua, ainda que se diferenciem entre si em especificidades dos dialetos, culturais e cosmológicas o que confere pluralidade ao “modo de ser” destes. Traduzido de maneira literal o termo Guarani significa Guerreiro.

⁵ *Ñande reko*: Modo de ser Guarani, tradução livre.

Figura 3 - Fundação dos Sete Povos das Missões

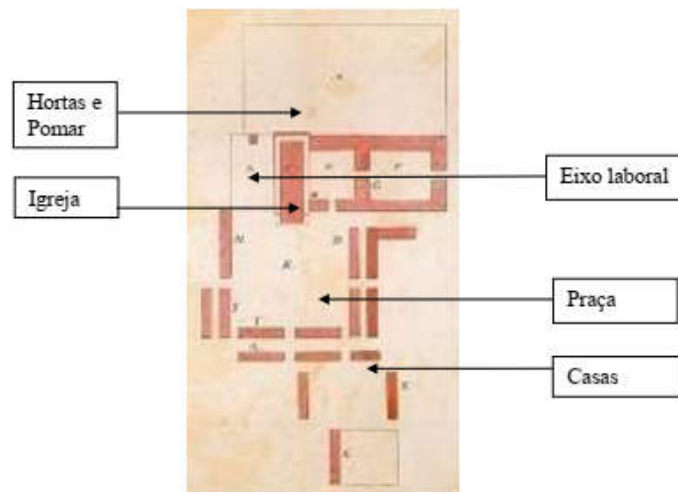


Fonte: elaboração própria

Neste segundo ciclo da colonização espanhola, os Sete Povos das Missões foram fundados (Figura 3): em 1682, foi fundada a redução de São Francisco de Borja; em 1687 foram refundadas as reduções de São Nicolau e São Miguel Arcanjo e fundada a redução de São Luiz Gonzaga; em 1690 fundaram a redução de São Lourenço, em 1697 a redução de São João Batista e por fim em 1706 a redução de Sant'Angel Custódio (Damiani, 2004).

A nova tentativa de fundação da redução de Sant'Angel Custódio, pelo jesuíta Diogo de Haze, locada entre os rios Ijuí e Ijuízinho, foi fracassada por fatores geomorfológicos (IBGE 2010). Sendo realocado, em 1707, o povoado de Sant'Angel Custódio se consolidou onde até hoje resta a cidade de Santo Ângelo, a última de 30 missões jesuítas no total (distribuídas entre os territórios atuais da Argentina, do Uruguai e do Brasil) (Rechr, 2010. p.3). Sant' Angel, por ter sido a última redução construída, foi consagrada como a protetora de todos os povos missioneiros, e construída em direção oposta as demais, por isso nomeada em referência ao anjo da guarda, anjo custódio (Santo Ângelo, 2014).

Figura 4 - Planejamento urbano da redução jesuíta de Sant'Angel Custódio. Extraído do “*Plano del Pueblo de Santo Angel de las Misiones Guaranis*” (Cabrer, 1784).



Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro. Alterado pela autora.

No mais, o desenho urbano da missão jesuíta de Sant'Angel (Figura 4) seguia o planejamento urbano das reduções anteriores (Figura 5). Mas não só isso, seguia o traçado reto de avenidas paralelas que formam quadrantes, em uma lógica organizativa que se esforça para denotar racionalização, planejamento, “desenvolvimento” de aldeia em vila. Uma contraposição ao “primitivo”, um povoado que se edifica e cresce em torno da igreja, marco da missão civilizatória dos jesuítas (Rechr, 2010, p3).

Ainda assim, a despeito de todo planejamento urbano empregado pelos espanhóis, mesmo que sobrepostos, resquícios da vida e da cultura que antecederam a chegada das missões resistiam no desenho da missão Sant'Angel ou em qualquer outra missão, um povoado voltado ao centro, com grande espaço central para práticas coletivas e ritualísticas dos Guaranis, agora também para cultos religiosos que ensinam a fé católica dos espanhóis. Os Guaranis “*negociavam a manutenção de elementos de territorialidade ancestral*” do modo coletivo de plantio e colheita às habitações coletivas. Preservavam também oralmente sua língua, mitos, ritos e valores, transmitidos pelos mais velhos (Santos, 2016, p.77).

Figura 5- São Ignácio Guaçú, primeira redução espanhola em território latino, fundada por volta de 1609 como marco civilizatório de povoamento e catequização na Bacia Platina, evangelização que viria a se expandir aos Tapes na segunda onda de missões jesuítas a qual Sant’Angel fez parte.



Fonte: Damiani, 2004

O “desenvolvimento” entendido pelos colonizadores espanhóis foi replicado por todas as terras que lhe cabiam via Tratado de Tordesilhas (1494). As reduções – todas elas - tinham urbanismo similar, pois tinham uma função social também similar: a aculturação dos originários. O “povoar” tinha função de manutenção da propriedade “descoberta”, mas também visava a conversão de novos fiéis a santa Igreja Católica e a exploração das terras da colônia em nome da Coroa Espanhola (Rechr, 2010).

Porém, Santos (2016) aponta que haviam contradições, negociações e disputas ocorrendo, ainda que de maneiras por vezes mais e por vezes menos explícitas. Os Guaranis preservavam seu modo de ser no *Tekohá*⁶, de forma que a territorialidade se tornava híbrida: a forma coletiva de sociabilidade dos Guaranis era preservada, pois “a Terra sem males” coincidia com o mito cristão da “Terra Prometida”, defendido, portanto, pelo Padre Sepp em seus “Trabalhos Apostólicos”, coincidência que possibilitou a manutenção dos laços de parentesco e chefia Guarani, ao menos parcialmente. Em contrapartida, se utilizarmos as categorias marxistas para analisar a questão, podemos compreender que a objetivação (Marx, 2015) do processo de produção dos dois povos era distinta: os Guaranis visavam a satisfação

⁶ Trata-se do lugar habitado, espaço étnico sagrado e todos os seus elementos naturais e culturais que possuem significado mítico a espiritualidade Guarani, pela reprodução das ações ancestrais é a estrutura que organiza a vida do povo (Santos, 2016).

imediate das necessidades, ou seja, produziam valor de uso (Marx, 1996); os jesuítas eram instruídos pela Coroa para a produção mercantil, visavam lucro e precisavam de trabalho excedente para obtê-lo (Marx, 1996). Sendo divergentes o modo de produção da subsistência Guarani e a dinâmica de construção da sociedade capitalista trazida pelos Espanhóis.

No processo de exteriorização (Marx, 2015) essas objetivações contraditórias tiveram como síntese o “*encomiendero*” (Santos, 2016, p.81) que era uma forma de trabalho compulsório (similar a escravidão) pela qual a força de trabalho era trocada pela catequese: a Coroa espanhola cedia as terras aos padres da Igreja Católica para que estes encarregassem de produzir na terra e “proteger os indígenas” (a sua mão de obra) e pagar tributos a Coroa; assim a redução de Sant’Angel foi a maior produtora de erva-mate na América até o Tratado de Madri (1750) (Damiani, 2004).

No modo de produzir Guarani, a família extensa ou *Teyý* era o componente sociocultural fundamental a produção e reprodução dessa sociedade, estas se organizavam sob um regime de reciprocidade igualitária, o trabalho era organizado por atividade, gênero e faixa etária e visava o consumo imediato, assim os bens eram distribuídos, assegurando a subsistência de todos (Santos, 2016). Embora as moradas e o trabalho coletivo tenham sido preservados, é importante observar que a organização macro familiar Guarani divergia da unidade familiar ideal cristã tanto quanto o modo de produzir Guarani divergia dos interesses da Coroa Espanhola:

Para evitar que os espanhóis retirassem os indígenas das reduções ficou decidida a escolha de sacristãos e fiscais entre os próprios indígenas como um ato impeditivo e de certa forma punitivo. Assim, nessa disputa pela mão de obra indígena, fazia parte do projeto político-apostólico a defesa e a manutenção dos indígenas no espaço reducional, estrategicamente os seus espaços originários, que garantisse a satisfação pessoal e grupal, aproximando, reinventando o *Tekohá*, o que para muitos podia significar a manutenção do mesmo *Ñande reko*. (Santos, 2016. p.93)

O “*encomiendero*” – que compreendo como uma relação de produção (Marx, 2015) determinada estabelecida – contraditoriamente possibilitava aos Guaranis a permanência em sua territorialidade sagrada e a manutenção parcial de seu modo de ser, de maneira que assim preservaram partes de sua cultura e as suas vidas das sangrentas disputas territoriais do passado. Porém, ao mesmo tempo o “*encomiendero*” permeava a sociabilidade Guarani e abria espaço para mudanças do modo de produzir e por conseguinte de se relacionar nesses lugares. O trabalho compulsório, pode muito bem ser interpretado como escravidão, junto ao próprio processo de aculturação por meio do ensino religioso. Curioso entender que ao

período a própria Igreja Católica proibia trabalho escravo indígena, mas não via problema no “*encomiendero*”, como aponta Santos (2016, p.81):

O *encomiendero* era responsável pela encomenda de indígenas, forma de trabalho compulsório indígena, praticado nas áreas rurais da América Espanhola, pelo qual a força de trabalho era trocada pela catequese, já que o trabalho escravo indígena era proibido pela Igreja Católica. Os indígenas deviam receber ensinamentos religiosos, o que contentava a Igreja, que defendia que eles estariam ganhando a catequese em troca de seu trabalho. A encomenda tratava-se, portanto, da entrega de um lote de indígenas sob a guarda de um fazendeiro, o *encomiendero*, que os usava como mão de obra. Em troca, estava encarregado de proteger os indígenas e pagar seus tributos ao Estado Espanhol.

Como toda disputa é também resistência, há indicativos de que foi com a crise deflagrada pelos novos interesses das Coroas Espanhola e Portuguesa que ocorreu a emancipação da escrita por parte dos Guaranis. Até então os padres monopolizavam e mediavam as manifestações letradas nas missões, usualmente utilizadas para fins burocráticos ou evangelizadores. Foi com a chegada de comissários demarcadores que houve um abalo na confiança entre Guaranis e Jesuítas, fazendo com que Guaranis mudassem sua relação com a escrita. Com o Tratado de Madri (1750), que determinou via acordo entre coroas portuguesa e espanhola que as terras da região passariam de uma à outra, os Guaranis passaram a praticar a escrita como instrumento de comunicação e negociação política: “*Por meio de escrita os índios buscavam tanto estabelecer contato com os demais companheiros quanto comunicar às autoridades coloniais a respeito de sua contrariedade ao Tratado.*” (Neumman, 2016, p.135). Além de escreverem manifestações, cartas e memoriais em espanhol, para defenderem suas opiniões e organizarem a sua luta. Eles também monitoravam a comunicação escrita dos Jesuítas com os Espanhóis utilizando de seu domínio da língua estrangeira, ao passo que escreviam bilhetes em Guarani para comunicarem-se entre si:

A escrita tornara-se um modo de atuar frente aos novos desafios. A capacidade alfabética dos Guaranis possibilitava organizar suas experiências a partir de episódios documentados e, assim, agir frente aos novos desafios, atuando como agentes políticos no mundo hispano-americano. As autoridades coloniais consideravam as reações indígenas como um sinal de soberba e insubordinação. Mas elas eram, na prática, uma expressão da autonomia, do governo temporal do Guaranis, sustentada na comunicação escrita, quando voavam bilhetes entre as reduções. (Neumman, 2016, p.137)

O tratado foi o início do fim, não só de Sant’Angel, mas de todas as reduções em terras brasileiras. Nas missões “*os indígenas estavam mais protegidos da escravidão pelos colonos, no entanto, estavam submissos ao trabalho servil imposto pelos jesuítas*” (Pontes, 2010, p.58). Como apontou também dos Santos (2016, p.74), a intenção dos missionários era de “domesticar a diferença’ pela salvação”, o apagamento gradual da identidade Guarani por meio da catequese. Mas não apenas isso, a ação evangelizadora visava adaptar o modo de produzir dos indígenas: na “Segunda Instrução” escrita pelo Padre Torres de Bollo fica nítida a intenção de sistematizar o trabalho indígena e transformá-lo em atividade econômica (Santos, 2016, p.91).

2.2 COLONIZAÇÃO PORTUGUESA - séculos XVIII e IX

Enquanto os jesuítas tinham finalidade de aculturação, concebiam o “desenvolvimento” como algo a ser passado, ensinado aos originários para que estes fossem salvos via catequização, os portugueses eram extrativistas, viam o “desenvolvimento” na posse das terras e na escravização implacável dos originários, queriam ganho máximo à Coroa (Rechr, 2010). Assim, os Sete Povos a leste do Uruguai fizeram parte do acordo entre as Coroas Ibéricas no Tratado de Limites de 1750, conhecido como Tratado de Madri (Macri, 2018b, p.58):

Artigo XV

A Colónia do Sacramento se entregará por parte de Portugal sem tirar dela mais que a artilharia, armas, pólvora e munições, e embarcações do serviço da mesma praça; e os moradores poderão ficar livremente nela, ou retirar-se para outras terras do domínio português, com os seus efeitos e móveis, vendendo os bens de raiz. O governador, oficiais e soldados levarão também todos os seus efeitos, e terão a mesma liberdade de venderem os seus bens de raiz.

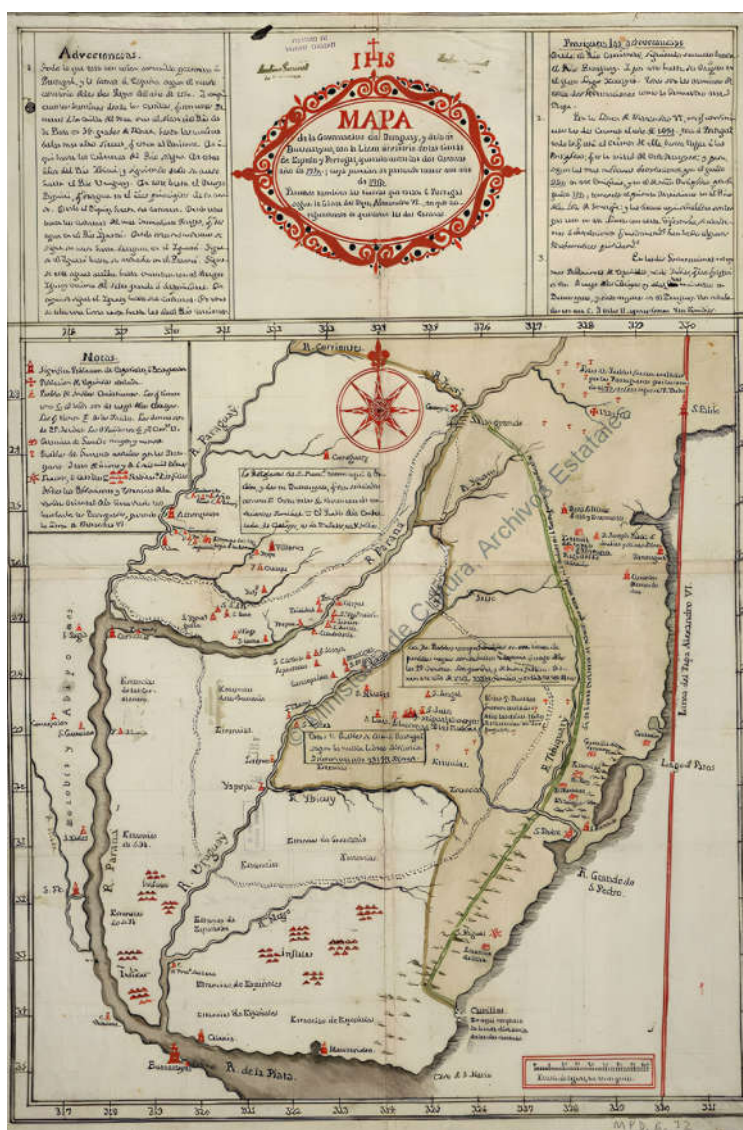
Artigo XVI

Das povoações ou aldeias, que cede S. M. C. na margem oriental do rio Uruguai, sairão os missionários com todos os móveis e efeitos levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as armas, pólvoras e munições, que tiverem em cuja forma

se entregarão as povoações à Coroa de Portugal com todas as suas casas, igrejas e edifícios, e a propriedade e posse do terreno.

Como podemos observar no trecho do Tratado de Madri (1750) acima, a Coroa Portuguesa tinha interesse nas terras a leste do rio Uruguai, aonde estavam alocados os Sete Povos das Missões (Figura 6), não no povo Guarani em questão. A partir do referido acordo entre Coroas, portugueses planejaram a tomada dos territórios, com anuência dos espanhóis e da Igreja Católica; porém não levaram em consideração o *Ñande reko* e o vínculo dos Guaranis como o *Takohá*. Tanto os Guaranis missioneiros, quanto os grupos Guaranis que viviam fora das missões recusaram-se a abandonar o território sagrado (Santos, 2016).

Figura 6 - Mapa da divisa cujas posses as Coroas pretendem tomar em 1752.



No período que antecedeu a Guerra Guaranítica, os Guaranis missioneiros utilizaram a habilidade de leitura e escrita apreendida com os padres no sentido da catequização para monitorar documentos e cartas oficiais e permanecerem cientes das intenções e negociações entre as Coroas (Neumman, 2007). Não apenas isso, usavam da escrita como meio de veicular suas opiniões:

Os bilhetes, por sua vez, estavam direcionados para a comunicação entre os próprios indígenas, sempre redigidos em língua guarani, indicando uma circulação mais reservada. Aqueles que aparecem traduzidos para o castelhano referem-se a comunicações entre lideranças de caráter pragmático e disseminam opiniões comuns sobre mobilização de soldados de guerra (Neumman, 2007, p.57).

O tratado de Madri (1750) deu início a Guerra Guaranítica em 1754, onde os povos originários lutaram bravamente em defesa de suas terras, até 1756 na fatídica batalha de *Caiboaté* em que os Guaranis missioneiros foram derrotados (Macri, 2018b). A Coroa Espanhola e a Igreja Católica ordenaram o retorno ou migração dos jesuítas em missão catequizadora, ordens acatadas pela maioria, mas não por todos. Independente disso, exércitos espanhóis e portugueses se uniram em batalha contra a resistência dos Guaranis. Em 1769 já não haviam mais jesuítas na região, os Guaranis foram massacrados, e os Sete Povos das Missões foram destruídos (Rechr, 2010).

A colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do colo: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais. Mas os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também crentes que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer. Mortos bifrontes, é bem verdade: servem de aguilhão ou de escudo nas lutas ferozes do cotidiano, mas podem intervir no teatro dos crimes com vozes doridas de censura e remorso. Sarítiago de Compostela excita os matamoros nas lutas da reconquista ibérica; a Cruz vencedora do Crescente será chantada na terra do pau-brasil, e subjugará os tupis, mas, em nome da mesma cruz, haverá quem peça liberdade para os índios e misericórdia para os negros. O culto celebrado nas missões jesuíticas dos Sete Povos será igualmente rezado pelos bandeirantes, que, ungidos por seus capelães, irão massacrá-las sem piedade. (Bosi, 1992, p.5-7)

A Guerra Guaranítica não só destruiu muito do patrimônio edificado no período jesuítico-guarani como dizimou a população originária ao longo da Conquista Portuguesa das

Missões (1801). Os Guaranis sobreviventes foram mortos nas tropas de fronteira ou convertidos em mão de obra nos latifúndios, submetendo as mulheres Guaranis a abusos resultando em uma geração de mestiços:

a miscigenação foi um projeto do império português logo após a Guerra Guaranítica pois representava a efetiva extinção da cultura indígena e, ao mesmo tempo em que dava origem ao elemento étnico que ficou conhecido como “missioneiro” promovia a ocupação do território por esse novo modelo familiar e garantia efetivo militar para a proteção das fronteiras. (Macri, 2018b, p.73)

Nesse processo os Guaranis restantes foram obrigados a abandonar seu território sagrado, expulsos das margens dos rios - que eram objeto de disputa limítrofe - e escravizados nas lavouras e pastagens privadas, se viram obrigados a recriar seu estilo de vida exacerbando sua mobilidade terrestre, dividindo-se em grupos domésticos em busca de áreas residuais de mata (Souza, 2016). Grande parcela dos Guaranis morreu ou migrou e o território, outrora povoado, virou ruína. Após o massacre, a região dos Sete Povos das Missões ficou abandonada sujeita aos avanços dos bandeirantes à caça de tesouros e de novos escravos. A redução de Sant’Angel, em especial, ficou por quase 100 anos sem povoamento oficial. O modelo de “desenvolvimento” trazido pelos bandeirantes portugueses distinguia-se em significado e prática do modelo de “desenvolvimento” dos jesuítas espanhóis, mostrava sem meandros a face mais violenta da colonização.

Entre o fim do século XVIII e início do século XIX os escombros da vida jesuítico-guarani foram destruídos pela ação do tempo, da força militar luso-espanhola e dos aventureiros. Foi a distribuição das sesmarias que deu a estas terras novas donos: José Borges de Canto, em 1801 reclamou em nome da Coroa Portuguesa de vez o território missioneiro exigindo a rendição dos poucos remanescentes das reduções destruídas que retornaram ao local. Consolidada a conquista, o agrupamento foi abandonado até o recenseamento de 1803 que reatribuiu o território missioneiro. Com a efervescência do novo Império Brasileiro a disputa pelos pagos missioneiros entre Portugal e Espanha restou esquecida. Segundo Macri (2018b) há relatos de viajantes e relatórios que apontam a resistências de poucos habitantes originários na região, cerca de 83 homens e 188 mulheres que sobreviveram ainda que sob maus tratos e submetidos a trabalhos forçados pelo comandante geral encarregado da localidade, relatam também a perda do conhecimento tradicional por parte destes residentes.

A missão de Sant’Angel construída pelos jesuítas e Guaranis em 1707, fruto da colonização legitimada pelo Tratado de Tordesilhas (1494) foi assim, também destruída na

Guerra Guaranítica provocada pelo Tratado de Madrid (1750) (Marchi, 2018). É em memória desse genocídio que até hoje no jargão popular os conterrâneos dizem que ‘*a terra das missões é vermelha do sangue indígena ali derramado*’⁷. O que deixa evidente que a memória do massacre ainda se preserva forte no imaginário social ao ponto de fatores geomorfológicos serem explicados pelas tragédias do passado na atualidade. Mas como e por quem essa memória foi preservada, se a memória social precisa de agentes que recordem, que ativem e a mantenham ativada (Nora, 2008) para resistir ao tempo?

2.3 A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO - séculos XIX e XX

O território santo-angelense tornou-se foco pelo Império ao serem divididas as sesmarias para repovoamento da região em 1830, o território da antiga redução de Santo’ Angel Custódio tornou-se parte integrante do município de Cruz Alta (atual Santa Cruz). Foi em 1831, quando Francisco de Paulo e Silva, em busca de vestígios de antigas estradas jesuíticas, conseguiu a sesmaria na região, juntamente com Antônio Manuel de Oliveira, Bento Barbosa e outros que efetivamente começou esse novo período de colonização (IBGE, 2010; Rechr, 2010).

A Companhia de Jesus, que já havia sido restaurada em 1814, buscou, junto ao governo da Província de São Pedro do Rio Grande, a autorização para criar novos aldeamentos a fim de “pacificar” os indígenas em 1847; entretanto, as tentativas realizadas por padres espanhóis não prosperaram devido a conflitos com a Assembleia dos Deputados e foram encerradas em 1852 (Macri, 2018b, p.74)

A primeira tentativa de nova instalação de europeus no território santo-angelense foi de imigração alemã e fracassou, apenas algumas famílias se mantiveram no local. O período envolvia disputas entre maçons e jesuítas, chegando a Igreja a declarar os maçons como inimigos maiores por suas campanhas pela laicidade do Estado, e acusações de proselitismo nas práticas pedagógicas dos jesuítas (Macri, 2018b). Foi só na segunda metade do século XIX que o repovoamento culminou em organização político-econômica (Vitor; dos Santos, 2019): Santo Ângelo integrou o município de Cruz Alta (atual Santa Cruz) até 22 de março de 1873 quando foi emancipada pela lei provincial nº835 e teve seu território desmembrado de Santa Cruz e São Borja, passando a constituir distrito sede, instalado em 1874 (IBGE, 2010).

Assim, o município que era inicialmente povoado por indígenas catequizados e espanhóis jesuítas, posteriormente foi povoado por portugueses e negros escravizados, mais tarde recebeu imigrantes alemães, italianos, poloneses, árabes e judeus para substituírem a

⁷ Paráfrase, há muitas variantes desta frase, todas similares em sentido.

mão de obra nas lavouras (Santo Ângelo, 2014). Os povos Mbyá-Guarani, após processo colonial jesuítico, sobreviveram à margem do reconhecimento social, apátridas que em seu ciclo migratório acabaram sendo compreendidos como estrangeiros não só no Brasil, mas também no Uruguai, Argentina e Paraguai pelas políticas indigenistas (Souza, 2016). Assim resta questionar como a nova população, agora de imigrantes europeus chegados em novo processo de colonização, passou a entender as ruínas das missões como bens edificados memoráveis e constituintes de suas identidades?

Nos deteremos um momento aqui, pois é interessante observar a sequência de atos legislativos que compôs o território geopolítico do município para que possamos depois entender as implicações destes movimentos na formação sociocultural da cidade e por conseguinte formação da memória e identidade local. Vou me ater aqui apenas as leis, atos, decretos e divisões que interferem diretamente na posse do município de Santo Ângelo sob os territórios das sete antigas missões, dados que são de imediato interesse do enfoque da pesquisa, porém as demais ações legislativas que interferiram na formação geográfica deste município podem facilmente serem consultados na página do IBGE (2010):

1881 - Lei provincial nº 1287 – criado o distrito de São Miguel

1901 - Ato municipal nº 9 – São Miguel anexado ao município de Santo Ângelo

1933 - Divisão administrativa – município de Santo Ângelo é constituído de 7 distritos: Santo Ângelo, Giruá, Independência, Inhacorá, Jarí, Rio Branco, Santa Tecla e São Miguel.

1938 - Decreto estadual nº 7199, de 31-03-1938, foram extintos os distritos de independência, Inhacorá e Santa Tecla, sendo seus territórios anexado ao distrito sede do município de Santo Ângelo como simples zona administrativa e o distrito de Jarí anexado ao distrito sede do município de Tupanciretã.

1939 – Divisão Administrativa - município de Santo Ângelo é constituído de 4 distritos: Santo Ângelo, Catuípe (ex- Rio Branco), Giruá e São Miguel das Missões (ex- São Miguel).

1948 – Divisão Administrativa - de Santo Ângelo é constituído de 7 distritos: Santo Ângelo, Catuípe, Entre-Ijuís, Giruá, Inhacorá, São José do Inhacorá e São Miguel das Missões.

1950 – Divisão territorial - município de Santo Ângelo é constituído de 9 distritos: Santo Ângelo, Catuípe, Coimbra, Entre-Ijuís, Giruá, Independência, Inhacorá, São José do Inhacorá e São Miguel das Missões.

1955 – Divisão territorial - município de Santo Ângelo é constituído de 7 distritos: Santo Ângelo, Catuípe, Chiapetta, Coimbra, Entre-Ijuís, Inhacorá e São Miguel das Missões.

1955 – Lei municipal nº 32 - criado o distrito de Eugênio de Castro desmembrado do distrito de São Miguel das Missões e anexado ao município de Santo Ângelo.

1960 – Divisão territorial - município de Santo Ângelo é constituído de 10 distritos: Santo Ângelo, Buriti, Catuípe, Chiapeta, Coimbra, Eugênio de Castro, Entre-Ijuís, Inhacorá, São Miguel das Missões e Vitória.

1979 – Divisão territorial - município de Santo Ângelo é constituído de 10 distritos: Santo Ângelo, Buriti, Coimbra, Colônia Municipal, Comandaí, Entre-Ijuís, Esquina Gaúcha, Eugênio Castro, São Miguel das Missões e Vitória.

1982/1983 – Pela lei municipal nº 695 alterada pela lei municipal nº 781, é criado o distrito de São João Batista e anexado ao município de Santo Ângelo.

1988 – Divisão territorial - município de Santo Ângelo é constituído de 14 distritos: Santo Ângelo, Buriti, Colônia Municipal, Comandaí, Entre-Ijuís, Esquina Gaúcha, Eugênio de Castro, Lajeado Cerne, Restinga Seca, Rincão dos Mendes, São João Batista, São Miguel das Missões, Vila Seca e Vitória.

1988/1990 - Lei estadual nº 8558, alterada, pela lei estadual nº 8995 - desmembra de Santo Ângelo o distrito de Entre-Ijuís. Elevado à categoria de município. O território do antigo distrito de São João Batista é anexado ao município de Entre-Ijuís, no distrito de Esquina das Missões.

1988/1990 - Lei estadual nº 8554, alterada pela lei estadual nº 8979 - desmembra do município de Santo Ângelo os distritos de São Miguel das Missões e Vila Seca, para formar o novo município de São Miguel das Missões.

1995 – Divisão territorial - município de Santo Ângelo é constituído de 15 distritos: Santo Ângelo, Atafona, Buriti, Colônia Municipal, Comandaí, Cristo Rei, Lajeado Cerne, Lajeado Micuim, Restinga Seca, Rincão dos Mendes, Rincão dos Meoti, Rincão dos Roratos, Ressaca, Buriti, Sossego e União.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2015.

Observando as ações legislativas que compuseram o território do atual município de Santo Ângelo, podemos notar que o referido município deteve em seu território por um período de tempo três das ruínas dos Sete Povos das Missões: desde a fundação aos dias de

hoje as ruínas de Sant’Angel Custódio; de 1901 à 1988/1990 as ruínas de São Miguel Arcanjo e 1982/1983 a 1988/1990 as ruínas de São João Batista (IBGE, 2022).

Já os Mbyá-guarani permaneceram apartados do território dos Sete Povos das Missões, mesmo após a constituição de 1988, sofreram preconceito da FUNAI⁸, por serem lidos como estrangeiros, foram empurrados a disputarem territórios com os indígenas de outras etnias, como os Kaingang, ao invés de terem suas terras demarcadas. (Souza, 2016) Apenas em 1990, após emancipação de São Miguel da cidade de Santo Ângelo, que os Mbyá-Guarani conquistaram o reconhecimento jurídico de parte de seu território (distanto este, quase 30km das ruínas de São Miguel Arcanjo) e a permissão para venderem seu artesanato no parque turístico. Já sobre o território geopolítico que hoje contempla Santo Ângelo, os Mbyá-guarani só retornaram em 2013 conquistando a demarcação de território em 2014, após árdua disputa jurídica (Souza, 2016); (Dezordi,2014), processos que analisaremos mais de perto no próximo capítulo. Por ora, questiono: se os Mbyá-Guarani só retornam ao território do município de Santo Ângelo por volta de 2014, como a memória “missioneira” ou “guarani” foi preservada no território? Que memória é esta que foi preservada?

As pedras da antiga redução de Sant’Angel fundaram – literalmente – o município de Santo Ângelo. Conforme a Lei Orçamentaria Municipal de 1905 que dita: “*Como medida econômica, mandei aproveitar as pedras e tijolos da antiga Igreja Jesuítica para os muros e calçadas externas dos edifícios municipais, tendo empregado na extração d’esse material os presos correcionaes*”. A memória dos Sete Povos das Missões era tão pouco familiar a estes novos moradores que eles se utilizaram das pedras remanescentes da grande catedral (Figura 7) em ruínas e das casas do antigo povoado missioneiro de Sant’Angel para construírem suas próprias edificações (Figura 8) (Marchi, 2018b), as quais refletiam seus próprios valores, com arquitetura majoritariamente eclética, ou seja, remetendo a estilos arquitetônicos advindos da Europa como o estilo clássico e o estilo barroco.

Em acordo com a Lei Orçamentaria de 1905 a nova cidade começa a ser edificada e povoada a partir do início do século XX. Ela que a partir de 1901 detinha dois dos sete territórios das missões dentro de seus limites: Sant’Angel e São Miguel. Enfrentou desafios distintos com a ocupação da região de São Miguel, 3º distrito do município à época: o território de São Miguel esteve sempre ocupado por remanescentes indígenas, gaúchos errantes, mestiços, aventureiros que cultivavam a terra ali, o que ocasionou conflitos no processo de demarcação de terras (Macri, 2018b). De forma que:

⁸ FUNAI: Fundação Nacional do Índio.

São Miguel e São João, que conformavam o terceiro distrito de Santo Ângelo, estavam inseridos em um cenário político-administrativo local, no qual outros distritos recebiam maior atenção da intendência em relação a investimentos e proporcionalmente à ocupação e aos rendimentos. (Macri, 2018b. p.98).

Figura 8 - Desenho das ruínas da cathedral original de Sant'Angel Custódio, de Carlos Pettermann, realizado em 1860.



Fonte: Theisen, 2020 *apud* Silveira, 1979

Figura 7 - Praça Central, ao fundo a segunda cathedral edificada sob escombros da primeira, 1900.



Fonte: Theisen, 2020.

Embora edificada sobre a estrutura da missão jesuítico-guarani, não foi até 1920, com o retorno dos jesuítas em segunda missão de colonização que a história e patrimônio da primeira missão passou a ser conhecida e valorizada. Santo Ângelo recebeu imigrantes alemães, italianos, poloneses, dentre outros grupos europeus, parte do projeto de “desenvolvimento”, urbanização e branqueamento empregado pela – agora – República do Brasil, especialmente após a crise de 1929.

É importante compreender que na primeira metade do século XX nacionalmente se observava desafios similares dos observados em Santo Ângelo. O Brasil era uma República, uma nação em si, mas seu povo não se identificava entre si; em Santo Ângelo esse fenômeno replicava-se, ainda que em diferente escala, como transformar estes grupos étnicos tão distintos em santo-angelenses?

A solução a nível nacional empregou esforço amplo do conjunto da classe dominante, especialmente dos intelectuais do período: o objetivo era a construção das instituições econômicas e Estatais capazes de inserir a nova República do Brasil nas disputas do sistema capitalista, mas uma mudança deste porte exigia “*previa modificação das*

estruturas mentais” (Garcia Jr, 1993, p.22). A elite brasileira viu-se obrigada a fundar uma nação: “*a formação da consciência nacional*” (Garcia Jr, 1993, p.23). De forma similar, as elites santo-angelenses empregaram esforços em fundar uma identidade local. Entretanto:

A identidade, por sua vez, manifesta-se pela unicidade entre natureza e cultura em oposição à outra identidade. A existência física é reconhecida por certas características próprias de cada ser, forjadas pelo movimento da matéria e, no caso dos seres humanos, pela capacidade de ação e imaginação (Bogo, 2010, p.36)

Assim, como o “*elemento diferenciador entre um e outro é a consciência, mas esta não se forma por acaso e, sim, por meio do trabalho (da ação), que leva à produção dos meios de existência*” (Bogo, 2010, p.35). A nível nacional avançava-se ao objetivo almejado pelas elites com o “mito das três raças” e idealização do Brasil como uma “democracia racial” (Schwarcz,2010), buscava-se por meio da miscigenação fundir as diferentes raças em uma única identidade nacional forjada para atender os interesses do capital (Garcia Jr, 1993). Similarmente, buscava-se em Santo Ângelo maneiras de elaborar uma identidade que unificasse os distintos grupos residentes no local. Assim, o reconhecimento e a elaboração do passado jesuítico-guarani desempenharam papel na formação territorial e cultural do Rio Grande do Sul (Vitor; dos Santos, 2011).

De acordo com Marchi (2018b), o primeiro evento de valorização e preservação da memória missioneira edificada no município de Santo Ângelo data de 1920 e foi outorgado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul. Seguido a este, em 1938 a região recebeu também reconhecimento nacional do patrimônio edificado outorgado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN⁹); (IPHAN, 2017). Estes dados que em verdade levantam mais questionamentos do que os respondem: como e porque em um período geopolítico tão conturbado como o entre a Primeira (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945); e com uma população relativamente alheia aos originários povos Guaranis que habitaram ali antes deles; as entidades estaduais e nacionais voltaram seus olhos para Santo Ângelo/RS e mobilizaram-se politicamente ao ponto de outorgar a esta localidade interiorana como oficialmente digna de memória, tutela e proteção do Estado a nível nacional?

O que Marchi (2018b) de maneira sagaz identifica é que o início das práticas de valoração do legado jesuítico-guarani coincide justamente com o retorno da Igreja Católica na figura da Companhia de Jesus, ou seja, condiz justamente com o retorno dos jesuítas a região

⁹ IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

para uma nova missão junto aos imigrantes no ano de 1920. Condiz ainda, como apontam Vitor e dos Santos (2019) com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Reivindicar um passado de prosperidade econômica e cultural, “um paraíso na terra”, sob o jugo dos padres jesuítas era útil tanto a Igreja Católica em sua nova missão catequizadora; quanto ao Estado e elites que buscava reforçar a recém criada identidade nacional de “democracia racial” entre brancos, negros e indígenas do Brasil. Encontraram nas religiões de matriz cristã trazidas pelos imigrantes europeus e nos processos de aculturação do passado a ponte para criação de uma identidade que unificasse os diferentes grupos étnico-culturais migrantes ao território santo-angelense. Ou seja, *“a concepção de patrimônio como órgão público, nacional e estatal fez parte dos séculos XIX e XX como instrumento de formação e consolidação das identidades nacionais.”* (Vitor; dos Santos, 2011, p.4). A memória das missões jesuítico-guarani não foi ativada por magia, nem foi preservada sem latências:

Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no de outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (Halbwachs, 1990, p.34)

Identificando os agentes responsáveis pela ativação da memória jesuítico-Guarani junto as instancias do Estado, aqueles que detinham o poder econômico e político para voltar os olhares a Santo Ângelo em um período histórico tão conturbado. É possível entender também a finalidade de tal empreitada: os padres jesuítas não estavam recordando um evento qualquer, contavam a sua própria história, *“sua sucessão gloriosa de altos feitos culturais”* a serem colecionados como *“tesouros culturais”* (Lowy, 2011, p.21). Como disse Lowy (2011, p.21) sobre o historicismo cultural: *“Ele celebra as culturas dos senhores do passado e do presente. Elogiando classes dirigentes e lhe rendendo homenagens, ele as confere o estatuto de ‘herdeiras’ da cultura Passada”*. Ou seja, reconstruíram o passado no seu presente operando a partir de dados do passado, mas conferindo aos feitos virtudes dignas dos vencedores, daqueles que detém o poder de narrar a própria história. Mas como compreender o processo de legitimação dessa reconstrução do passado, se como mencionei era grande a heterogeneidade cultural dos imigrantes residentes na nova Santo Ângelo?

Resgato a explicação de Elias que disse que *“a comunicação por meio de símbolos, que pode variar de sociedade para sociedade, é uma das singularidades da humanidade.”*

(Elias, 1994, p.5). De modo que, os imigrantes locados no território da antiga missão jesuítico-guarani, em sua grande maioria eram advindos da Europa e chegaram à localidade com sua própria identidade cultural, tinham sua própria memória a ser preservada: sua língua, canções, comidas, tradições, etc. Entendendo a cultura como “*o conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social*” (Bosi, 1992, p.10) é seguro afirmar que os distintos grupos étnicos migrantes à Santo Ângelo detinham culturas tão distintas quanto suas origens e linguagens.

Porém, é sobre a estrutura da memória ativada pelo retorno dos jesuítas e em meio a exaltação do passado em um novo projeto religioso e de aculturação que é projetado ao futuro, que é traçado junto a ele o desenho urbano na nova cidade - tão cartesiano quanto o traçado espanhol sobre o qual foi traçado o passado. Como disse Santos (2013, p.18):

Vivemos em um mundo exigente de um discurso, necessário à inteligência das coisas e das ações. É um discurso dos objetos, indispensável ao seu uso, e um discurso das ações, indispensável a sua legitimação. Mas ambos esses discursos são, frequentemente, tão artificiais como as coisas que explicam e tão enviesados como as ações que ensejam. (Santos, 2013, p.18)

O local, ainda que afastado dos grandes centros metropolitanos, não se distancia do espírito de seu tempo, a explosão urbana e de consumo iniciada nas capitais exporta uma nova compreensão de “desenvolvimento”, novos modos de produzir e de se relacionar. “*A identidade, individual ou coletiva, é parte constitutiva do movimento dialético já feito, antecipando a expectativa que ainda fará a nova identidade*” (Bogo, 2010, p.117). Nesse sentido, os grupos migrantes interagem entre si nesta localidade que agora compartilham, produzem a subsistência lado a lado e assim, como “*a sociedade que produz os conflitos e por eles é produzida*” (Bogo, 2010, p.117), reorganiza os grupos sociais.

Como apontou Pollak (1992), são elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva: I. acontecimentos vividos pessoalmente; II. Acontecimentos ‘vividos por tabela’ pelo grupo ou pela coletividade com a qual identifica-se. De modo que um lugar de memória pode estar ligado a uma lembrança individual, mas pode também se tratar da projeção ou transferência, podendo inclusive, serem fundados em fatos concretos ou não os personagens, acontecimentos e lugares. Os jesuítas, por meio do poder político e econômico de sua congregação reivindicaram as ruínas das antigas missões como memoráveis junto do Estado, mas não apenas, por meio do “poder simbólico” (Bourdieu, 1898) exercido legitimaram as

ruínas como memoráveis, mobilizaram o passado para legitimarem seu presente e seu projeto de futuro, ou seja, a nova missão junto à população local e a consolidação do município como organização político-econômica. Deste modo a memória projetada de um passado não vivido diretamente pela população Angelopolitana é encarnada e vivida, evolui permanentemente, sujeita a deformações consecutivas, manipulações, latências, a dialética da recordação e do esquecimento (Nora, 1993). Desta forma foram gestados pelos jesuítas valores no sentido da sacralização do legado edificado das antigas reduções jesuítico-guaranis, em especial da redução de São Miguel das Missões que dos Sete Povos é a que possui maior patrimônio edificado preservado (Marchi, 2018b).

Porém, os valores simbólicos de identidade e memória jesuítico-guarani gestados e mobilizados no período entre guerras mesclaram-se as tradições trazidas pelos ‘colonos’ europeus. Macri (2018b) aponta que os imigrantes trouxeram com eles ideias de desenvolvimento agrícola, produção de riquezas e expansão de comércio, projetos apoiados pelos Jesuítas e que restavam em contraditoriedade parcial a nova concepção de “desenvolvimento”, conhecido também como “nacional-desenvolvimento” que alcançava o Brasil do início do século XX, em meio a regimes autoritários - Estado Novo (1937-1945) e ditadura militar (1964-1985) - avanços do capital industrial, urbanização e desenvolvimento militar.

Ainda assim, o processo de urbanização foi acelerado a partir da implantação da malha ferroviária e inauguração da Estação Férrea em 1921 (Vitor; Santos, 2019). Santo Ângelo até hoje avançou pouco no aspecto industrial, segue sendo uma cidade de economia agrária até a atualidade, mas avançou cedo no que tange a militarização, ainda em 1922 abrigou o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo (Batalhão de Engenheiros)¹⁰ e em 1934 tornou-se sede do 1º Batalhão de Comunicação do Exército Brasileiro (Montaño, 2017).

De 1900 a 1924, Santo Ângelo vivia cenário político conturbado nas mãos de Braulio de Oliveira (intendente que segundo Macri (2018b, p.98) “coleccionava desafetos na região”). Diversas eram as dissidências e disputas políticas em virtude da concentração de poder na mão da oligarquia típica da Primeira República. A primeira dissidência data de 1921, ainda que o ápice dos conflitos por poder na região tenha sido a luta armada iniciada pelos opositores do Partido Federalista liderados por Assis Brasil, derrotado por Borges de Medeiros nas eleições estatais, uma guerra civil que se estendeu até dezembro de 1923,

¹⁰ BRASIL, Reserva Ativa. Resumo Histórico 1º Batalhão Ferroviário. s/a. Disponível em: <<https://1bfv.eb.mil.br/index.php/resumo-historico>> Acesso em 30-09-2023.

findando com Pacto de Pedras Altas, onde Borges de Medeiros assumia compromisso de não buscar reeleição.

Curioso observar que foi também na primeira metade do século XX, que a referida população santo-angelense vivenciou um evento histórico de grande significância política a nível nacional em primeira mão: a Coluna Prestes. Em 1924 o movimento rebelde liderado por militares, dentre eles Luís Carlos Prestes que rebelou o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo em movimento que partiu de Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga e percorreu o Brasil durante dois anos e três meses reivindicando a deposição presidencial. Prestes, posteriormente na década de 1930, rompeu com os companheiros de marcha aderindo ao Partido Comunista do Brasil (PCB) traçando trajetória marcante junto ao movimento comunista nacional e internacional (Vitor; Santos, 2019). A Coluna Prestes foi um acontecimento que também passou a fazer parte do imaginário social santo-angelense, ainda que de forma distinta ao imaginário “missioneiro”, mas abordaremos as diferenças desta e outras memórias coletivas do município no próximo capítulo com mais atenção.

As contradições entre projetos políticos e de desenvolvimento, poder e território na região noroeste do Rio Grande do Sul culminaram em conflitos e disputas, mas também modificaram profundamente o território urbano e a economia local:

Os movimentos republicanos que rebentaram por todo o mundo refletiram no regime brasileiro e, no Rio Grande do Sul, desenvolveu-se também um modelo republicano de inspiração positivista, com desdobramentos nas administrações regionais. O republicanismo castilhistas apregoou o desenvolvimento econômico do estado através de um rígido controle político autoritário, que se impôs muitas vezes através da violência, e que possuía na figura do coronel a do agente modernizador das localidades. (Macri, 2018, p.101)

A forma-cidade não só foi implicada por essa nova concepção de “desenvolvimento” e urbanização industrial importada, como a imigração fez com que a cultura europeia, da arquitetura à linguagem, avançasse sobre o desenho urbano pré-existente. Apesar de manter o traçado urbano hispano-americano, a cultura importada avançou sobre o planejamento urbano do município com intervenções, especialmente na escala arquitetônica como edificações neoclássicas e ecléticas de inspiração religiosa, exuberâncias derivadas do barroco que poeticamente rebelavam-se transfigurando o perfil urbano cartesiano da primeira colonização. Dessarte em 1929 começaram a construção da Catedral Angelopolitana da Santo Ângelo, terceira construída no local do antigo templo da redução, esta foi inspirada arquitetonicamente na cathedral da redução de São Miguel Arcanjo, suas esculturas e o acabamento da fachada

foram feitos por Valentin Von Adamovich (escultor austríaco) e foram inseridas em 1950, já as duas torres só foram concluídas na década de 1970 (Vitor; Santos, 2019).

No princípio deste capítulo foi questionado como compreender o processo de legitimação dessa reconstrução do passado missioneiro se era grande a heterogeneidade cultural dos imigrantes residentes na nova Santo Ângelo e agora respondo: Além dos interesses de autolegitimação dos jesuítas em nova missão ante as reivindicações de laicidade dos maçons, outros conflitos políticos desempenharam papel significativo na promoção da memória dos povoados missioneiros. Como aponte ao longo da narrativa a heterogeneidade não era apenas cultural, haviam disputas territoriais e políticas constantes, notórias discordâncias sobre os projetos e concepções de desenvolvimento, bem como sobre as formas e grupos em disputa pelo poder de governar a região, o estado e o país. Se no princípio do século XX foi regulamentada a utilização das pedras dos povoados missioneiros como material de construção as novas edificações, agora se fazia urgente uma forma de apaziguar as disputas e unificar o contraditório, a memória missioneira foi ferramenta de construção da identidade local que almejava reduzir os conflitos.

Da guerra civil instaurada na região noroeste pela disputa estadual entre Borges Medeiros e Assis Brasil - sem contar os conflitos pela demarcação e utilização das terras entre posseiros e imigrantes, confronto de concepções culturais e políticas, etc.- à Coluna Prestes, Santo Ângelo foi epicentro de disputas muito maiores que a pequena cidade. Do Pacto de Pedras Altas em 1928 Vargas foi eleito governador do estado do Rio Grande do Sul e elevado a líder federal pela “Revolução de 30” – revolta que deu fim a política “café com leite”, instaurada até então que alternava indicações a presidência entre São Paulo e Minas Gerais, em aliança entre os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba que se uniram em golpe de Estado. Embora Vargas representasse um projeto político desenvolvimentista, é preciso apontar que as políticas que marcaram sua ascensão na região noroeste do Rio Grande do Sul eram oligárquicas, patrimonialistas e belicosas, como aponta Macri (2018b). A década de 1920 foi tão conturbada a nível local, estadual e nacional quanto a nível internacional com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e subsequente crise econômica de 1929.

A memória das missões foi ativada nas décadas de 1920 e 1930 e deu projeção nacional as Ruínas de São Miguel durante o Governo Vargas, contribuindo para que *“as ruínas adquirissem status de elemento simbólico central para identidade dos santo-angelenses com o passado jesuítico-indígena.”* (Vitor; Santos, 2019, p.27). Contraditoriamente, as primeiras diretrizes internacionais sobre patrimônio surgiram em 1931 com a Conferência de Atenas e subsequentes cartas e recomendações, especialmente após a

Segunda Guerra Mundial com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), “*demonstrando a centralidade das questões culturais no âmbito das relações internacionais*” (Macri, 2018b, p.106). Assim, a primeira lei que formalizou o procedimento de salvaguarda do patrimônio histórico e artístico nacional só foi promulgada em 1937, no Decreto-Lei nº 25 e dizia:

Capitulo I

Do patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Art. 1º- Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

&1º- os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o Art.4 desta lei.

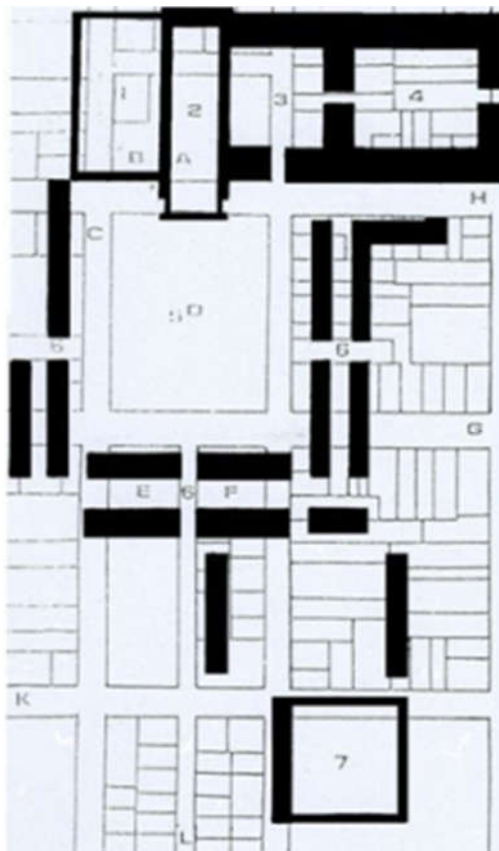
De forma que em 1940 foi criado o Museu das Missões que auxiliou na inserção das missões, em especial das ruínas de São Miguel na identidade nacional produzida no período do Estado Novo (1937-1945), bem como na disseminação da memória produzida. Dessarte, observamos que a memória missioneira se ancora no território como “lugar de memória” (Nora, 2008) utilizado para a produção de uma identidade social:

Aos poucos Santo Ângelo e a região das missões foram se constituindo em um mosaico étnico e cultural multifacetado que encontrou nos referenciais históricos do passado reducional uma forma de estabelecer unidade ao que por si só era diverso. (Vitor; Santos, 2019, p.27).

Entre apagamentos e recordações a cidade cresceu, aos poucos a memória ativada pelos jesuítas da segunda missão e pelas políticas institucionais cresceu misturada as culturas trazidas por portugueses, indígenas e afro-brasileiros, alemães, italianos, poloneses e outras diversas etnias. *O passado das missões jesuíticas passou a fazer parte não apenas do imaginário, mas principalmente das políticas públicas de rememoração e construção de uma identidade regional missioneira.* (Vitor; Santos, 2019, p.27). Apesar dos avanços da construção de uma nova cidade, o traçado urbano cartesiano dos Espanhóis resistiu a mais um século, como pode ser observado na Figura 9, embora fique ainda mais nítido se compararmos

o planejamento urbano de outras missões (Figura 11) com o traçado atual do município (Figura 10).

Figura 9 - Esquema de sobreposição do traçado urbano do século XX versus o projeto da antiga redução jesuítico-guarani.



Fonte: Scaramella, 1990.

Figura 10- Modelo urbano hispano-americano. Planta de Santo Angelo (Brasil). 1980.



Figura 11- Modelo urbano hispano-americano. Plan de la Ciudad de Guadalajara Capital del Reyno de Nueva Galicia (México). 1800.



Fonte: Museu Municipal Dr. Olavo, 2020. ¹¹

Fonte: Texas University Libraries, 2015. ¹²

2.4 SANTO ÂNGELO E A RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MISSIONEIRA

A erupção do moderno imperialismo iniciou-se suavemente, através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias, que pareciam corresponder aos padrões ou às aspirações de crescimento nacional autossustentado, conscientemente almejado pelas burguesias latino-americanas e suas elites no poder ou pelos governos. Para isso elas foram saudadas como uma contribuição efetiva para o “desarrolismo” ou o “desenvolvimentismo”, recebendo um apoio econômico e político irracional. Assim que elas se tornaram um polo econômico ativo das economias latino-americanas, revelaram sua natureza, como uma influência estrutural e dinâmica interna e como um processo histórico-econômico. (Fernandes, 1975, p.22)

Antes de prosseguirmos com os processos sócio-históricos de construção e reconstrução das memórias santo-angelenses proponho mais uma pausa, observemos as diferenças dos meios pelos quais a memória e a identidade dos povos foram e são cultivadas.

¹¹ Disponível em <<https://pmsantoangelocultura.abase.com.br/site/conteudos/2810-museu-municipal-dr-olavo-machado>> Acesso: 21/10/2023

¹² Disponível em <<http://www.lib.utexas.edu/benson/historicmaps/maps5.html>> Acesso em: 21/09/2021

Enquanto os Guaranis preservam e defendem o *Ñande reko* em processo quase integralmente de caráter sociocultural – ou seja, reproduzem seus valores efetivamente pelas relações sociais que desenvolvem coletivamente, especialmente via transmissão oral e prática intergeracional – os jesuítas trazem consigo ao território não só novas formas de produzir e relacionar, trazem também novos modos de recordar, introduzem junto da memória narrada a memória escrita e seus modos de transmiti-la. Agora observemos a diferença entre estes processos do século XVI e XVII aos processos que se desenvolveram a partir do fim do século XIX e início do século XX, da ascensão do Estado e de suas práticas burocráticas de produção e reprodução da memória: a memória parece ser produzida e reproduzida cada vez de forma mais vertical e menos horizontal, a legitimação de algo como memorável depende agora de processos burocráticos, do aval de órgãos institucionais, é uma subida vertiginosa em que quanto mais distante o órgão, mais valiosa a memória. Agora observemos a complexificação desse processo.

Como já havia comentado anteriormente, a criação da ONU e da UNESCO (1946) após a Segunda Guerra deu início a uma nova etapa nos processos de patrimonialização, na qual buscava-se um “valor universal” como critério para categorização dos bens. A memória coletiva de um grupo precisa, não apenas ser estruturada e estruturante das práticas coletivas deste grupo, mas também atender a hierarquias e classificações externas ao grupo determinadas por especialistas e instituições que detém o poder de legitima-la e de atribuir por meio desta força institucional a duração, continuidade e estabilidade desta. Como aponta Macri (2018b), instituições internacionais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) atuam não apenas desenvolvendo discursos autorizados sobre o patrimônio, mas por meio de conceitos, regulamentos e normas padronizam a compreensão homogeneizando a concepção do que é o patrimônio cultural.

A memória ativada, em especial a relacionada aos monumentos materiais, agora referendada e integrante de uma identidade “missioneira” que resta legitimada pelos processos burocráticos do início do século XX a nível estadual e nacional; é constituinte da narrativa histórica fundante de uma nação brasileira e de um modo de ser “gaúcho”. Dessarte, a partir da década de 60; e como resultado do surgimento da indústria cultural, e do culto ao monumento fomentado pelos processos de institucionalização das memórias coletivas acelerados pelo surgimento de órgãos cuja finalidade resta sobre a objetivação do passado; é que se altera a relação dos monumentos e dos lugares de memória (Nora, 2008) com a sociedade em função dos usos políticos e comerciais atribuídos ao patrimônio cultural.

Este processo de alteração das relações sociais frente a memória coletiva alcança Santo Ângelo – que, à época, detinha posse territorial das ruínas de Sant’Angel e São Miguel Arcanjo – o que era ruína, e passou a recordação projetada, agora torna-se sítio patrimonial gerido pelo IPHAN:

Ressalta-se que esse processo de reformulação do lugar em função do patrimônio já vinha ocorrendo em Santo Ângelo/São Miguel, desde o tombamento nacional das ruínas, no final dos anos 1930, como será visto adiante, mas essa fase dos anos 1960/70/80 é marcada por uma série de intervenções que difundiram o patrimônio e potencializaram as possibilidades de usos. (Macri, 2018b, p.105)

Observemos que a memória coletiva, que em princípio necessitava de um grupo social que recordasse, narrasse e compartilhasse essas narrativas, escapa agora destes quadros horizontais da memória, da relação social cotidiana e local. Conforme passa o tempo e altera-se o modo de produzir e viver, alterasse também a forma de recordar. O Estado, por meio de suas instituições e dos especialistas que a compõem, fazem da memória coletiva e de seus vestígios a matéria prima do patrimônio, um produto da história institucionalizada. Aplicam sob ela suas categorias – material, imaterial, cultural, histórico, arquitetônico, etc.- dissecam seus elementos, hierarquizam suas qualidades, destinam suas funções e guiam seus usos, salvaguardam.

As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então essa empiricização pode ser base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizados. Os sistemas técnicos criados recentemente se tornaram mundiais, mesmo que sua distribuição geográfica seja, como antes, irregular e seu uso social seja, como antes, hierárquico. Mas pela primeira vez na história do homem, defrontamo-nos com um único sistema técnico, presente no Leste e no Oeste, no Norte e no Sul, superpondo-se aos sistemas técnicos precedentes, como um sistema técnico hegemônico, utilizado pelos atores hegemônicos da economia, da cultura, da política. Esse é um dado essencial do processo de globalização, processo que não seria possível se não houvesse essa unicidade. (Santos, 2013, p.39)

Porém é por meio desses processos técnicos de salvaguarda que o patrimônio missioneiro sofreu mudanças radicais. Ainda na década de 1960 o Brasil já se aproximava da Argentina e Paraguai objetivando a internacionalização das missões como patrimônio cultural.

Ao fim desta década o DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) já solicitava escavações arqueológicas na região de São Miguel (que ainda era distrito integrante do território do município de Santo Ângelo). De 1970 à 1980 acelerou-se o ritmo e o número de patrimonializações, especialmente a partir da Convenção para proteção do Patrimônio Mundial de 1972 da UNESCO, a qual o Brasil ratificou em 1977. Em 1980, Ouro Preto se torna o primeiro patrimônio brasileiro a ser considerado patrimônio da humanidade pela UNESCO, em 1982 o Centro Histórico de Olinda, mesmo ano que ICOMOS recomenda o tombamento das Ruínas de São Miguel Arcanjo, validação que ocorre no ano seguinte, 1983. Diversos países tornam-se signatários da Convenção do Patrimônio Mundial, inclusive sul-americanos. Assim em 1984 as missões argentinas passam a patrimônio mundial e em 1993 as missões do Paraguai também (Macri, 2018b).

É na década de 1980, sob aceleração e globalização da ordem econômica, que muda a forma que o homem se relaciona com o tempo. Santos (2013, p.30) aponta que no espaço como meio técnico-científico, *“a esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo”*. Entende que, graças aos progressos técnicos há uma crescente artificialização do meio ambiente, mas também *“das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo”* (Santos, 2013, p.30). Deste modo, cresce o número de bens culturais nacionais considerados patrimônio da humanidade e adicionados à Lista do Patrimônio Mundial. Os quais em análise dos 204 bens inscritos, Macri (2018b, p.110) observou que *“ganham força discursos que reforçavam os valores de uma sociedade globalizada e interconectada, nos quais eram enquadrados patrimônios referentes a momentos históricos que permitiam tal interpretação”*.

No mesmo sentido, Vitor e Santos (2011, p.5) apontam que:

A Revolução Industrial agregou à dimensão do patrimônio suas potencialidades econômicas. A própria expansão da criação de museus e monumentos fez com que as pessoas passassem a frequentar estes locais como forma de presenciar as representações de um passado que acreditavam ser seu. Para alguns até poderia ser, para outros nem tanto.

Dessa forma o turismo se desenvolveu como atividade econômica atrelada ao processo de intensificação do fenômeno de patrimonialização de bens culturais. A fluidez e competitividade foram *“estimuladas de fora das sociedades implicadas e instaladas pela sedução das teorias ou pela violência da moeda”* (Santo, 2013, p.30). Eram estas as

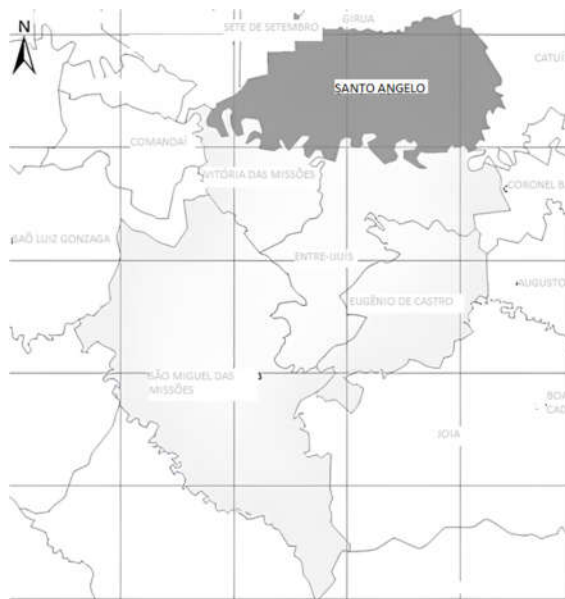
condições exigidas pela ação hegemônica para fazer das cidades competitivas ao capital, torná-las internacionais por meio de critérios criados para julgar sua capacidade competitiva e de atração para os investimentos nas atividades culturais e turísticas empresariais.

Santo Ângelo sonhava alto em alçar-se como cidade internacionalizada e ponto turístico mundial, e inseriu nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e cultural, nas campanhas políticas, no imaginário social ideias de um desenvolvimento a galope impulsionado pelo patrimônio cultural. Olha ao passado em busca de um futuro durante quase todo o século XX:

Esse período de espetacularização do patrimônio se manifesta em São Miguel das Missões através de iniciativas que visaram a alavancar o turismo, sobretudo através de projetos locais e regionais. O grande exemplo destes projetos foi a implementação de um espetáculo de Som e Luz, na década de 1970. Esse espetáculo constituiu-se como espécie de narrativa oficial alicerçada em recortes históricos vibrantes, amplamente divulgada pelas agências de turismo e apropriada pela comunidade gerando discursos e valores sobre o passado. De outro lado, acerca da gestão do patrimônio cultural e das ações de salvaguarda, estão as instituições federais para a área, IPHAN e IBRAM, que trabalham em sintonia com as transformações mais recentes das políticas públicas, no que se refere ao tratamento do patrimônio cultural, inserindo outras possibilidades de gestão e compreensão do legado jesuítico-guarani, como na perspectiva do patrimônio imaterial e da paisagem cultural. (Macri, 2018b, p.105)

Entretanto, retomem a lista de ações legislativas sobre a qual nos debruçamos anteriormente. Em 1990, por meio da Lei estadual nº 8558, alterada, pela lei estadual nº 8995 e da Lei estadual nº 8554, alterada pela lei estadual nº 8979, o município de Santo Ângelo perde de seus limites o território das ruínas de São João Batista ao recém fundado município de Entre-Ijuís e principalmente, perde o território das ruínas de São Miguel Arcanjo para o recém fundado município de São Miguel das Missões. Se Santo Ângelo objetivava sua internacionalização, esforçava-se a adequar o espaço e as políticas públicas de memória, o fazia atrelado aos monumentos edificados, a lugares de memória que agora já não lhe pertencem mais (Figura 12).

Figura 12 - Alterações limítrofes do município de Santo Ângelo em 1990



Fonte: Macri, 2018. Alterado pela autora.

Observando o percurso histórico e territorial da cidade de Santo Ângelo junto ao desenvolvimento das memórias coletivas vinculadas a essa história e territorialidade, é possível compreender que embora elas reivindiquem fatos do passado, estas reivindicações são arbitrárias, dizem mais sobre o momento em que são convocadas do que sobre o passado de fato. Como mencionei ao início desse capítulo, a memória local não deve confundir-se com a história local, embora estejam dialeticamente conectadas a primeira reivindica a segunda postulando mudanças, perspectivando futuros.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (Marx, 2002, p.6)

Pudemos observar uma localidade determinada e as determinações que a construíram como é. Acrescendo tempo ao local vagamos pelo seu passado observando conflitos e contradições, suas sínteses, as novas contradições, os conflitos delas derivados e assim consecutivamente. A terra que conhecemos hoje difere não só em nome da Missão de Sant'Angel Custódio (1706) para o município de Santo Ângelo (1857), passa muito mais do que tempo, passam pessoas, muda-se a natureza, as línguas faladas, o modo de produzir e de viver. Mas como foi mostrado neste capítulo mudanças tão profundas são batalhas, e quem

usualmente escreve a história são os que ganham. E como diz o ditado “*quem conta um conto aumenta um ponto*”¹³.

Os europeus, espanhóis e portugueses venceram, expulsaram os Guaranis de suas terras e os colocaram como apátridas por mais de duzentos anos e historicizaram a si mesmos como descobridores e fundadores de uma terra que já existia. Entretanto, todo este tempo depois, são justamente os descendentes europeus – desta vez também de alemães, italianos e poloneses – que reivindicam a memória das missões jesuítico-guaranis. No princípio do capítulo questioneei, o porquê deste o fazerem e agora respondo:

E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de se apresentarem nessa linguagem emprestada. (Marx. 2002, p.6-7)

Como apontou Marx (2002), a humanidade toma emprestado os signos do passado, conjura os mortos da história do mundo em seu auxílio nas disputas pelo presente. Fenômeno que observamos fugazmente neste capítulo nas décadas mais conturbadas do século XX e que observaremos mais de perto no próximo capítulo frente as contradições e reivindicações típicas de nosso próprio tempo histórico: Os projetos de futuro, o desenvolvimento almejado para si próprios e para aqueles que identificam como pares confrontam-se com os de outros grupos, mas também dentro destes, de forma espelhada e por vezes confusa, eles disputam o passado em defesa do futuro.

A memória jesuítico-guarani resiste como resistiu, porque os jesuítas retornaram a mesma localidade com nova missão catequizadora, sem dúvidas. Mas é parte de um projeto político muito maior, tal como Santo Ângelo, o Brasil também era um aglomerado de raças e etnias que não se identificavam entre si. Com culturas tão diversas ocupando os mesmos espaços, a legitimação de uma identidade em comum não poderia partir, exclusivamente da cultura, precisava de um fator unificador, em Santo Ângelo como no Brasil, a terra foi esse fator.

É a partir do território compartilhado e do qual todos dependem para sobreviver que foi possível formar uma experiência em comum. Mas este processo não foi natural ou orgânico, ainda que não se possa dizer que foi racionalizado ou planejado na totalidade de suas dimensões.

¹³ Ditado popular referente a fábula de Machado de Assis intitulada Quem conta um conto aumenta um ponto.

Com a tendência típica do Estado capitalista de mediar cada vez em maior medida as relações sociais, esse processo de construção de uma memória e identidade coletiva foi mediado, cada vez de maneira mais profunda, por braços do Estado e por seus técnicos especializados. Especialmente em tempos conflituosos, estes remexiam os baús do passado escolhendo arbitrariamente aqueles fragmentos que poderiam se adequar as novas narrativas históricas acionando valores que auxiliassem a própria consolidação deste Estado. A transformação da memória jesuítico-guarani em patrimônio, ao menos na localidade de Santo Ângelo, foi uma síntese para os conflitos no início do século XX, mas como logo veremos no próximo capítulo, também produziu novas contradições.

CAPÍTULO 3 – MEMÓRIA EDIFICADA E AS DISPUTAS POR MODELOS DE DESENVOLVIMENTO PARA A CIDADE

Se nas décadas anteriores, avançavam com intensidade os processos de patrimonialização da memória jesuítico-guarani, cresciam com estes o campo de atuação técnica especializada e as possibilidades de uso desse passado. Alçavam sonhos de reconhecimento, internacionalização, investimento e desenvolvimento da região encobertos parcialmente pelos “*jogos identitários que se processam em prol da afirmação de identidades que encobre o mito da atualização desse passado colonial e suas derivações.*” (Brum, 2016, p.31).

Se a memória coletiva missioneira, é um artefato (Bourdieu, 1973) produzido a partir, não necessariamente da experiência colonizadora do século XVI e XVII na região e das memórias dos grupos partícipes, mas principalmente das reivindicações e utilizações deste passado realizadas posteriormente, não é objeto desta pesquisa julgar, ainda que o próprio processo de pesquisa revele algumas pistas. O relevante aqui é que estas memórias foram produzidas atreladas ao território como produtor de identidade:

A produção de memórias sobre as Missões é duplamente localizada. Ou seja, é o espaço – como território - que está sendo nomeado e exaltado como lócus produtor de identidade ao interpretar o momento passado. Trata-se de uma simbolização do espaço, na perspectiva de Ortiz (2000:62) efetuada pelo grupo que delinea suas fronteiras. Somado a isso, a exaltação ou execração desta experiência remete a terra. (Brum, 2016, p.42)

No caso do município de Santo Ângelo, localização atrelada especialmente ao bem patrimonial mais valorado institucionalmente: as Ruínas de São Miguel Arcanjo. Diferente dos demais municípios que reivindicavam e reivindicam uma memória missioneira relativa à territorialidade de maneira mais ou menos abstrata relativa “às missões” como região. Santo Ângelo detinha em seu território três ruínas, mas não apenas, detinha aquele bem edificado cujo reconhecimento ultrapassava fronteiras regionais, estaduais e nacionais. A perda das ruínas de São João Batista e São Miguel Arcanjo não foi apenas uma perda territorial, memória e identidade local permaneciam vinculadas a uma territorialidade agora ausente; foi um “perder o chão” no sentido mais profundo da expressão:

Não se pode dizer que a história de Santo Ângelo tenha começado com São Miguel. Seria, talvez, uma meia verdade, já que Santo Ângelo e São Miguel eram dois dos sete povos missioneiros dos padres Jesuítas. Ainda assim, muita gente,

principalmente do povo, mistura logo as histórias de São Miguel e Santo Ângelo, tornando-as uma, indivisíveis. [...]

Trecho do Caderno Especial 100 anos de fotografia. 22 de março 1973

(Marchi, 2018, p.86)

Para compreender a profundidade desta conexão aos santo-angelenses é preciso saber que 33 anos depois da emancipação, São Miguel e São João Batista ainda estão em pé de igualdade representativa com Sant'Angel no brasão do Município (Figura 13, Lei Municipal de 1965):

Figura 13 - Brasão de Santo Ângelo explicado em postagem do Instagram da Secretaria de Cultura do Município.



Fonte: Secretaria de Cultura do Município, 2023¹⁴

Enquanto São Miguel era distrito de Santo Ângelo, a denominada “capital das missões”, não detinha interesse em sua sede e possíveis elementos arqueológicos do passado reducional. Em verdade Marchi (2018) afirma que as pessoas sequer acreditavam que

¹⁴

Disponível

em

<

<https://www.instagram.com/p/Cyip9HsAigY/?igshid=MTc4MmM1YmI2Ng%3D%3D>

>

Acesso em: 18/10/2023.

ocorreria a separação político-administrativa do distrito de São Miguel, ao citar a entrevista que realizou como o professor Mario Simon, que era Secretário de Turismo à época da separação, este comunica:

[...] A palavra “perdemos” São Miguel eu usei muitas vezes. Perdemos São Miguel. Foi quando se deu o maior interesse para Santo Ângelo. Foi quando se despertou mais para nossa igreja, e os outros bens, a capela, os índios daqui, foi quando a gente viu que tinha pouca coisa em relação a São Miguel. A gente perdeu São Miguel. E a gente perdeu São Miguel e São João junto.

Mario Simon.

(Marchi, 2018, p.88)

O sentimento de perda, negação e incredulidade, narrado por Mario Simon¹⁵ em entrevista cedida a Marchi (2018), é descritivo de conversas que tive neste período de pesquisa com tantos outros – especialmente com aqueles que participavam da gestão da administração pública no período. Técnicos especializados estiveram focados e encantados com o legado de São Miguel, escavavam, catalogavam, enumeravam, classificavam e expunham suas descobertas, produziam patrimônio enquanto a população leiga trocava causos e produzia memórias. Ambos, ao que me parece, confundiam à sua maneira as fronteiras atuais com o que no passado foram três missões distintas, atribuíam a um passado distante propriedades e valores do presente, buscavam no passado um projeto de futuro.

A Catedral Angelopolitana, que é aclamada até os dias hoje, é exemplo disso: muitos santo-angelenses não são cientes do fato de que é a terceira edificada no local, e uma mimese da catedral de São Miguel, mesmo que no presente o acesso a esta informação esteja muito mais explícito desde a exposição da fundação da primeira catedral. Inclusive, muitos dos cidadãos ignoravam o fato de que a cidade cresceu no sítio arqueológico da antiga redução de San’Angel até a primeira escavação em 1990. Ademais, embora as administrações municipais atualmente vangloriem-se do patrimônio missioneiro, é curioso observar que até 1970 ainda eram frequentes as vendas das pedras das ruínas não só de San’Angel, como de São João Batista e São Miguel Arcanjo (Vitor e Santos. 2019). No fim da década de 1970 diversos problemas estruturais surgiram nas ruínas da catedral de São Miguel, uma parede chegou a ruir e temia-se que toda fachada viesse a desabar, produzindo tensões e disputas entre o IPHAN e a Prefeitura (Marchi, 2018b).

¹⁵ Mario Simon, escritor e ex- Secretário de Cultura, Lazer e Juventude.

Contraditoriamente, a administração municipal em si parecia avançar lentamente nas práticas de patrimonialização em relação aos avanços das práticas de salvaguarda praticadas pelos órgãos nacionais encarregados da gestão de São Miguel, ou ao menos era o que entendiam estes, que expressavam a necessidade de maior compromisso das autoridades locais. Simultaneamente a administração e imprensa municipal teciam duras críticas ao IPHAN culpando o mesmo pelo estado precário de conservação das ruínas (Marchi.2018b). Em 1980 chegou a ser aberto na Câmara dos Deputados uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que visava averiguar a política de defesa e conservação, bem como a situação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Até o período do tombamento pela UNESCO a administração municipal voltava-se ao cultivo do passado missioneiro, em especial das ruínas de São Miguel e dos técnicos especializados do IPHAN e UNESCO que visitavam avaliando as possibilidades do título de patrimônio mundial que viria em 1983 (Macri, 2018b).

Tão ou mais curioso é observar que há relatos de que grupos populares organizavam-se na década de 1980 tentando impedir a demolição de edificações do início do século XX, operadas pelo poder municipal. Edificações estas que, à época, eram consideradas memoráveis por populares e movimentos culturais. Nativos parecem atribuir a perda do bem à venda da edificação para as lojas Riachuelo em embate que se arrastou por longo período encabeçado por grupo de teatro local que defendia a preservação da edificação.

A perda da edificação do Cine Theatro Municipal (Figura 13 e 14) “*foi o mais marcante e emblemático*” ao imaginário coletivo, identidade e memória, afirmaram os pesquisadores Rieck et al (2017, p11). O edifício Art Dêco que datava de 1941 locado na Rua 25 de Julho com a Rua Marquês do Herval era referência cultural do público da época, “*na composição de sua fachada, indicava a relação de uso/função, sugerindo um filme passando pela bobina (esquina), como elemento definidor na volumetria e composição.*” (Rieck et al. 2017, p.11). Foi demolido em 1984, movimento que Rieck et al (2017, p.11) afirmam ter sido resultado “*da especulação imobiliária*” e da “*falta de uma consciência maior quanto ao patrimônio cultural material no município*”. Me parece que populares e especialistas concordam sobre a especulação imobiliária ser *locus* da decisão de demolição deste bem edificado, mas que discordam quanto a questão da conscientização, peço que se atenham a esta discordância ao longo deste capítulo.

Figura 15 - Edificação construída em lugar do Cine Theatro Municipal



Fonte: GoogleMaps, 2022.

Figura 14 - Cine Theatro Municipal.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

De qualquer modo, a movimentação municipal e regional à época focava, por meio da delimitação e apelo ao território missioneiro, em produzir narrativas baseadas na reinterpretação do passado missioneiro especificamente. Junto ao poder do Estado e de instituições buscavam, num período político e economicamente conturbado, referências de um passado “próspero e pacífico”, mesmo que isto significasse utilizações, apropriações e interpretações múltiplas deste passado. O turismo aparece, então, como negócio onde o passado passa a ser consumido no presente (Brum, 2016). Tal concepção seguiu em frente por muitos anos, pois veja bem, até os anos 1990 o campo do patrimônio histórico era fértil também no ambiente acadêmico. O interesse pelo passado das missões jesuítico-guarani produzia estudos, reflexões e ações, ativava uma história, memória e patrimônio missioneiro (Vitor e Santos, 2019). Estes especialistas organizavam-se e especializavam-se em torno do passado das missões:

Em 1984 foi criado junto a Fundação Missioneira de Ensino Superior (FUNDAMES), o Centro de Cultura Missioneira (CCM), espaço dedicado a preservar documentos, bibliografia e até mesmo objetos materiais ligados ao passado reducional, criando-se também um Núcleo de Arqueologia no local. Esse espaço funciona até hoje e faz parte da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo. Da mesma forma, ligado ao ambiente acadêmico, foram realizados no município de Santa Rosa entre 1975 e 1995 onze edições do Simpósio de Estudos Missioneiros, evento dedicado a socializar pesquisas e conhecimentos acerca do passado das missões. (Vitor e Santos, 2019, p.30).

E foi assim que, apenas frente a perda de dois terços do patrimônio edificado relativo as missões jesuítico-guaranis (as ruínas de São Miguel e de São João Batista), santo-angelenses buscaram expandir a patrimonialização para além do legado jesuítico-guarani, passando a alcançar composições arquitetônicas de origens distintas e reivindicando outros fatos do passado do município.

3.1 CAMPEANDO RECUERDOS

O campo de memória, em Santo Ângelo, estava fortemente atrelado aos bens materiais – em especial ao passado edificado das ruínas de São Miguel. Isto, não só porque é um marco palpável do passado no presente, mas também, porque a identidade missioneira, sua cultura e memória como a conhecemos atualmente é passível de questionamentos sob sua origem, construções e reconstruções, como foi observado no capítulo anterior. O sendo assim, é compreensível que com a perda do principal bem edificado que referenciava esta memória no município, os muitos técnicos especializados do campo da memória local buscassem no passado novas referências que mantivessem seu campo de atuação ativo e crescente. Afinal de maneira dialética estes produzem o patrimônio e simultaneamente legitimam seu próprio saber e expertise, cunham para si um espaço de atuação (Bourdieu, 1989).



Figura 16- Segunda Igreja
(repopoamento, séc. XIX)

Fonte: Mutter, 2012



Figura 15 - Ruínas da primeira Igreja
(missão, séc. XVII)

Fonte: Mutter, 2012



Figura 16 - Catedral Ruínas de São Miguel.
(missão séc. XVI)

Fonte: Arquivo pessoal, Túlio D., 2022



Figura 19 - Catedral Angelopolitana
(reconstrução, séc. XX)

Fonte: Portal das Missões, 2023

Dessarte, foi logo após a perda das ruínas de São João Batista (Figura 20) e São Miguel Arcanjo (Figuras 18), em 1990, que Santo Ângelo teve suas primeiras pesquisas e intervenções arqueológicas que resultaram na lenta conscientização de que o núcleo da cidade detinha também vestígios do passado missioneiro (Vitor; Santos, 2019).

Figura 17- Ruínas de São João Batista.



Fonte: Portal das Missões, 2019.

Estes vestígios e suas múltiplas reivindicações e usos causam confusões até hoje. Por exemplo, ainda que na atualidade estejam expostos os vestígios da catedral original, quando

questionados, vários santo-angelenses afirmaram desconhecer que esta é a terceira edificada no local (Figuras 16, 17 e 19). Confusão que se justifica pelo estilo arquitetônico da última catedral (Figura 19) - cuja construção foi iniciada em 1929, mas que só foi finalizada em 1970 - que faz uma mimese do estilo arquitetônico da Igreja de São Miguel (Figura 18), induzindo a interpretações equivocadas de sua origem histórica:

O projeto da fachada da Catedral Angelopolitana é um exemplo das escolhas feitas para demarcar a identidade local relacionada às missões jesuítico-guarani, conforme se constata na pesquisa do arquiteto Rodrigo Kerber (2008) sobre a arquitetura moderna em Santo Ângelo. Em 1929, Santo Ângelo iniciou a construção de sua catedral – principal símbolo e ponto turístico local da atualidade - através de um projeto arquitetônico do Engenheiro-arquiteto Josef Lutzenberger, em estilo modernista neogótico, porém em meados da década de 1940, o projeto foi alterado com a intenção de reproduzir na catedral a fachada do templo de São Miguel (Marchi, 2018. p.84)

Os técnicos especializados, dentro e fora do poder público, com a emancipação de São Miguel e Entre-Ijuís, passaram a buscar novas referências no passado do município com as quais trabalharem. Estimulados também pelas administrações municipais e empreendedores locais que ainda sonhavam com as promessas de um grande polo turístico que, infelizmente para economia local, não chegaria. Vestígios destas esperanças podem ser encontrados até hoje em projetos e planos contraditórios de desenvolvimento reivindicados por políticos e lideranças locais, como veremos mais a diante neste capítulo.

Sem São Miguel e São João, técnicos de múltiplas áreas da cultura passaram a buscar no território santo-angelense referências do passado jesuítico-guarani, mas também a reconhecer como patrimônio edifícios construídos pelos colonos ao longo dos séculos XIX e XX. Em 1993 foram tombados pelo município os edifícios públicos sede da Prefeitura Municipal (atual Museu Histórico das Missões), Museu Municipal e Gare da Estação Férrea (Marchi. 2018b), ainda, outro período histórico que passou a ser ativado nos anos 90 foi o passado da Coluna Prestes (Vitor e Santos, 2019).

3.1.1. Prestes e a Memória Da Coluna

Luiz Carlos Prestes retornou à cidade exatamente 60 anos depois de sua saída à comando dos rebeldes em 1924. No mês de outubro de 1984, em um período onde já ocorriam campanhas pelo fim do regime militar e pela redemocratização do Brasil, mesmo ano das

campanhas das “Diretas Já”¹⁶. As disputas políticas acirravam divergências, quando a SENASA¹⁷ tomou a iniciativa de convidar Prestes com objetivo de evidenciar as obras de infraestrutura realizadas por ele enquanto capitão engenheiro em Santo Ângelo (1922-1924). Entretanto dado cenário político tensionado o evento tomou proporções maiores que as intencionadas inicialmente e contornos políticos com a participação e apoio da FUNDAMES¹⁸, mobilizando setores intelectuais e progressistas do município (Vitor, 2012).

Figura 18-- Palestra de Prestes em Santo Ângelo, 1984.



Fonte: Vitor, 2012. p.72.

A vinda de Prestes tinha relevância política ao período e suas reivindicações, de forma que o resgate da história da Coluna Prestes redirecionou o tema do evento que à início debateria questões ligadas à engenharia e infraestrutura urbana e passou a ser divulgado como “Coluna Prestes – 60 anos depois” (Vitor, 2012). No período, o então vereador Adroaldo Loureiro (PDT) propôs à Câmara de Vereadores conceder título de cidadão honorário à Prestes, pedido que foi negado com 10 votos favoráveis, 9 contrários e 1 abstenção. O retorno de Prestes ao município de histórico conservador, cujas administrações de 1969 à 1982 foram ligadas a ARENA¹⁹ e que então era gerido pelo PDS²⁰, obviamente foi controverso e provocou resistências das alas conservadoras da cidade (Vitor, 2019). O ex-vereador, autor da proposta, Adroaldo Loureiro (PDT) disse em entrevista (29/12/2011) a Vitor (2012) que:

[...] É bem verdade que ali, como eu já referi antes, vivíamos esse momento de retomada da democracia, eleições diretas e, assim, o conservadorismo era muito forte ainda aqui em Santo Ângelo, até pelo predomínio das oligarquias, enfim, do pessoal que esteve à direita, ela tinha muita força política ainda naquela época.

¹⁶ Movimento civil que buscava eleições diretas por voto popular à presidência.

¹⁷ SENASA- Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos de Santo Ângelo.

¹⁸ FUNDAMES -Fundação Missioneira de Ensino.

¹⁹ ARENA - Aliança Renovadora Nacional

²⁰ PDS - Partido Democrático Social

Então houve muitas resistências, a própria direção da URI recebeu algumas críticas por trazer o Prestes aqui, mas eu acho que foi um momento assim muito bom desse resgate histórico [...] (Vitor, 2012, p.71)

Interessante o observado por Vitor (2012), que apontou que o vereador que à época propôs título de Cidadão Honorário à Prestes é o mesmo que como Prefeito do município em 1996 inaugurou em Santo Ângelo o Memorial Coluna Prestes. Adroaldo em entrevista à Claudete Boff e Dione Mello Lenz (06/11/1998) disse que “*resgatar essa história toda é uma coisa importante, pra cultura, até mesmo pro próprio turismo nosso [...]*” (Vitor, 2019, p.17). Trecho que destaca a troca de objetivos no resgate de uma mesma memória, por um mesmo agente. Se em 1984 a presença de Luiz Carlos Prestes tinha objetivos políticos de apoio a abertura do sistema, em 1996 objetivava a continuidade de um projeto político-econômico de incentivo ao turismo no município após a perda de São Miguel e São João.

Independente dos objetivos almejados ao revirar os baús das memórias coletivas, aqueles que os reviram o fazem por necessidade “*de associar uma profunda mudança política a uma revisão (auto)crítica do passado*”, afirma Pollak (1989, p.3). Ainda assim, este movimento é um movimento arriscado, dado que a classe dominante não poderá jamais controlar completamente o rumo que reivindicar uma memória poderá tomar e correrá sempre o risco de reviver não só uma memória específica, mas os valores e tabus conservados pela memória que a antecede (Pollak, 1898). Questão que se apresenta ainda mais nítida pela crescente resistência a este passado em específico quando Vitor e Santos (2019) apresentam o seguinte trecho do texto publicado na Coluna Recanto do Sabiá, no jornal regional A Tribuna de Santo Ângelo de 12 dez. 2009:

Para vergonha e repúdio da nação, o nome de Luiz Carlos Prestes, covarde assassino e vendilhão de sua pátria, é dado a logradouros públicos, por indicação de autoridades executivas ou de políticos levianos e oportunistas, sem o menor sentimento de patriotismo. Certamente, desconhecem a verdadeira história ou esposam ainda filosofias sanguinárias e ditatoriais. Em nossa querida Capital Missioneira, usamos e veneramos o nome e a figura de Prestes, para fins turísticos, com o argumento de que quando iniciou a marcha, hoje denominada “Coluna Prestes”, este ainda não era militante do comunismo internacional e defendia ideais, digamos, mais “patrióticos” (Muller, 2009, p.06).

Neste sentido acho relevante questionarmos o porquê de as memórias da batalha que antecedeu a Coluna Prestes, da luta armada iniciada pelos opositores do Partido Federalista liderados por Assis Brasil à época de Borges de Medeiros no governo estatal não serem uma

das memórias escolhidas ou reivindicadas, mesmo tendo sido ponto interessante da ascensão de Vargas na política. Observando tal arbitrariedade, podemos perceber que nem sempre o silêncio sobre fatos do passado é uma oposição forçosa entre silenciados e a dominação Estatal (Pollak, 1989) tão complexo quanto os processos de preservação e enquadramento das memórias são os processos de esquecimentos e silenciamentos. O trabalho de enquadramento realizado pelos especialistas da memória é um trabalho de distinção entre o ordinário e o excepcional, o útil e o dispensável, o memorável e o passível de esquecimento e, portanto, tão arbitrário quanto qualquer outro processo de distinção, delimitado pelas categorias de sua época e por conseguinte, pelos interesses históricos a serem germinados por estas.

3.1.2. Recuerdos

Até aqui trabalhei muito com a dimensão histórica, com registros e historiografias, autos legais, com a parte formal do patrimônio e dos processos de patrimonialização no município. E embora jamais me afaste completamente destes, agora adentro uma outra dimensão do passado menos formalizada, embora ousa arriscar, mais difundida: os causos, as fofocas, os fuxicos, os diz-que-me-diz-ques de uma cidade relativamente pequena. Adentro na dimensão do que não pode ser dito formalmente, seja pelo seu conteúdo ou por sua forma, razão pela qual nomes e citações diretas foram ocultados evitando, em uma cidade onde todo mundo conhece todo mundo e todo mundo depende de todo mundo, fomentar desavenças ou prejudicar os meios de sobrevivência daqueles que gentilmente confiaram a mim suas memórias pessoais e coletivas, suas hipóteses e opiniões sobre os conflitos patrimoniais de Santo Ângelo.

Fonseca (2000, p.23) aponta o papel da fofoca nas relações cotidianas, seja ela “*relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio*”. É comum perceber a fofoca como uma força que intende causar o mal e o ser fofoqueiro como um adjetivo pejorativo. Fonseca (2000) identifica a fofoca como uma força equivalente na feminilidade ao papel da força física a masculinidade. Federici (2019) identifica também a fofoca como um atributo tipicamente atribuído a feminilidade, mas diz também que a origem do termo “*gossip*” [fofoca] advém de “*god parent*” [madrinha ou padrinho]. E referia-se às relações próximas, especialmente no âmbito espiritual, e em nada tinha de pejorativo em sua origem, que foi ao longo dos processos de expropriação de terras e destruição de vínculos comunitários que a fofoca ganhou contornos de acusação e disseminação de discórdia, visto que era a maneira mais comum das mulheres repassarem informações e resistirem aos esforços desagregadores de suas comunidades.

Federici (2019) se refere a transição do feudalismo ao capitalismo na Inglaterra do século XVI, mas achei curioso observar que neste nosso caso, a fofoca tem um papel social similar de denúncia, resistência e vazão a indignação e discordâncias nas disputas que envolvem os avanços do capitalismo sobre uma localidade interiorana. Os relatos não estão classificados por gênero, mas acho relevante informar que, do que pude observar homens e mulheres “fofocam” em quantidades similares em Santo Ângelo, ainda que as mulheres ganhem o título de fofoqueiras de maneira mais recorrente. Aqui traremos de um outro lado da fofoca, da função de resistência de opiniões e ideias dentro de um grupo, indo além da narrativa oficial ou da versão hegemônica, adentrando a dimensão controversa da circulação de informações e opiniões. Destaco ainda que a veracidade destas narrativas não é objeto desta pesquisa, interessa aqui compreender que a existência destas narrativas marginais é por si só um fenômeno significativo à sociologia: a fofoca é indicador de um conflito que não pode ser integralmente solucionado pelos meios oficiais.

Dito isto, retomo: às perdas produzidas pela emancipação de São Miguel das Missões e Entre-Ijuís ao município de Santo Ângelo foram sentidas em múltiplas dimensões. Vimos que especialistas locais perderam um campo de atuação importantíssimo e que políticos e empreendedores perderam perspectivas econômicas desejadas, mas que frente a adversidade da situação debatiam-se em reaver os prejuízos, campeavam memórias no passado local, produzindo novos patrimônios e novas esperanças.

Como mencionei no princípio deste capítulo e em alguns trechos de seu antecessor, haviam sim em Santo Ângelo memórias outras ligadas aos processos de imigração e de constituição do município. Aos poucos estas começam a serem também reconhecidas pelo Estado, digo isto, porque me parece nítido, tanto por relatos dos nativos, quanto pelos registros dos especialistas locais, que estas já eram socialmente reconhecidas como memórias coletivas pelos nativos especializados ou não na questão.

Se nos anos 1990 buscava-se tapar uma lacuna, reparar perdas e renovar esperanças ao olhar ao passado, nos anos 2000 novas movimentações rearranjaram os interesses do campo. Santo Ângelo havia apreendido com alto custo que bens edificados podem sim acabar perdidos, pela força da marreta ou pelo peso de um papel. De forma que, em setembro 2004, pelo Decreto Municipal 3.013 foi conferido ao CPAM²¹ - criado em 1993 (Decreto 2.299) - competência para atuar como COMPAHC²². Em novembro do mesmo ano declarou pela Lei

²¹ CPAM - Conselho do Patrimônio Arqueológico Municipal de Santo Ângelo

²² COMPAHC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santo Ângelo

nº 2792, patrimônio os materiais integrantes do acervo do Arquivo Municipal Augusto César Pereira dos Santos. Ainda neste mês/ano foi promulgada pelo então Prefeito Eduardo Loureiro a Lei nº2800/04, passou a regular o Patrimônio Histórico-cultural, Paisagístico e Natural do município determinando e como se dariam os tombamentos no município, esta ficou vigente até setembro de 2005, quando foi julgada inconstitucional pelo Proc. Nº 70010817526, Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado.

A inconstitucionalidade da Lei nº2800/04 promulgada dizia respeito a um vício de iniciativa, interferindo na competência exclusiva do Poder Executivo sobre a matéria da organização administrativa. Porém, sua inconstitucionalidade declarada deixou uma lacuna no que dizia respeito a regulamentação do patrimônio municipal. Frente a esta brecha foi criada, como medida paliativa, pelo Ministério Público e COMPACH, uma lista de imóveis com possibilidade de tombamento cujo objetivo era “*tentar preservar esses prédios através de uma ‘vigilância’ da justiça*”, segundo afirmou Darlan Marchi em comentário do seu blog *Santo Ângelo em Fatos e Fotos* (2009).

Os imóveis constantes nesta lista de interesse patrimonial deveriam ficar sob sigilo até a mesma ser divulgada e efetivada pelo Poder Executivo municipal, porém “dizem as más línguas que” nem sempre tais orientações são seguidas. De acordo com relatos, o antigo edifício do Hospital estava abandonado desde o final dos anos 1980 e foi se deteriorando até sua demolição em 2005, restando de todo complexo arquitetônico apenas a edificação que no passado servia como residência do Dr. Willy Gatz²³.



Figura 19 – Hospital Gatz, Rua dos Andradas esquina com a Rua Marques do Herval.

Fonte: Figura à esquerda – Arquivo Histórico Municipal.



Figura 20- Antiga casa do Dr. Gatz, Rua Antunes Ribas esquina com a Rua dos Andradas

Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

²³ Dr. Willy Gatz, médico alemão naturalizado brasileiro, fundador do primeiro hospital particular da cidade, considerado um marco para a história da medicina na região e no estado.

A perda do edifício do Hospital Dr. Gatz, primeiro hospital particular da região noroeste do Rio Grande do Sul foi recebida com revolta e luto pelos especialistas locais. Sobre a perda, Mutter (2012, p.104) afirmou que “*O prédio tinha uma grande representatividade para a história da medicina do Estado*”. Enquanto Vitor et al (2016, p.09-11) e Rieck et al (2017, p.08-09) esforçaram-se em registrar as características arquitetônicas e urbanas perdidas com o processo de perda do bem em artigos que chamaram de “*Obituário Edificado...*” e “*Obituário do Patrimônio Construído...*” indicando o forte sentimento de perda e luto relacionado a demolição do edifício mesmo muito anos depois do ocorrido. Já Marchi (Santo Ângelo em Fatos e Fotos, 2009) afirmou que:

Ao injustificável não há argumento, pior então sabermos que o espaço que abrigou essa importante instituição hoje dá lugar a um terreno vazio no centro da cidade. É triste saber que nossa história, que como o pronome bem diz é de TODOS, fica relegada aos interesses financeiros de POUCOS. (Marchi, 2009)

A Marchi (2009), nos comentários de seu blog, ainda em 2009 unem-se cidadãos dizendo:

Tuas palavras são as minhas também. Tentei sem chance conseguir salvar uma das colunas quando demoliram a parte principal do hospital, mas sem sucesso [...]

E mais, outro comenta:

...tu sabes que o patrimônio histórico material e documental não depende somente de políticos, mas sim de visão contemporânea dos cidadãos que habitam a cidade. Vejamos o exemplo que atualmente está ocorrendo em uma construção na rua Marques do Herval, perto do Clube Gaúcho, estão preservando a faixa da casa ali existente. Creio que são novos tempo...

Estes e outros comentários registrados no blog, não são necessariamente de profissionais especializados nas áreas da memória, em contrário, ao que poderia ser inicialmente esperado. Estas recordações e opiniões, são expressivas da percepção das mudanças urbanas, do avanço da especulação imobiliária sobre o perfil urbano da cidade, do sentimento de impotência registrado por estes frente ao desenvolvimento urbano local. Indicam ainda, no mesmo sentido dos relatos coletados nesta pesquisa que há interesse e vínculo entre locais e a edificação, indicam a existência de uma memória coletiva legitimada e mantida ativada pelos nativos. Há relatos de nascimento e doença, de partos e mortes,

curiosidades e anedotas que faziam da edificação, mesmo depois de abandonada algo de místico e encantador aos locais. Eu mesma recordo-me, de chamar a edificação de “*a casa da bruxa*” quando passava por ela ainda na infância, visto que era uma edificação frondosa e de arquitetura distinta do entorno que pelo abandono, ao fim dos anos 90, lembrava realmente uma mansão mal assombrada de filme infantil.

3.1.3. Entrevero

De 2005 a 2009 este foi o cenário do campo patrimonial de Santo Ângelo, com um pé no passado e outro no futuro, os especialistas do Estado e das Universidades, bem como cidadãos proprietários e populares buscavam descobrir a medida “certa” entre o novo e o velho, entre preservar o passado e construir um futuro. Assim, ao desabrigo da legislação revogada de 2005, a lista realizada por especialistas, seus levantamentos e esforços de registro junto ao Poder Municipal, Ministério Público e IPHAE foi que, com apoio de uma parcela da população auxiliou a preservação de edificações de arquitetura e história relativa à imigração do fim do século XIX e início do século XX.

Marchi (2018, p.90) os anos 2000, em virtude do desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil, Santo Ângelo experimentou um aquecimento no setor da construção civil, “*que, somado à predatória especulação do mercado imobiliário e à falta de políticas públicas municipais para preservação do patrimônio construído, promoveu a destruição de inúmeros imóveis na cidade.*” A contradição entre os interesses voltados para o centro histórico - em especial o entorno da Praça Pinheiro Machado - e os avanços do capitalismo sob o tecido urbano tiveram como principal resultado a demolição de muitas edificações antigas abrindo terrenos da região central para novas tipologias arquitetônicas. O confronto entre ideologias de progresso teve como síntese os avanços sob o desenho urbano da cidade foi um aumento da verticalização, perda das proporções e da identidade do perfil urbano da região central.

Em 31 de dezembro de 2009 o Prefeito Eduardo Loureiro -PDT - filho do ex-Prefeito e vereador Adroaldo Loureiro citado anteriormente- promulgou a Lei nº3365 que extinguiu o CPAM²⁴ e o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e cultural de Santo Ângelo e criou o COMPAHC²⁵. Na referida legislação ficou definido que:

Art. 2º São atribuições do COMPAHC:

²⁴ CPAM - Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico Municipal de Santo Ângelo

²⁵ COMPAHC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santo Ângelo

- I** – participar da formulação das diretrizes legais e normativas da política de preservação natural e cultural do Município, devendo necessariamente ter oportunidade de manifestar-se formalmente sobre as propostas que forem concebidas a partir do Poder Executivo municipal;
- II** – acompanhar e assessorar inventário dos bens culturais imóveis do Município e assegurar sua atualização constante;
- III** - elaborar anteprojetos-de-lei pertinentes à proteção, preservação, conservação e defesa do patrimônio cultural do Município, a serem encaminhados ao Poder Executivo, a título de sugestão de regramento legal municipal;
- IV** – fiscalizar a regularidade dos registros nos Livros-Tombo Municipais;
- V** – deliberar sobre o conteúdo de projetos que possam afetar, ainda que positivamente, o patrimônio cultural;
- VI** – participar das revisões periódicas das diretrizes legais e normativas pertinentes ao patrimônio cultural do Município, devendo necessariamente ter oportunidade de manifestar-se formalmente sobre as propostas que forem concebidas a partir do Poder Executivo municipal;
- VII** – receber e dar encaminhamento adequado, em seu âmbito de atuação e também junto aos outros diversos órgãos encarregados de proteção, preservação, conservação e defesa do patrimônio cultural, denúncias formais de atentados ou danos contra o referido patrimônio, em nível municipal, praticado por quem quer que seja;
- VIII** - fornecer informações e sugestões relacionadas à preservação de patrimônio Arqueológico e Cultural;
- IX** - deliberar sobre projetos que se encontrem na área do sítio Arqueológico e sobre os prédios inventariados e tombados (escavações, terraplanagem, demolições, reformas, construções etc), apresentados para exame e aprovação em qualquer setor administrativo municipal.
- X** – elaborar e, sempre que necessário, reformular seu Regimento Interno.

É importante observar que esses deveres do Conselho criado não são acompanhados de poder deliberativo sobre nada do acima citado, como podemos observar abaixo:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Santo Ângelo, autorizado a extinguir o Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico Municipal de Santo Ângelo – CPAM e Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santo Ângelo e cria o Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural de Santo Ângelo - COMPAHC, órgão colegiado autônomo e consultivo do Poder Executivo Municipal, encarregado de assuntos referentes à proteção, preservação, conservação e defesa do patrimônio cultural do Município de Santo Ângelo.

Parágrafo único. O patrimônio cultural do Município de Santo Ângelo é constituído por bens imateriais ou materiais, móveis ou imóveis, tomados

individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja proteção, preservação, conservação e defesa sejam de interesse público, devido ao valor ecológico, paisagístico, paleontológico, arqueológico, histórico, arquitetônico, bibliográfico, etnográfico, artístico e/ou folclórico que apresentem.

Ainda que a própria existência de um Conselho Municipal Patrimonial ao período era um avanço em comparação a muitos outros municípios do Brasil e Rio Grande do Sul. O COMPAHC ser um órgão apenas consultivo, que não detém poder deliberativo, como fica nítido no texto acima. Faz dele dependente do interesse da administração municipal vigente para efetivação de suas atribuições. Razão pela qual lamenta Mutter (2012b, p.12 e 2012. p.66) que aponta que isto faz com que o Conselho encontre “*barreiras na execução de seus pareceres*”. Sendo está uma questão pertinente, logo no ano seguinte o Prefeito em exercício do segundo mandato Eduardo Loureiro -PDT pela Lei 3469 de novembro de 2010 instituiu o SMS²⁶ e estabeleceu diretrizes para as Políticas Municipais de Cultura, além de criar o CMPC²⁷, a Conferência Municipal de Cultura e o FMC²⁸.

Ao olhar ingênuo estas movimentações legislativas podem parecer apenas acúmulos burocráticos, uma repetição de atribuições e interesses, mas asseguro que não o são. Vejamos, em 2004 o então Prefeito José Lima Gonçalves -PMDB por meio do Decreto nº 3.013 de 29 de setembro de 2004 ao Regular o funcionamento do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santo Ângelo passou suas atribuições ao CPAM considerando que ambos detinham atribuições estreitamente vinculadas. Lembrando que CPAM é o Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico Municipal de Santo Ângelo, este promulgou o referido decreto nos últimos meses de seu mandato, quando já ocorriam conflitos públicos sobre tomar ou não edificações do século XIX e XX e já haviam esforços de especialistas do Estado e instituições de ensino para inventariar tais bens patrimoniais. Ainda em 2004, dia 19 de novembro, o Vereador José Marques da Silva – PMDB, então Presidente da Câmara Municipal, apresentou a Lei nº 2800 que foi julgada inconstitucional em 2005 pelo Tribunal de Justiça do RS, já sob nova gestão municipal.

Assim, em 2009 quando Eduardo Loureiro extingue o CPAM e cria novamente um Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santo Ângelo – COMPAHC, este está efetivamente ampliando a gama dos interesses patrimoniais do município abrangidas por um Conselho Patrimonial. Entretanto ao fazê-lo um “*órgão colegiado autônomo e*

²⁶ SMS - Sistema Municipal de Cultura

²⁷ CMPC - Conselho Municipal de Políticas Culturais

²⁸ FMC – Fundo Municipal de Cultura

consultivo”, nesta também limita o poder de intervenção material atribuído aos especialistas e populares eleitos para este. Para que as propostas e pareceres do conselho tornem-se ações práticas é preciso, portanto, criar novo órgão – isto porque juridicamente não é possível alterar a função do órgão já existente, mas também porque um órgão de poder deliberativo precisa estar vinculado ao poder executivo.

Dessarte, quando em novembro de 2010 é criada a Lei nº 3.469 no segundo mandato de Eduardo Loureiro -PDT, o que está faz é proporcionar as condições necessárias ao avanço dos esforços dos especialistas: O Sistema Municipal de Cultura - SMC é, portanto, um mecanismo de gestão para implementação e efetivação de políticas públicas culturais, mas também uma ferramenta legislativa que tenta trazer os conflitos da esfera pública para a esfera jurídica, criando instâncias que visam efetivar a participação de todos os segmentos sociais interessados na cultura. Em colaboração com os órgãos previamente existentes e sob gerência da Secretaria Municipal de Cultura Lazer e Juventude, o SMC passa a contar com:

CCM – Cadastro Cultural do Município, cuja função é normativa, reguladora e difusora, organizando e disponibilizando informações sobre atividades culturais, espaços e artistas municipais.

CMPC – Conselho Municipal de Políticas Culturais, cuja função é normativa, consultiva, deliberativa e fiscalizadora. Este é composto por: 02 representantes da Secretaria Municipal de Cultura (o secretário da pasta e um servidor); 01 representante do Gabinete do Prefeito; 01 representante da Secretaria Municipal de Educação; 01 representante da Secretaria Municipal de Turismo; 05 representantes da sociedade civil que serão eleitos na Conferência Municipal de Cultura. E a ele compete o deliberado pela Conferência Municipal de Cultura - CMC.

CMC – Conferência Municipal de Cultura, cuja função é avaliar a execução de diretrizes e prioridades culturais do município. Realizada anualmente em setembro ou extraordinariamente se solicitado pelo CMPC. O CMPC também tem poder de regular a conferência, sua dinâmica e finalidades.

FMC – Fundo Municipal de Cultura, cuja função é de instrumento de financiamento de políticas públicas municipais de cultura e apoio a iniciativas culturais mediante editais específicos.

Diante do acima expostos, é possível entender, primeiro que todo esse aparato jurídico-administrativo é extremamente complexo ao olhar leigo, fazendo da participação popular limitada pelo acesso e compreensão da linguagem e dos mecanismos do Estado;

segundo, que ainda que o COMPAHC inventarie, catalogue, sistematize e emita pareceres sobre o patrimônio edificado, o tombamento e a educação patrimonial estão ainda sujeitos aos interesses das gestões municipais, seus projetos de desenvolvimento econômico e interesses políticos, isto porque na relação COMPAHC – CMPM é o segundo que detém o poder deliberativo sobre a organização de conferências, seus interesses, bem como a gestão de verbas destinada a ações de incentivo, pesquisa e divulgação cultural.

Ainda com todas estas ações legislativas, o desenvolvimento urbano e suas práticas predatórias -especulação imobiliária, expropriação de terras, gentrificação, descaracterização de territórios, fragmentação de comunidades, etc. - encontravam Santo Ângelo sem barreiras que delimitassem claramente o que do passado edificado do município participaria de seu futuro. Mesmo sob vigência dos mecanismos jurídico-administrativos explicados acima, até então, em razão da perda das ruínas de São Miguel Arcanjo, Santo Ângelo detinha apenas como bens tombados os edifícios públicos sede da Prefeitura Municipal (atual Museu Histórico das Missões), Museu Municipal e Gare da Estação Férrea, tombados em 1993 pelo poder municipal (Marchi. 2018b). Sem São Miguel, não havia mais patrimônio santo-angelense chancelado nem pelo IPHAE e nem pelo IPHAN, de modo que todas as disputas e controversas aconteciam novamente apenas na esfera social.

O planejamento urbano, sobretudo se obediente aos parâmetros das chamadas cidades internacionais, termina por estabelecer as condições de uma modernização sempre mais atual, negligenciando a maior parte da cidade e da população, o meio físico e humano [...] A dedicação quase exclusiva ao subsistema hegemônico da economia (urbana e internacional) descolado da totalidade aparece como dedicação quase exclusiva às tarefas do planejamento empresarial e à redação de um manual de investimentos e não propõe um planejamento propriamente urbano ou regional. (Santos, 2013, p.74-75)

As movimentações dos especialistas locais junto ao poder das instituições do Estado, efetivaram em 2010, o tombamento da Capela do Colégio Tereza Verzeri (Figura 24 e 25), pelo IPHAE. Esta é considerada ponto turístico inaugurado em 1954 e conta com pintura interna de autoria do artista italiano Emilio Sessa, discípulo do pintor Aldo Locatelli, a qual foi fator determinante para categorização da Capela como Patrimônio do estado do Rio Grande do Sul pelo IPHAE, por sua relevância histórica e artística, sendo que o tombamento estadual se refere apenas aos elementos artísticos e não ao prédio do colégio. (IPHAE, Portaria nº018/2010)



Figura 21 - Capela Verzeri

Fonte: IPHAE, 2010



Figura 22 - Capela Verzeri, pintura.

Fonte: IPHAE, 2010

Mesmo assim, com o poder municipal, a falta de legislação e normativas que regulassem o avanço da especulação imobiliária e a demolição de imóveis antigos, bem como a resistência aos debates sobre estas questões e sua inclusão no Plano Diretor que estava em construção são apontadas por Macri (2018), como as razões que levou a mobilização de representantes do COMPAHC. Junto a estes estavam também representantes do Movimento Pró Memória de Santo Ângelo - coordenado por especialistas do campo intelectual e populares de movimentos culturais, que também já compuseram o COMPAHC – e outros acadêmicos e legisladores da comunidade local exigindo a criação de uma legislação específica:

O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado. Nessas condições, o neoliberalismo não se aplica aos objetos apenas às ações que os objetos inovadores tornam mais fluidas e certeiras. (Santos, 2013. p74)

A lacuna deixada pelos projetos de desenvolvimento econômico baseados no turismo e que contavam quase que integralmente com o patrimônio internacionalizado das ruínas de São Miguel Arcanjo são evidenciadas em pesquisas como a de César e Stigliano (2011. p.479) sobre os valores de localidade turística cultural que concluíram:

Nas entrevistas realizadas com gestores do patrimônio, funcionários do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), locados no escritório de São Miguel, bem como com pessoas vinculadas a equipamentos turísticos (meios de hospedagem e serviços de alimentos e bebidas), observa-se, de modo geral, uma

visão memorial do patrimônio, porém com baixo profissionalismo no que se refere à acolhida ao visitante. Exceção são as pousadas de São Miguel.

Em Santo Ângelo, concentra-se a maior oferta de equipamentos e serviços para o visitante. Esta cidade se posiciona como sede regional dessa área do Rio Grande do Sul, acolhendo uma grande universidade e diversos serviços públicos e privados. Historicamente, é a mais nova das sete reduções orientais. Prosperou com uma expressiva produção de erva-mate, embora, das construções iniciais da redução, pouco reste, hoje. Erguida sobre a antiga capela missioneira, a atual catedral angelopolitana é de meados do século XX. Em seu entorno, foram abertas as “janelas arqueológicas” (...), espaços escavados cobertos de vidro transparente, que permitem a visualização de partes da fundação da antiga construção. O conjunto, completo pela praça, prefeitura e museu municipal, compõe o principal atrativo relacionado às missões no município.

Evidenciando um fantasma que ainda caminha pelos corredores das gestões da atualidade, o sonho de fazer de Santo Ângelo um polo do turismo cultural. Nas conversas com servidores do município que pareciam fortemente convencidos de que com a administração pública voltada para o turismo missionário é possível fazer de Santo Ângelo “*algo como Gramado*”. Dentre as esperanças destes surgem sugestões de novas edificações que repliquem a identidade visual e estilo arquitetônico das ruínas em prédios públicos, equipamentos urbanos e infraestrutura em geral. Em contrapartida as reivindicações de patrimonialização e musealização do passado migrante crescem. O passado e memórias dos grupos étnicos, que na primeira metade do século XX eram vistas como entraves a unificação dos grupos no território, aparece agora como solução a lacuna deixada por São Miguel nos sonhos santo-angelenses de desenvolvimento:

Mas a cidade como um todo resiste à difusão dessa racionalidade triunfante graças, exatamente, ao *meio ambiente construído* que é retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais. À cidade informada e às vias de transporte e comunicação, aos espaços inteligentes que sustentam as atividades exigentes de infra-estrutura e sequiosas de rápida mobilização opõe-se a maior parte da aglomeração, onde os tempos são lentos, adaptados às infra-estruturas incompletas ou herdadas do passado, aqueles espaços opacos que aparecem também como zonas de resistência. É nesses espaços constituídos por formas não-atualizadas que a economia não-hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência. É nessas condições que as grandes cidades do Terceiro Mundo são, por um lado, rígidas na sua vocação internacional e, por outro, dotadas de flexibilidade, graças a um meio ambiente

construído que permite a atuação de todos os tipos de capital e, desse modo, admite a presença de todo tipo de trabalho. (Santos, 2013. p.74)

Entre a ausência do poder municipal e as reivindicações dos muitos especialistas em memória, cultura, história, arquitetura, arqueologia e turismo que foram formados no ápice da ativação da memória jesuítico-guarani promovida pelo poder municipal, mas também, pelo IPHAE, IPHAN e UNESCO a seleção daqueles elementos que viriam a ser ou não alvo das operações e práticas de preservação parece cada vez mais confusa aos olhos dos populares. Isto já que há mais de um século eram ensinados o valor patrimonial das ruínas missioneira, da identidade missioneira, da cultura missioneira em oposição aos valores, identidade e cultura de seus grupos étnico-raciais de pertença e dos bens por eles edificadas.

Dessarte, os processos de renovação do tecido urbano, especialmente do perfil arquitetônico local, aconteciam em larga escala. Prédios do século XIX e XX davam espaços a terrenos vazios, altos edifícios residenciais e à monolíticos edifícios comerciais de arquitetura muito mais simplória que os frondosos prédios ecléticos, art nouveau, neoclássicos e modernistas que antes compunham a identidade urbana local. Mas, como apontou Santo (2013) nas citações antecedentes: o que resiste aos impulsos globalizadores nas cidades é justamente o “*meio ambiente construído*”. A infra-estrutura exigida ao desenvolvimento urbano de pequena em grande cidade encontra solidez e robustez de um planejamento urbano que resiste aos séculos. O traçado espanhol permanece característica principal do território santo-angelense, mesmo quando em escala arquitetônica mudanças significativas podem ser observadas.

A demolição e deterioração de edifícios fez com que novas disputas públicas surgissem sobre o que era memorável ou não. Quando em setembro de 2011 um Sobrado (Figura 26 e 27) localizado na Rua Florêncio de Abreu esquina com a Rua Antônio Manuel foi parcialmente derrubado (Figura 28). Demolição parcial a qual narra o Sr. Antônio Rousselet²⁹ em sua Coluna no Jornal Mensageiro, edição de 16 e novembro de 2011:

O sobrado da Florêncio de Abreu A rua Florêncio de Abreu inicia na esquina com a rua Antônio Manoel. Contínuo a ela, no sul, era um campinho onde a Prefeitura, ou o Sr. Raul Oliveira cedeu para a construção do Ginásio Santo Ângelo.

²⁹ Antônio Rousselet é cidadão conhecido do município, residente de Santo Ângelo desde 1932, como ele mesmo narra em sua autobiografia que está disponível em seu blog pessoal <<https://antoniorousselet.blogspot.com/2017/02/biografia.html> > onde este postou também histórias e contos. Sua autobiografia é um exemplo público da relação entre território, cidade e memória que perpassa a história e memória individual de tantos outros nativos santo-angelenses chegados no início do séc. XX. A forma com que ele enraíza a si mesmo em relação aos lugares da cidade é representação notória da relação de pertença entre cidadãos e espaço construído.

Nessa esquina, em 1924, o Sr. Guilherme Woff construiu um sobrado grande, muito bonito para a época, em um terreno de 20x70 metros, que levou o número 921. Em volta, eram pequenas as casas e somente na esquina da rua Venâncio Aires tinha a casa comercial. Posteriormente, abaixo, construíram-se o Presídio Municipal. Na própria rua edificaram a madeireira Colla. O prédio era alugado para o Sr Teobaldo Wolfenbitel, que colocou um bolicho para compra e venda de produtos coloniais, morando no segundo piso. Era uma parada obrigatória dos colonos do Rincão dos Mendes, Olhos D'água, Lageado das Pombas e Santa Tereza. Em 1945, foi vendido pela viúva Dorotéia Wolf para o casal Francisco Galeazzi e sua esposa Dona Amalia, constando da escritura pitorescamente dois cômodos e uma vaca. O Sr. Francisco Galeazi continuou com o bolicho e residia no piso superior com seus filhos. A herdeira Ivone Galeazzi há um ano vendeu o prédio para o senhor Ilvio, que o revendeu para o senhor Paulo Migliorini. Este foi o primeiro prédio da rua Florêncio de Abreu. Era um ponto de referência para a cidade. Por isso foi para nós um grande choque emocional, vê-lo parcialmente demolido, na segunda-feira, em um trabalho de destruição ao patrimônio histórico do município, surpreendentemente iniciando sábado, e continuado no domingo. Meus bisnetos não poderão mostrar aos seus filhos o sobrado que seus bisavôs frequentavam em sua juventude. (Mutter, 2012 p.199)



Figura 23 - Sobrado da Florêncio de Abreu.

Fonte: Vitor et al. 2016



Figura 24 - Sobrado da Florêncio de Abreu, 2011.

Fonte: Mutter, 2012.

A demolição iniciada (Figura 28) em setembro de 2011 foi a faísca em um barril de pólvora que vinha crescendo por bastante tempo. Vitor et al (2016) apontam que foi na sessão da Câmara de Vereadores do dia 05 de setembro de 2011 que o recém criado “*Movimento em Defesa do Patrimônio Cultural de Santo Ângelo! Amo Minha cidade e quero sua História*

Viva!” apresentou uma carta pedindo ao poder municipal legislações de proteção do patrimônio edificado do município. Em entrevista a RBS, Darlan Marchi representante do município disse: “*Estamos sempre falando no orgulho de ser missioneiro, mas estamos demolindo prédios que ajudam contar a nossa história. Nem sequer a Catedral Angelopolitana é amparada por uma lei que a proteja*” (Vitor et al, 2016, p.6).



Figura 25 - Sobrado da Florêncio de Abreu, 2012.

Fonte: Mutter, 2012.



Figura 26 - Terreno onde ficava o antigo Sobrado.

Fonte: Vitor et al, 2016.

O grupo “*Em Defesa do Patrimônio Cultural de Santo Ângelo*” organizado por meio de um grupo do Facebook era liderado por membros do COMPAHC e contava com auxílio de legisladores e apoio de parcela da comunidade - especialmente da comunidade acadêmica - conseguiu com a intervenção do Ministério Público, notificar a Prefeitura e os proprietários de imóveis que constavam no inventário realizado pelo COMPAHC previamente (Darlan. 2018). Assim, conquistaram uma pausa temporária desta e da possibilidade de outras demolições. Entretanto, a pausa não perdurou e hoje na esquina onde ficava o Sobrado de 1924 está um terreno vazio (Figura 29). Segundo Macri (2018. p.92) o edifício foi demolido ainda em 2011, “*sem a devida autorização*”.

Ainda em setembro de 2011, uma semana depois da manifestação em defesa da preservação dos edifícios considerados históricos os proprietários dos imóveis alertados pelo Ministério Público do interesse patrimonial de seus bens acompanharam sessão da Câmara de Vereadores representados pelo advogado Nelmo Costa e mostram-se contrários à aprovação do projeto de lei encaminhado pelo município em 2009 (Vitor et al, 2016). Este Projeto era parte integrante dos esforços do COMPAHC, do Movimento Pró-Memória, do Ministério Público e do IPHAE, que entre os anos de 2009 e 2012 trouxeram especialistas para conversar

com a comunidade e auxiliar no desenvolvimento de uma legislação de proteção patrimonial para o município (Marchi, 2018). Marchi (2018, p.91), que era liderança a frente dos esforços de preservação patrimonial local diz que:

...a hesitação do poder público local, principalmente do legislativo, pressionado por interesses políticos, investidores, especuladores e por proprietários insatisfeitos com a situação, contribuiu para que não se avançasse na regulamentação do tema, o que promoveu desinformação e o temor de que os prédios fossem desvalorizados devido aos boatos de possível tombamento compulsório por parte do executivo municipal.

O temor narrado por Marchi se sustenta no relato dos proprietários locais até o presente e ficará mais explícito nos acontecimentos que se seguem. De mesmo modo que o correr do tempo adiciona nitidez aos avanços do capitalismo e urbanização na localidade. Do apresentado até aqui destaco o impacto da ativação da memória das missões na desvalorização da memória dos grupos migrantes do período do repovoamento e o papel da consolidação da identidade missioneira na diluição da identidade dos grupos étnicos:

Nas audiências públicas realizadas nesse período, era possível observar que a cultura material remanescente da redução jesuítico-guarani havia se tornado o fiel da balança para qualificar o patrimônio. Assim, se o imóvel estava no entorno da praça, se havia nas paredes da construção rochas itacuru utilizadas nas reduções, se estava no quadrante delimitado como sítio arqueológico, percebia-se um entendimento maior sobre seu valor e, entre os proprietários contrários ao tombamento, o entendimento de que a prefeitura devia ajudar a manter esses imóveis, ou então, compra-los. Quando o imóvel estava localizado em outra zona da cidade, ou estava no Centro Histórico, mas não se enquadrava nesses critérios de relação material direta com o período missioneiro, a contrariedade era ainda maior. (Marchi, 2018, p.91-92)

Estas questões nos acompanharão ainda mais de perto daqui em diante. Ao observarmos a organização dos conflitos sobre o patrimônio municipal e a relação dos nativos com este patrimônio, no processo de constituição desta questão como um “*problema público*” (Cefai, 2017) e no desenvolvimento dos grupos em oposição ou em favor dos tombamentos e em suas relações entre si e para com o “*meio ambiente construído*” (Santos, 2013). Mas antes de adentrarmos a análise das relações dos grupos, pausemos para observar que intuitivamente nativos parecem separar memória coletiva e patrimônio. O fazem por critérios estes que sim, advém da ativação da memória missioneira realizada pelo Estado e seus técnicos, mas me parecem deter também outra dimensão.

Por exemplo, ainda na entrevista dada a RBS na primeira audiência Marchi -nativo e especialista do campo- como representante do “Movimento em Defesa do Patrimônio Cultural de Santo Ângelo!” disse para defender a construção da demolição que ela “...é de 1924 e serviu de pousada no auge do transporte ferroviário e da colonização alemã do município” (Vitor et al, 2016, p.6). Agora retomemos o argumento final do Sr. Antônio Rousselet -nativo e leigo- em defesa da mesma edificação: “*Meus bisnetos não poderão mostrar aos seus filhos o sobrado que seus bisavôs frequentavam em sua juventude.*” (Mutter, 2012, p.199). Ambos são nativos e estão em defesa da preservação do Sobrado, mas o fazem partindo de lugares distintos, o argumento de Marchi tem critérios tecnicamente muito importantes, o ano de construção, o uso social ao município e a representação do prédio frente a história local; enquanto isso, o argumento do Sr. Rousselet tem critérios importantes a ele e aos seus vínculos relacionais, perpassa diretamente sua memória pessoal e a memória do grupo social ao qual ele pertence. Defendem a mesma coisa, mas não o fazem pelos mesmos termos, não usam dos mesmos critérios, e mesmo quando usam termos similares, estes tem significados distintos: um apela a técnica hegemonicamente legitimada, outro ao sentimento.

3.2 GUASCAS E AS PELEIAS

Logo após o episódio do Sobrado, ocorreu um segundo evento que inflamou ainda mais ânimos já em chamas, um edifício foi construído na Rua Antunes Ribas próximo a Catedral Angelopolitana. A interferência da altura do mesmo na paisagem urbana e na vista do ponto turístico foi alertada pelo COMPAHC. Porém, como já havia sido emitida autorização pela prefeitura, e o legislativo não se manifestou a sua construção seguiu. Com o acirramento das tensões sobre a patrimonialização ou não de edificações no território santo-angelense, o grupo de Facebook chamado “*Defenda Santo Ângelo!*” foi criado e organizava por meio da internet a disputa em favor da patrimonialização. Este grupo chegou a conter 1.211 membros em 2014 (Reis et al, 2016, p.15) e permanece ativo até hoje - conta atualmente com 1.100 membros³⁰. O grupo, com apoio da *Oscip Defender*³¹, realizou um abaixo-assinado³² que incentivou a abertura de processo administrativo pelo IPHAE (Reis et al, 2016). Neste requeriam:

³⁰ Dados coletados em 27/10/2023.

³¹ Oscip Defender – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público para a Defesa Civil do Patrimônio Cultural.

³² Abaixo-assinado Pelo Tombamento Estadual do espaço que compreende o Centro Histórico e Arqueológico do antigo povoado Missioneiro de Santo Ângelo Custódio. Disponível em < <https://peticaopublica.com.br/?pi=P2012N24905>> Acesso em: 27/10/2023.

o TOMBAMENTO do espaço que compreende o Centro Histórico e Arqueológico do antigo Povoado Missioneiro de Santo Ângelo Custódio (atual Praça Pinheiro Machado, Largo da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, Catedral Angelopolitana e entorno).³¹

Dentre as justificativas referem-se a dois fatos da história passada, a missão jesuítico-guarani e ao repovoamento. Apontam como critérios relevantes ao tombamento, além da história, a importância sociopolítica do município à região noroeste e as características artísticas e arquitetônicas de edificações do Centro Histórico – Catedral Angelopolitana, Antiga Prefeitura Municipal, Museu Municipal e a Rua Missioneira. Apontam ainda a omissão do município frente ao patrimônio:

[...]Não há cuidado da municipalidade e planejamento de construções no entorno desses bens tombados que merecem uma atenção estadual por sua representatividade cultural, visto que existem projetos de construções de prédios com mais de 3 andares no entorno do Centro Histórico, causando sérios danos a paisagem e sufocando a Praça e a Catedral.³¹

Apontam ainda que a omissão da municipalidade restava inconforme com: 1. Decreto-Lei Federal nº. 25, de 30 de novembro de 1937; 2. Decreto Estadual nº. 31.049, de 12 de janeiro de 1983; 3. Constituição Federal de 1988 (Art. 30, Art. 215 e Art. 216)³¹. A pressão realizada a partir da organização do grupo culminou em julho de 2012 no tombamento provisório do Centro Histórico e cerca de 500 edificações contidas nele. A partir disto, foi organizado pela Prefeitura - com equipe multidisciplinar formada por Arquitetos e Historiadores (Vitor et al, 2016) - e COMPAHC, sob apoio do IPHAE, o inventário por meio de levantamento técnico visando identificar quais edificações seriam tombadas e sob quais níveis de preservação (Reis et al, 2016).

Já nesse primeiro passo do caminho da preservação verificou-se discórdia no município, em especial por parte de moradores que se viam prejudicados, acreditando que não poderiam mais fazer nenhuma modificação em seus imóveis e por pessoas relacionadas ao ramo da construção civil, que viram aí um impedimento à especulação imobiliária (Reis et al, 2016, p.16)

A resistência à restrição de uso e modificação dos imóveis é um, se não o principal, critério apresentado pelos proprietários. É notório o medo da perda do bem nos discursos dos nativos para quem estas edificações são sua casa e/ou espaço comercial que assegura seu

sustento. Mas estes não o fazem sem motivos, muito das reportagens locais levava a este entendimento, por exemplo, na manchete do Jornal Gaúcha ZH do dia 04 de setembro de 2013 lia-se “*Tombamento de 116 imóveis de Santo Ângelo provoca divergências entre poder público e proprietários: Caso seja aprovado, moradores serão impedidos de fazer modificações nos prédios*”. Em sentido similar, com a publicação da notificação do tombamento do centro histórico pelo IPHAE no Diário Oficial do Estado, os moradores dos 116 imóveis particulares e empresários de outros 28 imóveis, tiveram 30 dias para recorrer da decisão segundo o jornal Gaúcha ZH de 17 de outubro de 2013. Ao mesmo jornal no dia seguinte (18 de outubro de 2013) a arquiteta do IPHAE Marília de Lavra Pinto afirmou: “*Isso já é o processo de tombamento que está em curso. A partir desta publicação quaisquer intervenção nos imóveis deve passar por avaliação do Iphae*”. Ainda que aos técnicos isto signifique que sim, as modificações serão permitidas dentro dos limites de preservação das características dos imóveis; aos proprietários a morosidade dos processos de aprovação e a necessidade de mão de obra especializada para percorre-los por si só já era vista como um impeditivo.

Quanto a especulação imobiliária, há um paradoxo interessante: a intersecção entre intelectuais especialistas do patrimônio e pessoas da construção civil é frequente, assim como a intersecção entre intelectuais especialistas e agentes do Estado e entre intelectuais especialistas e populares. Como é de se esperar de uma cidade relativamente pequena, as pessoas pertencem a múltiplos espaços sociais simultaneamente e compartilham interesses por vezes contraditórios com os grupos aos quais pertencem. Um grupo social usualmente tem um discurso oficial dos fatos, uma opinião hegemônica, a qual todos os seus membros corroboram se questionados em situações públicas afim de assegurar sua pertença ao grupo. De mesmo modo, ao transitarem entre espaços e grupos sociais os agentes podem adaptar seus discursos e negociar suas opiniões afim de manter relações amigáveis com estes. Fora dos espaços formais de um grupo, eles podem apresentar discursos divergentes e contraditórios com a narrativa oficial, usualmente apresentados na forma de confidências, fofocas e causos, por isso a relevância das fofocas nesta pesquisa, as narrativas individuais à margem dos discursos hegemônicos do grupo apontam os limites do próprio grupo frente aos interesses e valores pessoais dos indivíduos.

Os esforços do grupo heterogêneo interessado no tombamento das edificações do município, por meio de trabalho especializado de enquadramento, resultaram na Lei nº 3.965 de abril de 2013 – que instituía como “*Museu a céu aberto da redução jesuítica de Santo Ângelo custódio*” a área urbana inscrita ao Sul pela Av. Rio Grande do Sul; ao Leste pela Rua

Marechal Floriano; ao Norte pela Rua 7 de Setembro; ao Oeste pela Rua 15 de Novembro. Além disso, houve o levantamento e catálogo mais de 118 prédios segundo Vitor et al. (2016.p7); já segundo Silva (2020) o inventário junto ao IPHAE contava com 116 edificações informação corroborada pela manchete do jornal Gaúcha ZH de 04 de setembro de 2013 que noticiou: *“Tombamento de 116 imóveis de Santo Ângelo provoca divergências entre poder público e proprietários: Caso seja aprovado, moradores serão impedidos de fazer modificações nos prédios.”*

O Centro Histórico ficou conhecido como “quadrilátero”, por técnicos e pela população, em referência ao perímetro que seria tombado. Em 2013 em resposta aos avanços conquistados rumo ao tombamento dos bens edificados no município, mas principalmente em resposta a possibilidade de efetivação do tombamento pelo IPHAE do “quadrilátero” referente à área da antiga missão de Sant’Angel houveram diversas contestações e protestos. As ações de patrimonialização do município geraram controversas opiniões e muita revolta entre os proprietários dos prédios históricos que viam estas como ações impositivas e invasivas de seus direitos.

O conflito político resultou em ações coletivas do grupo de proprietários, os quais alegavam que a intervenção do Estado interferia no seu direito de usufruir de um bem privado. O grupo uniu-se para demandar a revogação da lista e impedir a efetivação do tombamento do “quadrilátero”. Eles fizeram usos de repertórios (Tilly, 2010) diversos: manifestações públicas com intervenções artísticas, diálogo com políticos, apoio jurídico e aparições e entrevistas à mídia local. Visto que o poder do município, aliado aos especialistas da URI, IPHAE e IPHAN, excedia o poder imediato de qualquer um dos agentes individualmente e isolados, estes precisaram da força da ação coletiva (Tilly, 2010) como forma de obter poder capaz de chamar atenção e disputar as narrativas no campo patrimonial da cidade.

Porém é importante destacar que os proprietários dos imóveis do centro histórico estão localizados em um espaço paradoxal de poder, simultaneamente menos poderosos que o Estado, mas ainda poderosos o bastante para conseguirem se fazer ouvir – enquanto detentores de patrimônio, proprietários são possuidores e pelo status social advindo desta posse e seus usufrutos obtém *status* frente sua própria comunidade. Desta forma o repertório de ações (Tilly, 2010) do grupo mobilizado foi também paradoxal, mobilizaram-se pela via institucional, dialogaram com figuras públicas, moveram ações judiciais e acabaram incorporando alguns dos agentes do município -vereadores e técnicos- a sua causa. Enquanto simultaneamente utilizavam recursos típicos da ação coletiva (Tilly, 2010):

1. Campanha: tinham representantes demandantes, uma demanda específica e um público alvo para suas ações, ações estas que se estenderam para além de um único evento.
2. Repertório: realizaram atividades coletivas diversas e estavam justapostos a outro movimento político.
3. Representações: o grupo reclama valores morais que representam o coletivo, utiliza símbolos que delimitam sua demanda e representam a identidade do grupo e comprometem-se representando seus interesses frente a comunidade.

O grupo popular de proprietários distingue-se do grupo popular organizado pelos especialistas. Enquanto o segundo teve seus interesses organizados de forma que possuíam os recursos necessários para reivindicarem suas demandas por meio de negociação direta com o Estado - por seus números, mas principalmente pela posição de proximidade (ou concomitância) entre especialistas e agentes do poder municipal e IPHAE. Os primeiros precisaram de um repertório de ação pública mais amplo para se fazerem ouvidos. Outra diferença entre os grupos é a duração destes, enquanto o primeiro se diluirá pouco tempo depois, o segundo segue organizado em campanha (Tilly, 2010) até o presente.

O grupo de proprietários escolheu as ações em seu repertório não de forma arbitrária ou mecânica, nem tão pouco completamente racionalizada e orientada ao seu fim último – a revogação da lista de tombamento e a garantia de não intervenção do Estado em seus bens edificados. Por exemplo, no caso da intervenção artística (Figuras 30, 31 e 32) realizada foi um vínculo afetivo com os valores referentes à memória jesuítico-guarani, vínculo este compartilhados pelo grupo e por todos os demais interessados do campo da memória santo-angelense (inclusive por aqueles de posição contrária à deles) que demarcou a forma da ação realizada como podemos observar abaixo:



Figura 28 - Proprietários com 116 cruzes pretas em frente a Antiga Prefeitura Municipal. 2013

Fonte: Jornal Gaúcha ZH, 30/08/2013.

Figura 27 – Cartaz colocado com dizeres: “Tombamento sem lei: aqui jaz o futuro de Santo Ângelo”. 2013

Fonte: Jornal RBSTV, 30/08/2013.



Figura 29 - Proprietário apontando para cartaz com dizeres "*Esta terra tem dono, minha casa tem dono.*"

Fonte: Jornal Gaúcha ZH 18/10/2023. Editado pela autora.

Notável aqui que para os proprietários o tombamento significava a “morte” dos imóveis, representados pelas 116 cruzes. Observem que a “morte” aparece aqui como categoria nativa utilizada por ambos os grupos -lembrem-se dos “obituários” realizados pelos especialistas que mencionei no subcapítulo anterior. A “morte” como símbolo que representa a perda de um patrimônio é empregada tanto pelo grupo de proprietários - que entendem a patrimonialização como “morte” do valor econômico e útil do imóvel sob sua propriedade; como pelos especialistas que constituem o outro grupo de cidadãos -organizados em favor da patrimonialização e que interpretam o não-tombamento como “morte” do valor histórico e arquitetônico da cidade e perda anunciada das edificações que o representam. Assim, é possível afirmar que o campo disputado é bem mais complexo do que uma simples oposição entre aqueles a favor *versus* aqueles contrários a memória. Não está em jogo apenas o tombar ou não de um imóvel, estão em jogo os interesses econômicos, as relações afetivas de pertença e identidade que perpassam as narrativas, e mobilizam os agentes. Os repertórios e termos utilizados pelos grupos aos reivindicarem suas demandas são representativos também

daquilo que estes compartilham como nativos do município, uma memória e identidade constituída em comum.

Retomemos rapidamente o caso da perda do antigo Theatro Municipal, percebem que em cerca de 40 anos houve uma completa mudança de posições e reorganização dos grupos? Se lá a municipalidade aparecia como favorável à demolição do bem, e populares e intelectuais uniam-se em defesa do edifício; agora populares dividem-se entre dois grupos – um em favor do tombamento e outro não. Algumas questões precisam ser postuladas aqui: Será que estes nativos desconhecem a história da sua cidade? Será a memória do repovoamento é estrangeira para aqueles que protestam? Seria a ação desse grupo de cidadãos fruto de desconhecimento e ignorância ou de uma ganância e ambição desmedida? Simultaneamente questiono: Porque se estreitam agora os laços entre intelectuais e a municipalidade se no passado disputavam lados opostos? Acreditam estes que com a tutela do Estado é possível assegurar a manutenção e preservação das edificações, mesmo cientes das experiências passadas? Estariam os interesses econômicos instigando a posição de ambos os grupos sobre a questão da patrimonialização?

Em adendo, é preciso elucidar que entendo aqui por populares cidadãos pertencentes a grupos e/ou movimentos sociais, étnicos e culturais da cidade. De mesmo modo compreendo como intelectuais aqueles especializados em áreas afins ao campo patrimonial, e como municipalidade todos os servidores representantes desta. Isto ciente de que indivíduos podem -e o fazem- pertencer a mais de uma categoria simultaneamente. Assim, antes de tentarmos responder estas questões de forma precipitada, observemos o desenvolver da disputa. Iniciemos pelo conteúdo discursivo dos cartazes utilizados na manifestação:

1. *“Tombamento sem Lei: Aqui jaz o futuro de Santo Ângelo.”* (Figura 30) – Na primeira sentença do mote vemos o apelo ao Estado e a lei, ou seja, à função constitutiva deste enquanto protetor da propriedade privada, e, portanto, como mediador do conflito que aparta os sujeitos do mundo e de suas operações (Ranciere.2001). Na segunda sentença observamos a projeção ao futuro, o alçar de um projeto político-econômico que compreende que *“não se pode ao mesmo tempo construir uma sociedade nova e reconstruir os prédios antigos”*³³.

³³ Frase do famoso arquiteto alemão Hans Scharoun.

2. *"Esta terra tem dono, minha casa tem dono."* (Figura 29) – Nestas duas sentenças há proposital jogo de palavras com a famosa frase atribuída a Sepé Tiaraju, considerado herói da Guerra Guaranítica (1753-1756).

O que podemos entender observando aqui é que, este grupo demonstra simultaneamente conhecimento sobre a memória jesuítico-guarani e seu valor de memória, enquanto reconhece o papel do Estado na sociedade capitalista como mediador das relações sociais e dos conflitos que se opõe entre si dentro de uma mesma sociedade (Ranciere.2001). Ou seja, apela a mecanismos e linguagens próprias do Estado para se fazerem ouvir, inclusive elegendo um especialista apto na linguagem legislativa para representá-los junto e frente a este Estado. Apelo que pode ser identificado também em outra das manifestações, na qual levaram uma Cruz Missioneira coberta por um manto negro (Marchi. 2018).

Ainda que consecutivamente apareça a educação patrimonial como resposta propagada pelos especialistas em seus textos – nas cartilhas, nos projetos, nas divulgações - o que esta solução implica é desconhecimento, ignorância dos fatos da história da cidade por parte dos nativos contrários a patrimonialização. Mas se este é o caso, porque consecutivamente populares utilizam pontos da história da cidade para comunicarem e defenderem seus interesses? Porque alguns estão e outros já estiveram mobilizados pela preservação de bens desta história?

A resposta parece ser mais complexa do que supõe os especialistas do patrimônio local. O próprio uso dado a categoria nativa “morte dos imóveis” reivindicada por ambos os grupos (com sentidos diferentes) possui referencial compartilhado, refere-se ao genocídio Guaraní ocorrido na Guerra Guaranítica entre 1753-1756 na região das Missões. Há educação patrimonial sobre este fragmento da história sendo aplicada na localidade há quase 100 anos, até hoje ela é muito presente na memória dos cidadãos que dizem que a terra local é vermelha do sangue dos indígenas Guaranis. Reconhecimento e referência que fica ainda mais explícita na entrevista dada por Nelmo Costa, representante do grupo dos cidadãos contrários a medida de patrimonialização, para a Gaúcha ZH em 04 de setembro de 2013, na qual afirmou que: *“Santo Ângelo tem uma história extraordinária, mas os imóveis que podem ser tombados em nada têm a ver com o legado jesuítico-missioneiro”*.

Parece que há simultaneamente uma concordância e uma discordância de valores. Desde o início do século XX nativos foram ensinados pela atuação do Estado, suas instituições e seus especialistas que a memória coletiva digna de ser sacralizada como patrimônio era a memória referente as missões jesuítico-guarani. Vimos no capítulo passado, inclusive como o enquadramento e ativação desta memória por parte do Estado tinha fator de

aculturação, visava diluir as identidades e memórias dos grupos étnico-raciais focando em uma memória territorialmente ancorada que favorecesse o projeto de nação vigente.

Sendo estes até recentemente – no mínimo até os anos 90, mas eu diria que até os dias de hoje - ensinados a compreender este fragmento da história em específico exaltado como patrimônio em detrimento das demais memórias coletivas produzidas nos muitos séculos da localidade, é racional e esperado que a mudança repentina na compreensão sobre outros fragmentos da história e seu valor de sacralização pelo Estado encontre resistência. Assim, é do entendimento dos especialistas que a mudança da narrativa oficial sobre o memorável exige novo processo de enquadramento e educação patrimonial para que sejam agora transformados em patrimônio os fragmentos desta história antes esquecida e relegada pelo Estado. O que me salta aos olhos aqui é que a solução proposta ao problema presente é a mesma que o criou no passado:

Existe, então, um conflito entre memória e patrimônio: o patrimônio daria às memórias coletivas uma forma de objetivação, que se voltaria contra elas, ao lhes infligir um enquadramento. (Jeudy, 2002, p.74-75)

O patrimônio missioneiro foi preservado pelo trabalho de enquadramento do Estado, suas instituições e pela agência dos especialistas do campo; foi ensinado aos locais, ainda que para estes recém chegados migrantes à época, mesmo que esta fosse uma memória estrangeira a eles. Foi apenas por meio dos usos, reconstruções e reconstituições desta que estes passaram a enxergarem-se nela, a identificarem-se como missioneiros. O patrimônio jesuítico-guarani foi preservado como patrimônio sob anuência dos jesuítas, mas sem a participação direta dos Guarani. Já a memória Guarani, veremos logo mais, foi preservada por eles e entre eles, sem e em contrário as políticas de preservação do Estado.

De mesmo modo, nativos descendentes dos imigrantes tiveram o patrimônio jesuítico-guarani preservado e ensinado a eles como valor sagrado, mas entre eles em suas relações sociais, preservaram também outra coisa, a memória coletiva de seus ancestrais. Muito do escutado em campo me fez perceber que não é desconhecimento de suas histórias, das histórias de seus pais ou da cidade, vários dos proprietários viveram em primeira mão esta história e a recordam com carinho, pois é sua. O valor de memória está presente ali em relação de afeto com as edificações que são *locus* de referência de toda uma vida vivida e do desenrolar de muitas relações sociais caras a eles.

Entretanto, a geração que possui essa relação de pertença com a história da imigração local em primeira pessoa e, portanto, fortemente enraizada em si é idosa. Seus filhos, netos e

bisnetos, ainda que possuam apego ao passado familiar e as histórias de seus entes queridos vivem e viveram outro período histórico: um de maior intensidade da ativação e legitimação do passado jesuítico-guarani que envolve o tombamento de São Miguel pela UNESCO, a narrativa do Som e Luz, a exaltação local da identidade missioneira. Essa transição não é apenas geracional no sentido etário, é uma mudança de mundo: “*O espaço é uma categoria histórica e, por conseguinte, o seu conceito muda, já que aos modelos se acrescentam nova variáveis no curso do tempo.*” (Santos, 2013, p.67). Mas não apenas isto:

O espaço aparece como um substrato que acolhe o novo mas resistente às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranquila, que espera vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar. Os velhos cimentos tornam-se novos cimentos: línguas, religiões, modos de contemplar a Natureza, o Universo, modos de se ver e de ver os outros. (Santos, 2013.p34)

A passagem do tempo, que consolidou como patrimônio a memória missioneira, é a mesma que promove a transição do modo viver e se relacionar com o próprio tempo e com as coisas deste tempo. Jeudy (2002) aponta que os processos de enquadramentos são também resultados típicos do tempo presente onde a divisão das memórias coletivas faz com que memórias coletivas desapareçam e museus tomem o seu lugar. Aponta ainda, que essa lógica de patrimonialização faz das memórias coletivas objetos e territórios a serem colecionados. Concepção corroborada quando Hartog (2006) aponta que a própria compreensão de “*lugares de memória*” (Nora, 2008) promove uma patrimonialização da história na medida que há uma mudança do regime de memória saindo da “*história-memória*” e adentrando numa “*história-patrimônio*”.

Assim, se no próprio campo especializado há a compreensão de que existe um movimento de extensão e universalização do patrimônio que vem fazendo uso do patrimônio para promover esperança no futuro. E que este fenômeno é também um produto ideológico de seu próprio tempo histórico, ou seja, é hegemônico tanto quanto a própria globalização. Então, é preciso que compreendamos que assim como os processos de enquadramento da memória ocorridos no passado e performados ao longo de todo século XX, os novos processos de patrimonialização trazem consigo contradições intrínsecas cujas sínteses são antepredicativas (Pasqualin, 2021) na medida em que o próprio processo hermenêutico onde discursos cooperam entre si para estruturação de horizonte fenomenal. Neste caso, como veremos com o desvelar dos acontecimentos, para a própria transformação da cidade em

cidade cada vez mais genérica, que comporte e contemple cada vez mais a dimensão mundial (Santos, 2013) que é o mercado com suas organizações, instituições ditas mundiais.

Ainda que se apresente como uma disputa sobre o que é ou não memorável no município. Essa disputa pelo memorável, aqui aparece como uma disputa simbólica, mas os lastros e as consequências das batalhas travadas são categoricamente materiais. É uma disputa que perpassa também interesses econômicos e sociais, e é justamente em razão disso que está se converte em disputa pública (Cefai, 2017) sobre a narrativa legítima da memória local (Agièr, 1995).

Quando o grupo de proprietários mobiliza em seu repertório a paráfrase “*Essa casa tem dono*” deixam explícito estes que entendem a sacralização de seus imóveis – e memória coletiva - pelo poder Estatal através de explícita referência ao passado jesuítico-guarani, como uma invasão, uma batalha, a tomada de algo que lhes é de direito, não como uma disputa exclusivamente pelo que preservar. Contrapõe o senso comum dos agentes especializados: a ideia de que os cidadãos contrários a patrimonialização, são bárbaros que se posicionam assim por desconhecimento, ignorância e ganância; demonstram que há racionalidade nas práticas adotadas. Usam das categorias de patrimônio que aprenderam por meio do trabalho de enquadramento dos próprios especialistas contra eles mesmo, transitam pelas categorias especializadas e falam esta língua estrangeira, para defenderem o que é importante para si.

3.2.1. Os Esquecidos Ma'endu'a³⁴

Santo Ângelo é constituída em um “*mosaico étnico cultural multifacetado [que] encontrou nos referenciais históricos do passado reducional uma forma de estabelecer unidade ao que por si só era diverso.*” (Vitor, Santos, 2019, p.27). Interessante observar a dimensão processual da constituição desta memória enquanto memória coletiva, especialmente por ser uma memória “*vivida por tabela*” (Pollak, 1992, p.16) pela multiplicidade de grupos sociais e étnicos residente na localidade ser em sua maioria de descendentes de imigrantes europeus:

...os missioneiros contemporâneos cultivam com orgulho um atavismo nativista e reivindicam uma origem indígena vaga e distante, não superando o “eurocentrismo nativizado” das elites, o que exige consciência para desvelar a forte ascendência indígena das pessoas que hoje habitam Santo Ângelo, tornando visível que estes grupos originários sobrevivem marginalizados pela estrutura montada pelos “de origem”. (Vitor; Santos, 2019, p.27)

³⁴ Verbo recordar no Guarani.

Entretanto enquanto está memória das missões é ativada e disputada no território santo-angelense onde andam os povos Guaranis sobreviventes? O que recordam e o que disputam? Souza (2016) aponta que como as fronteiras entre Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai foram constituídas em territórios dos grupos originários, especialmente daqueles falantes de variações da língua Guarani, barreiras geopolíticas internacionais se tornaram entraves a continuidade do modo de viver destes grupos, em especial em relação aos rios que serviam e ainda servem como base destas comunidades. Em virtude destas barreiras e de seus hábitos migratórios exacerbados pela violência colonial as comunidades Mbyá-guarani ficaram relegadas à condição de apátridas. Mesmo após a Constituição Federal de 1988 – que tem como princípio constitucional o respeito aos direitos originários das centenas de etnias indígenas existentes no território nacional - a situação da demarcação de terras e reconhecimento do território destes segue sendo um empasse, especialmente no sul do país, nas regiões de antiga ocupação imigrante, como é o caso de Santo Ângelo (Souza, 2016).

É importante destacar que os Mbyá constituem etnia específica dentre os Guaranis e estes enfrentaram e enfrentam ainda forte estigma por serem “nômades”, argumentos que fizeram com que no correr do século XX estes fossem entendido como “estrangeiros” ou empurrados pelo Estado para dentro de Terras Indígenas oficialmente já demarcadas em nome de outras étnicas, especialmente dos Kaingang (*idem*, 2016). Souza (2016, p.13) diz ainda que “*De maneira muito tardia, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) superou o preconceito que acusa serem os Mbyá índios “argentinos” ou “paraguaios” e passou a demarcar novas terras diretamente para eles e fora do controle Kaingang*” porém aponta que ainda assim “*o órgão adotou uma postura protecionista e tutelar.*”

Dezordi (2018, p.99) que acompanhou os passos de um agrupamento de pessoas Mbyá-Guarani diz que é “*estranho pensar na possibilidade de que os Mbyá Guarani não se faziam presentes em Santo Ângelo. De fato, por muitos anos sempre se ouviu falar e leram-se escritos dando conta de que os ‘índios’ contemporâneos viviam somente em São Miguel das Missões*”. As políticas indigenistas do século XX, a crescente urbanização, o preconceito racial e as disputas por terras, unem-se no caso de Santo Ângelo ao trabalho de enquadramento da memória das missões, e a conseguinte exaltação de São Miguel. Criando uma memória contraditória no imaginário local que ao mesmo passo que reivindica um passado indígena, entende os indígenas missioneiros como uma espécie de “fantasmas do passado”, a serem conclamados discricionariamente. Também pelas características migratórias dos Guaranis, e a ideia estimulada de que eles são indígenas “estrangeiros”, foi criada concepção onde os indígenas desta etnia que sobreviveram não teriam relação com os

Guaranis “originários do território missioneiro”. Outro argumento que foi bastante usado em contrário as demarcações de terras na região foi a religião, apontando que os Guaranis missioneiros eram cristãos e por isso difeririam dos grupos que reivindicavam o retorno ao território (Souza, 2016).

O retorno dos Mbyá-Guarani ao município de Santo Ângelo só foi possível por meio de contatos interétnicos e com uma rede de alianças e contatos externos que auxiliaram nas reivindicações do espaço da *Tekoa Yancã Ju* (Aldeia Rio Ijuí), (Dezordi, 2018). Dezordi narra que a família que constitui a *Tekoa* permaneceu cerca de 8 anos no Paraguai, depois deslocaram-se para Argentina onde residiram por 11 anos. Foi só em 1990 que parte deles retornaram ao Rio Grande do Sul, cruzando a fronteira por Porto Mauá. Acamparam por 6 meses no trevo da ERS344 que liga Santa Rosa a Santo Ângelo. Posteriormente juntaram-se a outras famílias Guaranis em São Miguel. O período vínculo com a *Tekoa koenju* (em São Miguel), nos anos 1990, foi parte importante pois passaram da situação de acampados para moradores. Outra parte do agrupamento seguiu em acampamentos em beira de estrada e trabalhando no corte de erva-mate e vendendo artesanato na Argentina, visitando os parentes no Brasil duas vezes ao longo deste período. É apenas entre 2012 e 2013 que buscam deslocamento para Santo Ângelo.

Dezordi (2018, p.104) destaca que a motivação da migração “*está relacionada a questões socioambientais, tensões sociais e políticas nas comunidades, aumento de demografia e, ainda, a um contexto cosmológico ligado a espiritualidade dos Guaranis*”. Conquistam, assim, por meio de tratativas com o então Prefeito de Santo Ângelo Luiz Valdir Andres (2013-2016) confirmação de que seriam recebidos no município em um pequeno terreno no distrito de Atafona (*Tekoa Pyaiú*) onde ficaram provisoriamente acampados. Estes seguiram lutando por terras que fossem suficientes para manterem suas tradições, de modo que ainda em 2013 iniciaram os contatos com agentes e órgãos do Estado, com auxílio de uma rede de voluntários, conseguiram comprar o território de cerca de 2,5 hectares que faz fundo com arroio São João onde fundaram a *Tekoa Pyapúin*.

A persistência do grupo, com auxílio de santo-angelenses de setores públicos e privados da comunidade resultou no registro da *Tekoa Pyapúin* em aproximadamente 2 anos. Dezordi (2018) destaca que a maneira que cada etnia aciona os mecanismos em busca de direitos é distinta. A autora chama atenção ao caso dos Mbyá- Guarani por meio da fala de Floriano (liderança política do grupo) que disse: “*aqui iniciamos uma semente, temos que buscar nossos caminhos pela paz, sem brigas, não é com armas que vamos conquistar nosso espaço.*” (Dezordi, 2018, p.105). É interessante observar que o grupo fez uso das relações

sociais e legislativas para defenderem seus interesses, mas sua trajetória implica o longo caminho que fizeram para apreender e se utilizar das táticas legislativas que possibilitaram que, por determinação do Ministério Público Federal, obtivessem reconhecimento e território.

Dezordi (2018) narra que foi com o auxílio de advogado da comunidade santo-angelense que em 2014 conseguiram a instauração de Inquérito Civil (IC) – Portaria IC 35/2014 por meio do qual diversas ações foram realizadas em conjunto com Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e FUNAI; e que foi organizado o Projeto de geração de renda e trabalho da Associação Indígena Guarani *Tekoapyáú*, além de conquistadas as verbas para a compra da área de 15 hectares da atual *Tekoa Yancã Yu* localizada na Ressaca da Buriti.

O que quero demonstrar aqui, é que a memória missioneira aparece como produto simbólico regional, muito mais atrelada ao território, a regionalidade e sua utilização do que a práticas culturais específicas de um grupo. Especialmente porque os povos Guaranis, cujo passado foi e é consecutivamente utilizado permaneceram apartados destas terras e precisaram empreender lutas próprias, razoavelmente apartadas das disputas sobre patrimônio histórico do município. Ainda que o ápice destas disputas ocorressem em simultaneidade temporal - na década de 2010- o disputado distinguia-se contraditoriamente.

São indicativos destas duas disputas simultâneas: I. A disputa pela terra como parte de um processo histórico, onde as mudanças nas práticas das políticas sociais e econômicas referentes ao passado adentam em nova fase, que em antítese a fase antecessora busca maior lastro social nas comunidades às práticas de salvaguarda da cultura material e imaterial. De modo que esta fase simultaneamente propicia o contato de retorno dos Mbyá Guarani à Santo Ângelo e visa em movimento também reparatório a tutela do Estado sobre a preservação das culturas de etnias imigrantes até então preservadas apenas dentro das próprias comunidades santo-angelenses. II. A heterogeneidade de posições e interesses dos grupos santo-angelenses, que se agrupam na mesma medida em que se fragmentam os objetivos e interesses, mas que o fazem por meio do uso de dois eventos específicos do passado: a missão jesuítico-guarani e o repovoamento. III. Os múltiplos usos possíveis de um mesmo passado, é o ponto de principal que se destaca desta simultaneidade de querelas públicas. Os Mbyá-Guarani fazem uso do reconhecido passado das missões colonizadoras perante o Estado - que já reconhece este passado em todas as instâncias possíveis - para negociarem sua legitimação e seu reconhecimento obtendo o direito de retorno ao município, visto que sua origem antecede o processo de repovoamento. Já a população descendente deste repovoamento divide-se, alguns unem-se aos Mbyá-Guarani em suas reivindicações e os auxiliam por causa do

reconhecimento deste passado, outros por reconhecerem este mesmo passado enquadrado contrariam-se e apegam-se a natividade ausente considerando estes como estrangeiros. Simultaneamente estes dois passados são mobilizados também nas disputas territoriais sobre que parcela edificada destes passados terá sua preservação tutelada pelas práticas de salvaguarda do Estado.

Outro trabalho que desvela a pluralidade e homogeneidade dos usos da experiência histórica jesuítico-guarani é o elaborado por Brum (2016) que aponta que a memória de Sepé Tiaraju e de sua atribuída frase “*Essa terra tem dono*” parafraseada pelos locais passou por um sem fim de batalhas representacionais iniciadas no séc. XVIII, dentre elas a exaltação de Bento Gonçalves da Silva, na Revolução Farroupilha (1835-1845), disputas territoriais entre o Movimento sem Terra (MST) e latifundiários em São Gabriel -RS, a possibilidade de canonização póstuma de Sepé Tiaraju por parte da Igreja Católica, etc. A autora aponta ainda o papel de artistas nativistas na propagação das representações e reivindicações das missões atreladas a valores como prosperidade e justiça (Brum, 2016). Entendendo que os usos e representações tanto do passado missionário, quanto do passado imigrante são plurais e as suas mobilizações ocorrem por grupos dos mais heterogêneos possíveis, cabe questionar o que as contradições e conflitos observados ao longo desta pesquisa nos apontam sobre as utilizações realizadas no município estudado.

3.2.2. Apeando No Presente

Assim como as reivindicações dos Mbyá-Guarani por meio de negociações e rede de influências conseguiram avançar em seus interesses, as ações coletivas empregadas pelos grupos disputando o passado edificado ao centro do município também o fizeram. Ainda em 2013, em 25 de novembro, foi aprovada a Lei Municipal nº3.781 que determina as condições e requisitos mínimos para intervenção na propriedade privada em Santo Ângelo, lei sancionada pelo então Presidente da Câmara de Vereadores Jacques Gonçalves Barbosa (PDT) e sancionada pelo Prefeito em exercício Luiz Valdir Andres (PP; 2013-2016). Antes de adentrarmos no conteúdo em si desta legislação, aponto que os agentes desta são os mesmos da Lei nº 3695 de abril de 2013 que instituía o “Museu a céu aberto” e delimitava como sítio arqueológico o Centro Histórico. Aponto isto para demonstrar novamente que os mesmos agentes podem agir de maneira distinta a depender do evento, ainda que estes versem sobre um mesmo tema. Ambas as legislações versam sobre a patrimonialização do centro histórico de Santo Ângelo, uma no sentido da preservação dos resquícios arqueológicos existentes nos terrenos e casas da região (lembrando que muitas destas utilizaram as pedras da antiga

redução em sua construção) e outra delimitando a atuação do município sobre estas mesmas casas e terrenos quando sob propriedade privada.

Entendendo a expressão do controverso nestas duas ações legislativas, observamos a ação do Estado e seus agentes como representantes das vontades sociais manifestas no conflito. Por meio de ações legislativas subsequentes tenta o poder Estatal mediar as querelas públicas estabelecidas e encontrar síntese jurídica que reflita, mais ou menos, as posições demarcadas pelos cidadãos. O que observaremos aqui objetivamente é o movimento dialético expresso na legislação, sendo esta a forma jurídica de uma forma política (Pachukanis. 1988), ou seja, a expressão formal de um conflito social dentro dos quadros de referência de um Estado capitalista. A nova legislação, não podendo estar em conflito direto com suas antecessoras, avança nas lacunas deixadas por elas, limita o movimento anteriormente estabelecido ao mesmo tempo que é limitado legislativamente por ele. Como podemos observar abaixo:

Art. 1º- Em Santo Ângelo-RS é vedada a intervenção na propriedade privada, nas formas de tombamento e inventário, antes do prévio atendimento das condições e requisitos seguintes:

I - Edição de lei municipal específica disciplinando a matéria, aprovada por 2/3 dos integrantes do Legislativo de Santo Ângelo-RS;

II - Amplo debate com a comunidade, em sucessivas audiências públicas, sobre o tombamento de imóveis e suas consequências;

III - Realização de Consulta Popular tendo por objeto a anuência, ou não, por 1/3 da população votante, de qualquer intervenção na propriedade privada;

IV - Restabelecimento da isonomia entre os proprietários de imóveis, assegurando a incolumidade dela a quem pretende demolir prédios ou construir no solo urbano, tal qual permitido e autorizado aos demais santo-angelenses desde 08/2008;

V - Extinção, cancelamento e anulação das intervenções na propriedade privada em curso, com pronta liberação dos imóveis para construir a quem assim o desejar ou já tenha manifestado vontade nesse sentido;

VI - Respeito ao Plano Diretor da cidade;

VII - Destinação de prévia, específica e suficiente dotação orçamentária com projeções nos exercícios futuros para promover intervenção na propriedade privada e executar Programa de Desenvolvimento, Urbanismo e Revitalização dos espaços e imóveis urbanos e suas adjacências, atingidos por citados atos;

VIII- Fixação de critérios em lei para intervenção na propriedade privada:

a) técnico-científicos, objetivos, idôneos e coincidentes com os únicos autorizados pela ordem jurídica em vigor;

b) representativos de expressão material do legado histórico-cultural jesuítico-guarani.

IX-instituição em lei de limites para intervenção na propriedade privada coincidentes com os:

- a) da ordem jurídica em vigor, especialmente os do DL 25/37 e da CF;
- b) dos postulados da razoabilidade, da proporcionalidade e da vedação ao excesso;
- c) das materialidades histórico-culturais das Missões.

Parágrafo único. Para fins e efeitos na intervenção na propriedade privada constitui patrimônio histórico-cultural do Município de Santo Ângelo exclusivamente os bens ou conjuntos de bens, móveis ou imóveis, previstos e definidos no artigo 1^a, *caput*, do Decreto Lei nº 25/37.

Art. 2º - Ficam extintas, canceladas e anuladas as intervenções na propriedade privada feitas ou em curso no Município de Santo Ângelo -RS nas formas de tombamento e inventário, bem como proibido o início de outras, sem prejuízo do dever de indenizar as perdas e danos causados e que venham a ser em razão dessas práticas, pelo(s) lesante(s), na forma da legislação vigente.

[...] (Grifo próprio)

Destaco acima os trechos mais expressivos da opinião do grupo contrário aos tombamentos: no artigo 1º, inciso IV temos explicitado o sentimento de “direito ferido” expressado anteriormente nas entrevistas e manifestações, cuja medida reparadora apresentada na forma legal descreve o “*reestabelecimento da isonomia*”; e no inciso V descrito pela “*pronta liberação dos imóveis para construir a quem assim o desejar ou já tenha manifestado vontade nesse sentido*”. É ainda expressivo da dicotomia preestabelecida entre memória e patrimônio, expressa pelo artigo 1º, inciso VIII, alínea b que apresenta como critério para o tombamento de propriedades privadas estes serem “*representativos de expressão material do legado histórico-cultural jesuítico-guarani.*” Por último destaco o artigo 2º que expressa de forma mais efusiva o papel antitético desta lei para com o movimento anterior, pausando-o por completo.

De modo que no dia 03 de dezembro de 2013 foi noticiado pelo Jornal Gaúcha ZH a seguinte manchete: “*Lei contra tombamento de prédios históricos em Santo Ângelo entra em vigor: Ao todo, 116 imóveis particulares da cidade estão em processo de tombamento pelo Iphae*”. A qual destaca o papel do presidente da Câmara de Vereadores de Santo Ângelo, Jacques Gonçalves Barbosa (PDT) na promulgação da lei “*que restringe o tombamento dos prédios históricos na cidade*” e “*cancela a intervenção em propriedades privadas do município*”. A reportagem aponta ainda que o então Prefeito Valdir Andres (PP), que poderia vetar ou sancionar a referida legislação não se pronunciou sobre a matéria, quem descreveu o

ocorrido foi o assessor jurídico da Câmara de Vereadores que afirmou: “*Ele deixou escorrer o prazo, não disse nem sim, nem não. Isso é considerado, pela Lei Orgânica do município, uma sanção implícita, tácita. Não restou à Câmara outra alternativa, sob pena de crime de responsabilidade, promulgar*” (Jornal Gaúcha ZH, 03/12/2013)

A controversa lei produziu resposta, a assessoria jurídica da Secretaria Estadual de Cultura a analisou afim de encaminhar parecer a Procuradoria Geral do Estado. Pairava sobre a Lei 3781 expectativa desta sofrer Ação Direta de Inconstitucionalidade por vício de origem, visto que não seria atribuição da Câmara Municipal criar lei para reger tombamentos. A saia justa jurídica refletia a situação da disputa pública: I. políticos temiam se posicionarem e ferirem suas bases eleitorais - a exemplo da recusa do então Prefeito em manifestar-se sobre a situação (Jornal Gaúcha ZH, 03/12/2013); II. nativos quando não envolvidos imediatamente pelo imbróglio evitavam expressar publicamente suas opiniões – a exemplo do observado por Reis *et al* (2016) que destacaram que embora tivessem mais de mil pessoas no grupo do Facebook de Defensores do Patrimônio, 4 pessoas faziam cerca de 60% das postagens, as quatro especialistas do campo patrimonial; III. o IPHAE frente a polêmica decidiu em reunião com a prefeitura e vereadores por adiar o tombamento do Centro Histórico até que estes elaborem Projeto de Lei e finalizem o inventário sobre os prédios da cidade (Jornal Gaúcha ZH, 03/12/2013).

Após a nova Lei Municipal a diretora do IPHAE, Mirian Sartori Rodrigues, declarou em entrevista que havia recebido ligação do então Secretário de Cultura, Mário Simon que afirmava que o anteprojeto da lei estava quase pronto para análise. Apontou ainda que “*nenhum dos 33 prédios considerados de maior relevância histórica, que já estavam inclusos em um inventário, poderão ser demolidos*” e que “*Santo Ângelo é uma cidade pólo na região. O tombamento pode estimular o desenvolvimento do turismo na cidade*” (Jornal Gaúcha ZH, 03/12/2013). A fala da diretora reitera o apresentado nas falas de nativos de todas as outras esferas da comunidade santo-angelense apresentadas aqui: I. a relação imediata entre o patrimônio e um projeto de desenvolvimento por meio do turismo; II. o entendimento implícito de que o patrimônio tem como utilidade fomentar a indústria do turismo, sendo utilizado como monumento, museu, etc. como um produto espetacularizado e comercializado do passado; III. que memória e patrimônio se distinguem pelo status atribuído à memória, e pelas suas possibilidades de comercialização. Por outro lado, é compreensível o apelo feito por sua fala também no sentido de mediação do conflito, de utilizar argumentos conhecidos que vão ao encontro dos interesses locais para advogar em defesa de sua posição.

No ínterim entre este empasse e o projeto de lei supracitado ser apresentado, o IPHAE tombou o edifício da Antiga Estação Férrea pela Portaria de Tombamento 046/2013 – este já era tombado pelo Município na Lei Municipal nº825 de 19 de novembro de 1984 pelo ex-Prefeito Mauro Azeredo (PDS) – reconhecendo-o como parte edificada da memória da Coluna Prestes e, portanto, “*expressão indispensável da compreensão do fenômeno do tenentismo*”. Sobre as contradições deste processo, destaco que o conflito embora permeie também a consolidação da memória jesuítico-guarani como expressão única do patrimônio cultural do município – cuja expressão jurídica é explicitada na Lei Municipal nº3.781 de 25 de novembro, artigo 1º, inciso VIII, alínea b como vimos acima – tratou-se em maior medida das contradições que cercaram a atuação de Luiz Carlos Prestes em toda sua atuação política e em menor medida sobre o reconhecimento ou não do Edifício da Antiga Estação Férrea Municipal como digno de salvaguarda. Sobre este processo de negociação que envolveu questões de cunho político-ideológico, além do que mencionei anteriormente neste capítulo, vale a consulta às pesquisas dos autores Vítor e Santos já vastamente citados neste trabalho. Ao escopo desta pesquisa interessa observar que a legislação municipal nº3.781 abriu um precedente irreparável aos processos de patrimonialização de Santo Ângelo, a equivalência única do legado jesuítico-guarani como patrimônio, noção que poderá ser o cerne de conflitos vindouros do campo patrimonial da cidade.

O referido acima acordo entre IPHAE e Prefeitura resultou no Projeto de Lei nº01, foi sancionado em 06 de abril de 2015 e conta com lista de 65 imóveis inventariados com diferentes graus de proteção (Silva, 2020). Neste define o que constitui o Patrimônio Arquitetônico, Histórico e Cultural de Santo Ângelo e quais os critérios para o tombamento:

Art. 1º - Constitui Patrimônio Arquitetônico, Histórico e Cultural do Município de Santo Ângelo o conjunto de bens imateriais ou materiais, móveis ou imóveis, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja proteção, preservação, conservação e defesa sejam de interesse público, devido ao valor ecológico, paisagístico, paleontológico, arqueológico, histórico, arquitetônico, bibliográfico, etnográfico, artístico e/ou folclórico que apresentem.

§1º Os bens a que se refere o presente artigo sujeitam-se ao tombamento, nos termos desta Lei, mediante sua inscrição no Livro Tombo, desde que atendidos os seguintes critérios:

- I- Preferencialmente os bens públicos
- II- Estado de conservação do imóvel

III- O caráter excepcional do bem, que por sua relevância justifique as restrições de uso e costumes e aproveitamento imposto aos circunvizinhos.

§2º O imóvel enquadrado no inciso II do parágrafo anterior, conforme avaliação da EPAHC e a critério do Executivo Municipal, fica sujeito à desapropriação.

É relevante observar que a essência do estabelecidos na Lei 3.781 foi levado em consideração para elaboração da Lei 151, tanto no que tange a evitar tombamentos em propriedades privadas, quanto a possibilidade de o poder público assumir a propriedade destas para efetivação da preservação do bem edificado. Ao mesmo tempo que atendem os pedidos daqueles em favor da preservação da fisionomia urbana da cidade e de sua identidade cultural ao assegurarem que o Poder Executivo realizará inventário e cadastro de imóveis de valor histórico ou artístico (Art.4º e 5º), estes bens memoráveis variam entre Grau 1, Grau 2 e Grau 3 de preservação:

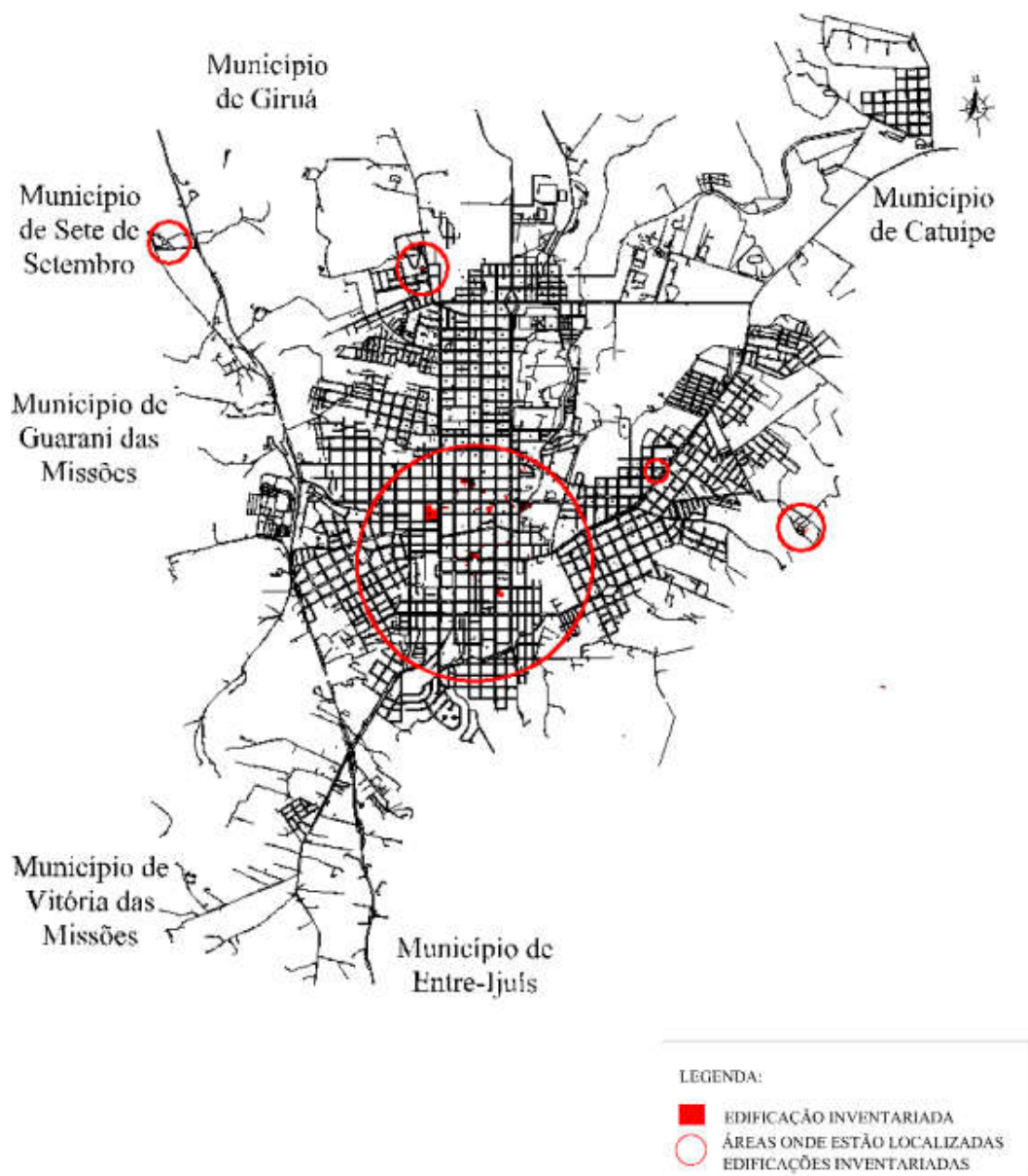
Quadro 1 – Graus de Preservação de edificações segundo Lei 151/2105.

<p>Grau de Preservação 1 GP1</p>	<p>Os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam a preservação de suas características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas. Em sua maioria são imóveis de excepcional importância histórica e/ou arquitetônica, ou que mantêm a maioria das características originais, sofrendo poucas alterações ao longo do tempo, sendo, entretanto, passíveis de restauro. Os bens enquadrados neste nível não poderão, em hipótese alguma, ser destruídos, descaracterizados ou inutilizados, podendo vir a ser tombado. São muitas vezes relevantes por sua conotação histórica.</p>
<p>Grau de Preservação 2 GP2</p>	<p>Os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam a preservação de suas características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas, ou seja, a preservação integral de sua(s) fachada(s) pública(s) e volumetria. Esses imóveis poderão sofrer intervenções internas, desde que mantidas e respeitadas suas características externas.</p>
<p>Grau de Preservação 3 GP3</p>	<p>Os imóveis importantes para a leitura do conjunto urbano, que ainda apresentam, na maioria dos casos, alguns elementos de cunho arquitetônico significativo na fachada, mas que foram fortemente descaracterizados. Mesmo assim, sua fachada compõe, com as demais edificações do entorno, um conjunto harmônico, que deverá ser preservado. Poderá sofrer intervenções internas e externas, acrescentando ou não novos elementos, desde que não seja descaracterizada sua ambiência já configurada com os imóveis de nível "1" e "2". Excetuando-se alguns casos em que, em decorrência de sua ambiência urbana, com predomínio de atividades comerciais, será permitido algum tipo de intervenção na fachada, desde que orientada e de acordo com critérios de departamento responsável pela preservação dos imóveis inventariados.</p>

Fonte: elaboração própria

Afim de compreender os impactos das subsequentes ações legislativas é preciso recordar que com o tombamento do centro histórico o número de edifícios de interesse patrimonial era de 116 edificações no quadrilátero, mais as edificações de interesse fora dele. Com os conflitos, este total foi suprimido aos 61 imóveis citados no Anexo da Lei 151, e em razão de sua publicação, em 2018, houve o arquivamento do processo de tombamento do Centro Histórico (Santo Ângelo, 22/10/2018). Ainda assim, conforme mapeado por Silva (2020), a maioria dos edifícios listado na lei estão localizados na área central:

Figura 30 -Mapa de localização dos 65 imóveis inventariados



Dos 61 imóveis listados no anexo da Lei 151/2015, 3 já eram tombados, 12 estão no GP1, 25 no GP2 e 21 no GP3, como apontei no anexo A. Além dos imóveis citados apontei no referido anexo outros imóveis que foram levantados, porém ficaram de fora da lista, por meio de revisão bibliográfica encontrei referências há 14 outras edificações. Assim, no anexo A apresentei o estado de conservação destes imóveis (Perda total, Perda Parcial, Descaracterização ou Má conservação, Conservação ou Revogação), sua localização, período de construção, seu grau de preservação segundo a Lei 151 e menções sobre seu levantamento pelos especialistas.

Partindo do apresentado nos levantamentos publicados, pude traçar um comparativo entre o grau de preservação e o estado de conservação destes bens, apresentando: no anexo B os imóveis tombados, cujo estado de conservação está incongruente com sua categoria; no anexo C os imóveis de GP1, cujo estado de conservação está incongruente com sua categoria, no anexo D os imóveis de GP2, cujo estado de conservação está incongruente com sua categoria e no anexo E os imóveis de GP3, cujo estado de conservação está incongruente com sua categoria.

Entendendo assim, que dos 03 imóveis tombados 02 encontram-se em estado de conservação incongruente com a categoria (Anexo B); dos 12 que estão no GP1 04 imóveis encontram-se em estado de conservação incongruente com a categoria, sendo que dentre estes 01 foi completamente perdido (Anexo C); dos 25 no GP2, 13 imóveis encontram-se em estado de conservação incongruente com a categoria, sendo destes 01 perda total e 02 perdas parciais (Anexo D); dos 21 no GP3, 01 imóvel foi completamente perdido (Anexo E). Já dos 14 imóveis não incluídos na lista da Lei 151, 05 foram perdidos completamente, 01 foi perdido parcialmente e 05 encontram-se descaracterizados e/ou mal conservados (Anexo F).

De forma que a situação atual dos imóveis, posterior as ações legislativas descritas, é expressa pelo seguinte gráfico:

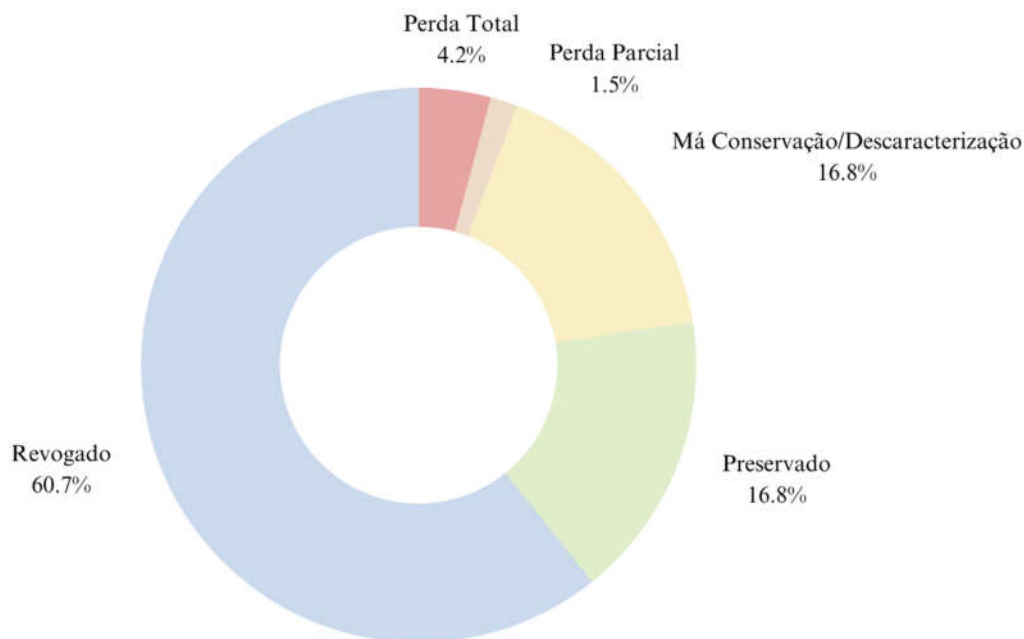


Figura 31- Gráfico, situação atual dos imóveis. Fonte: elaboração própria.

Em comparação a situação dos imóveis antes das ações legislativas descritas expressa pelo seguinte gráfico:

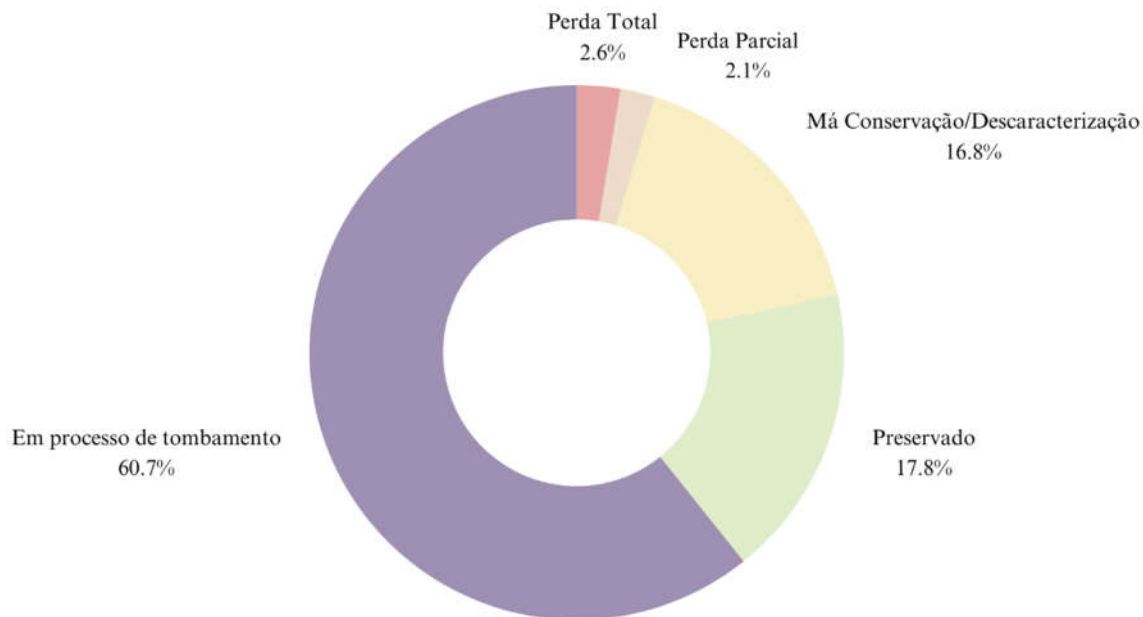


Figura 32 – Gráfico, situação prévia dos imóveis Fonte: elaboração própria.

Ao observar os dois gráficos acima, é preciso ciência que tratei como dados separados os 116 imóveis da lista do IPHAE e os demais imóveis listados pela prefeitura, porém é provável que existam imóveis considerados em ambas as listas. Estas intersecções, ainda que

relevantes no sentido quantitativo de edifícios de interesse patrimoniais protegidos, não é relevante para que percebamos que após as ações legislativas (Figura 34) há uma deterioração do estado de conservação das edificações: prévio aos conflitos políticos e legislativos de 2013 17.8% dos imóveis estavam preservados, 16.8% estavam preservados em mal estado de conservação e/ou descaracterizados, e as perdas totais representavam 2.6% e as parciais 2.1% do quadro geral; posterior aos conflitos (Figura35), a categoria dos imóveis preservados decaiu 1% e a dos preservados em mal estado de conservação e/ou descaracterizados manteve-se em 16.8% enquanto houve aumento de 1.6% nas perdas totais de edificações. O que os dados implicam é que independente das intenções objetivadas pelos agentes do campo com cada uma das ações legislativas, estas no conjunto total parecem ineficientes frente ao propósito autoproclamado do Estado de assegurar a preservação destes bens.

Movimento indicado também se observarmos os casos de perdas de imóveis ocorridos posterior a 2015:

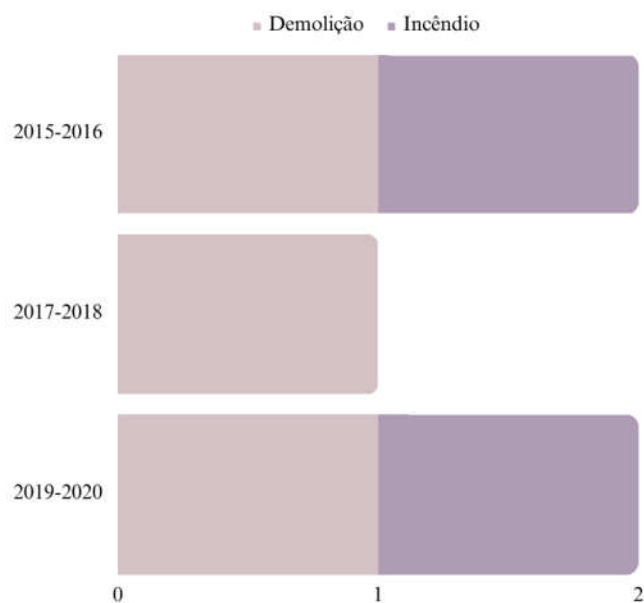


Figura 33 – Gráfico de barras acumuladas, tipos de perdas de imóveis por período

Fonte: elaboração própria

Como podemos observar os casos mais conflituosos, que resultaram na perda total dos imóveis, foram: 2015 – Hotel do Comercio (GP1) - incêndio; 2018 – Antiga Residência Ditz (GP2) – demolição; 2019– Hotel Brasil (GP3) – incêndio; as outras duas edificações demolidas, ainda que levantadas por técnicos, não faziam parte de nenhuma legislação de proteção vigente. Assim, após a Lei 151 de 2015, houveram perdas totais de 03 edificações sob proteção da lei e de 02 sem esta proteção (Figura 36).



Figura 35 - Hotel do Comércio

Fonte: Mutter, 2012.p193



Figura 34 – Incêndio, Hotel do Comércio

Fonte: João Rodrigo Rosa, 2015

O Hotel do Comércio, era uma edificação da década de 1920, propriedade particular que pertencia da família Hentschke, foi o segundo hotel construído em Santo Ângelo, de arquitetura eclética e localizado próximo a Estação férrea, o edifício teve função de hotelaria por quase um século. Quando levantado por Mutter (2012, p.193) sua situação era de má conservação, porém possuía suas características arquitetônicas preservadas (Figura 38). O incêndio (Figura 37)³⁵ ocorreu em 03 de setembro de 2015 e causou comoção na cidade, encontrei 08 vídeos postados no Youtube em diferentes canais, todos referentes a data.

No vídeo postado pela Rádio Santo Ângelo em seu canal do Youtube³⁶ é possível observar a aglomeração das pessoas em torno da localização do incêndio e ouvir (00:00:08s) ao fundo uma senhora que diz: “*este hotel tem mais de 80 anos*”. O incêndio causou danos significativo a estrutura da edificação (Figura 39)³⁷, resultando na perda total do imóvel que estava no Grau de Preservação 1 (GP1), segundo Lei 151/2015. Recordando que neste grau a

³⁵ Youtube, João Rodrigo Rosa, 2015; 00:00:03s Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=mGhrd-Ux6es>> Acesso em: 20/09/2020.

³⁶ Youtube, Radio Santo Ângelo, 2015; 00:00:8s Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=F7Dgd6pbBxw> > Acesso em: 04/11/2023.

³⁷ Youtube, Radio Santo Ângelo, 2015; 00:00:15s Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=uJpF3Ldvljc>> Acesso em: 20/09/2020.

referida lei explicita que “os bens enquadrados neste nível não poderão, em hipótese alguma, ser destruídos, descaracterizados ou inutilizados, podendo vir a ser tombado”. Houveram boatos sobre negligência e/ou intencionalidade à época, de modo que inquérito foi instaurado, bem como o ocorrido foi averiguado por técnicos do poder municipal. Atualmente o terreno é um estacionamento para carros (Figura 40).



Figura 38 – Incêndio, Hotel do Comércio

Fonte: Aurélio Madrid, 2015



Figura 39 - Terreno do Antigo Hotel do Comércio.

Fonte: Google Maps, 2022

Alguns anos após o fatídico ocorrido do Hotel do Comércio, situação similar ocorreu com o edifício do Hotel Brasil (Figura 41 e 42), também construído na década de 1920 com função de hotelaria, passou por reformas em 1939, se tornando referência regional por oferecer água encanada e luz elétrica e ótimas instalações sanitárias, onde o atendimento era prestado pela própria família Ilgner (Mutter,2012). No levantamento realizado por Mutter em 2012, esta afirma que o edifício de arquitetura eclética se encontrava em bom estado de conservação e com suas características arquitetônicas preservadas, ainda que indique que a pintura e instalações do hotel já estivessem precárias, o registro de 2016 de Bones et al (2016. p8) demonstra que em 2016 o edifício seguia em situação similar de preservação.



Figura 41– Hotel Brasil

Fonte: Mutter,2012. p.181



Figura 40 - Hotel Brasil, 2016.

Fonte: Bones et al, 2016.p.8

O incêndio do Hotel Brasil (Figura 43)³⁸, ocorrido em 19 de janeiro de 2019, causou danos a estrutura do edifício que estava sob Grau de Proteção 3, segundo Lei 151/2015, resultando na perda total do imóvel. A similaridade dos episódios do Hotel do Comercio e do Hotel Brasil fez com voltassem à tona os mesmos burburinhos sobre negligência e/ou intencionalidade, de modo que um inquérito foi instaurado. Atualmente o terreno está vazio (Figura 44).



Figura 42 - Incêndio, Hotel Brasil

Fonte: Cristiano Devicari, 2019



Figura 43 - Terreno Antigo Hotel Brasil

Fonte: Google Maps, 2022.

³⁸ Youtube, Cristiano Devicari, 2019; 00:00:20s Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=cwtGoCLMjwo> > Acesso em: 20/09/2020.

Já a Antiga Residência Ditz (Figura 46), que originalmente pertenceu ao Sr. Venceslau Ditz³⁹, esta foi construída em 1911 e era originalmente uma relojoaria, tendo usos comerciais diversos desde então. O edifício de arquitetura eclética já se encontrava em péssimo estado de conservação quando fichado por Mutter (2012), porém preservava suas características arquitetônicas na fachada, a autora destaca ainda danos severos ao telhado já à época. O edifício ficou desocupado e se deteriorando até que o telhado ruiu completamente, desestruturando com isso a própria fachada. Em razão dos riscos de desabamento o imóvel que estava no Grau de Proteção 2 foi perdido parcialmente em primeiro momento e depois teve sua demolição consolidada (Figura 45). Os boatos neste caso circularam na cidade em virtude de a edificação estar locada ao lado de terreno de um investimento hoteleiro, que já havia comprado e derrubado outras edificações vizinhas para exploração imobiliária, neste caso também um inquérito foi instaurado.



Figura 45 - Antiga Residência Ditz

Fonte: Mutter, 2012. p.60



Figura 44 - Terreno da Antiga Residência Ditz

Fonte: Google Maps,2022.

Os outros dois edifícios perdidos, a Casa família Franke-Bier e o Edifício do Rodeio das Pilchas (Figuras 47-48), não estavam sob nenhuma proteção. A casa da família Bier (Figuras 49,50, 51 e 52) foi construída em 1930, com finalidade residencial pelo Sr. Franke⁴⁰ e foi destaque à época pela sua arquitetura e decoração (Mutter,2012). Já o Edifício do Rodeio das Pilchas era originalmente a Drogeria Amaral, edificada entre 1915-1920, à época do levantamento de Mutter (2012) encontrava-se em bom estado de conservação, preservando as características arquitetônicas (Figura 47), atualmente o terreno encontra-se vazio (Figura 48).

³⁹ Venceslau Ditz foi integrante da Coluna Prestes na década de 1920 e defensor do Movimento Integralista em Santo Ângelo. (Mutter,2012. p.159)

⁴⁰ Augusto Franke era proprietário também da Casa Comercial Franke, atual Calçada lanches, edifício do GP3(Mutter,2012. p.218).



Figura 50 - Casa Franke-Bier, década de 1930

Fonte: Mutter,2012. p.219



Figura 51 - Casa Franke-Bier, década de 1980

Fonte: Mutter,2012. p.219



Figura 49 - Casa Franke-Bier, década de 2010

Fonte: Mutter,2012. p.219

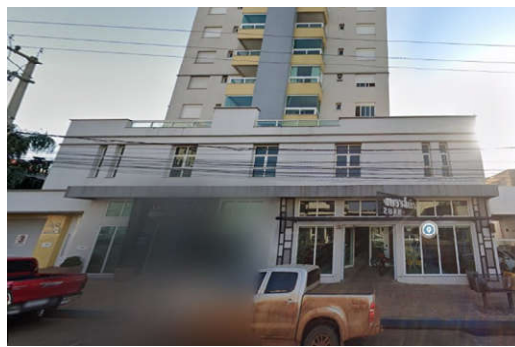


Figura 48 - Terreno Antiga Casa Franke-Bier.

Fonte: Google, 2022.



Figura 46 - Edifício Rodeio das Pilchas

Fonte: Mutter, 2012. p.167



Figura 47 - Terreno, Antigo Edifício Rodeio das Pilchas

Fonte: Google Maps, 2022.

Me parece evidente que a existência ou não da proteção legislativa não impediu a perda destes bens. E não apenas isto, diversos outros imóveis memoráveis, públicos e privados, seguem em estado de conservação aquém do indicado pela Lei 151/2015, como podemos observar nos Anexos A a F. Mas então, se não é a falta de educação patrimonial e nem a falta de ações legislativas, o que está acontecendo?

As controversas públicas da memória e do patrimônio, partem dos confrontos entre interpretações do mundo empírico subjetivadas e submetidas a ideais e valores sagrados aos indivíduos, constituintes de suas identidades. Por isso que estes as postulam e defendem como se defendessem a si mesmos - porque na prática defende-las é defender a si mesmos. Os conflitos sobre o memorável parecem disputas limitadas ao simbólico, mas como explicou Bourdieu (1989) os sistemas simbólicos são estruturas estruturadas que só podem exercer um poder estruturante porque estão estruturadas, refletindo a estrutura do mundo social ao qual pertencem ao mesmo tempo que o estruturam, por meio das formas sociais arbitrárias e socialmente determinadas que por meio das disputas objetivas e subjetivas transformam senso em consenso.

Iniciamos esta jornada questionando o que torna uma edificação memorável, ao curso desta pesquisa pudemos observar que o que torna algo memorável para alguém ou a um grupo de alguém é a relação que este(s) estabelece(m) com o bem. Esta relação pode ser estabelecida por algum vínculo afetivo, como vimos na narrativa do sr. Rousselet sobre a demolição do Sobrado; por vínculo profissional, admiração das técnicas aplicadas, da história que o bem representa, seu cunho artístico, etc. exemplificado nos apelos dos especialistas; por um vínculo moral, um senso de dever que atribuí ao bem representação um valor moral ao qual se referência, a exemplo da questão da Coluna Prestes, e/ou por um vínculo econômico, onde o edifício representa possibilidade, por uso ou troca, de obtenção de ganho econômico.

Porém, observamos nos conflitos dos anos 2000 que reconhecer um bem como memorável não é o mesmo que o reconhecer como digno de patrimonialização. Observamos também que a patrimonialização pode ocorrer de maneira externa e estrangeira às culturas de uma comunidade, como foi o caso do início do século XX na relação entre imigrantes e o passado jesuítico-guarani. Ao mesmo tempo que a memória coletiva pode ser preservada em contrassenso com o Estado e suas práticas patrimoniais, como no caso das memórias coletivas dos povos Guaranis.

A patrimonialização é um processo institucional por meio do qual distingue-se um imóvel dos demais como vimos registrado nas legislações ao longo deste capítulo, mas justamente por isso, é um processo de transformação de memórias coletivas em artefatos

(Bourdieu, 1973). Memória e patrimônio distinguem-se aqui de forma intuitiva aos nativos, não porque querem ou porque desconhecem o “valor de memória” de um bem, mas porque da memória coletiva são parte intrinsecamente constitutiva. A memória coletiva é orgânica e tão mutável quanto o modo de viver e se relacionar da comunidade que a constitui, portanto, flexível e suscetível em mesma medida à sobrevivência do grupo – ainda que se preserve tijolo por tijolo, uma casa só é um lar se alguém viveu ali; o mesmo acontece com a memória coletiva, ainda que se registre cada detalhe são as relações sociais que a constituem. Já o patrimônio é essencialmente mecânico e processual, é trabalho especializado que por meio da aplicação da técnica distingue o sagrado do profano, o banal do memorável, por categorias arbitrárias de um sistema simbólico próprio. O tombamento é a forma contraditória do Estado capitalista proteger os signos do passado de sua própria marcha desenvolvimentista, ao passo que atribui a estes significados que terão usos múltiplos.

A memória coletiva é conjunto de relações sociais de um dado grupo que compartilha um passado objetivando um futuro a partir dele como meio de preservar seu modo de vida, sua cultura e identidade. O tombamento é o processo de legitimação e tutela desta memória pelo poder do Estado. Memórias coletivas podem e são construídas, ativadas e preservadas sem o auxílio do Estado, inclusive o são mesmo se contrárias as políticas públicas como pudemos observar no caso do *Ñande reko* dos povos Guaranis e as políticas indigenistas do século XX. A ativação legitimada pelo Estado e seus técnicos detém poder de impor uma memória como valorosa mesmo àqueles grupos contrários ou indiferentes à sua preservação, mas não o faz sem resistência.

No caso de bens edificados, Nora (2008) já identificou que a memória precisa ser ativada para que seja preservada, no modelo social atual isto designa que técnicos especializados por meio da técnica escavem, identifiquem, cataloguem, hierarquizem, historicizem, exponham cientificamente as propriedades do bem, que o diferenciem por suas características materiais ou imateriais dos demais de sua categoria. Este é um trabalho de diferenciação por meio do qual um edifício qualquer é transformado em patrimônio. Então é possível afirmar, no que tange ao patrimônio edificado, o bem edificado é a matéria prima do trabalho dos especialistas em memória e que estes por sua vez são trabalhadores, que por meio de sua força de trabalho exercem a técnica que transforma o edifício em patrimônio edificado; o patrimônio é produzido por este trabalho especializado, a expressão do memorável na forma jurídica na sociedade capitalista.

Um edifício não é em si uma mercadoria, muito antes de ser produto de uma relação de produção social, é valor de uso, meio de existência e produto da vida social. Constrói-se

um edifício pensando na sua utilização, na relação entre as pessoas e o edifício, na sua funcionalidade - será ele uma casa, uma farmácia, uma escola, uma igreja? Como ele será utilizado? Por quem? Com qual finalidade? Uma fábrica possui características que uma casa não tem, uma igreja não é uma farmácia e vice versa. Quando se detém um bem edificado, ele, para quem o utiliza, detém valor de uso, foi construído para que exercesse uma determinada função. *“O valor de uso, quando encarado de modo indiferente em relação a determinação econômica formal, isto é, o valor de uso como tal, encontra-se fora da esfera de investigação da Economia Política.”* (Marx, 2008, p.52)

Para que um edifício se torne mercadoria deve simultaneamente deixar de ter valor de uso para o proprietário atual e passar a ter valor de uso para outros, assim na relação de troca se torna a materialização do trabalho social, relaciona-se com outras mercadorias ou com a cristalização destas - *“o dinheiro é uma cristalização do valor de troca das mercadorias, produzido por elas no próprio processo de troca”* (Marx, 2008, p.77). Este é o carácter duplo de uma edificação enquanto mercadoria - isto sem ainda nos atermos, por enquanto, a exploração imobiliária e processo de expropriação urbana ou outras determinações do processo de aprofundamento do capitalismo contemporâneo.

Um edifício, por exemplo a casa, de valor de uso moradia, possui propriedades que permitem sua utilização a tal função, é setorizada e organizada a partir das necessidades de moradia, número de quartos, banheiros, cozinha, sala, projetada a suprir uma necessidade específica de sujeitos específicos, ao mesmo tempo que passível de adaptações caso essas necessidades mudem (reformas, ampliações, novas setorizações são adaptações possíveis a uma casa qualquer e usualmente possibilidades esperadas por seus proprietários, hoje direito assegurado pelo Estado). Antes as alterações desta edificação estavam reguladas apenas pelo desejo, intenção e meios de produção disponíveis do proprietário. Com a ascensão do Estado moderno e sua mediação sob todas as coisas da vida social (Rancière, 2001), esta casa, detentora destas propriedades citadas é legislada por regras que enquanto edificação residencial permitem um tipo A de alterações, sujeitas a um tipo A de índices urbanos e que exigem um tipo A de trabalho especializado para modificá-la. Caso o proprietário deseje transformar esta edificação para outra utilização, digamos fazer dela comércio, a alteração de uso sujeita a edificação a um tipo B de alterações, sujeitas a um tipo B de índices urbanos e que exigem um tipo B de trabalho especializado para modificá-la, e assim, por conseguinte.

Agora percebam, na patrimonialização, esta edificação de uso intencionado pelo proprietário - cujas possibilidades de utilização são diversas, ainda que segundo as normas e adaptações legisladas pelo Estado - é alterada alheia à sua vontade. É isto que ocorre no

processo de patrimonialização e essencialmente é está a “*perda de isonomia*” alegada na Lei 3.781. Quando tombamos uma edificação, transformamos seu valor de uso em memória ativada, ela passa a ser legislada por um tipo C de legislações, que permite um tipo C de modificações, que exige um tipo C de trabalho especializado. O proprietário que antes detinha uma edificação B com um valor de uso B, por um processo alienado de sua vontade (externo e instituído a ele) é alienado do seu bem, ao menos parcialmente. A forma de utilização do bem é transformada pelo processo de patrimonialização, ele detém valor de uso como memória, queira o proprietário ou não, reconheça ele a validade desta memória ou não, seja ela útil ou impeditiva ao uso prévio que o proprietário dava a edificação.

O Estado é o mediador da relação entre o proprietário e o bem, regula a relação de propriedade, utilização e venda entre sujeitos. É ainda responsável por assegurar o direito à propriedade privada dos sujeitos, inclusive por meio do exercício legítimo da força. Porém, ao entender um bem privado como bem memorável produz uma contradição, simultaneamente aliena do proprietário direitos que ele mesmo tem responsabilidade de proteger. Quando um braço do Estado declara um bem privado como patrimônio municipal, estadual, nacional ou internacional; este declara que a preservação deste está acima do direito privado do sujeito proprietário de disposição do bem sob o qual detém propriedade. Entende que o ônus ao sujeito específico é menor que o benefício social produzido, os seja, que a preservação resultante legitima a alienação parcial dos direitos de utilização da propriedade daquele sujeito.

Do ponto de vista técnico, se justificam as sanções impostas a poucos, em nome de uma preservação para todos. A preservação de uma técnica construtiva difere da de um material específico que difere da de uma expressão artística, e assim consecutivamente, há técnicas específicas à preservação tão singulares quanto a características a serem preservadas são plurais. Porém do ponto de vista do proprietário estas particularidades aparecem como restrições normativas, que se não cumpridas sujeitam o mesmo a danos financeiros por vezes menores que o custo de contratação e aplicação da técnica necessária a manutenção do bem tombado, o que podemos observar nos casos de perdas totais e parciais de imóveis citados neste capítulo.

Entretanto, a perda de direitos no Estado moderno, quando reconhecida, é solucionada na forma jurídica por medidas compensatórias: repara-se os danos, mesmo quando irreparáveis, com dinheiro. Assim, surgem os incentivos fiscais e outras ferramentas como a possibilidade de venda e troca de porcentagens de índices e taxas referentes ao uso e parcelamento dos solos. Incentivos que, na prática da vida cotidiana, do ponto de vista da

lógica individual, parecem não compensar efetivamente os danos, se levarmos em consideração o sentimento de lesão alegado pelos próprios proprietários santo-angelenses. O uso do bem edificado torna-se limitado não só pelas normas que limitam todas as demais edificações, como por normas, regras e recomendações adicionais. O custo de manutenção e a dificuldade de encontrar e pagar pela mão de obra especializada aparecem como queixa entre proprietários, junto com a burocracia e a demora dos processos formais de aprovação em órgãos institucionais, necessárias para realizar modificações.

Questões bem expressas pela manchete de notícia publicada pelo Município de Santo Ângelo em 22 de outubro de 2018: *“Estado Arquiva Processo de Tombamento do centro Histórico: Processo de liberação de projetos não precisará mais ser enviado ao IPHAE ganhando em agilidade e abrindo a possibilidade de novos empreendimentos”*, na mesma matéria lê-se ainda:

O Prefeito comemorou a decisão do Governo do Estado que retorna para o município a deliberação das avaliações técnicas dos projetos conforme Plano Diretor de Santo Ângelo, reduzindo o processo de aprovação dos encaminhamentos em até 60 dias e abrindo novas perspectivas de investimentos. ‘A medida facilita o empreendedorismo em Santo Ângelo, principalmente na área de construção civil, abrindo mais oportunidades para a geração de emprego e renda, sem prejuízo ao nosso patrimônio arquitetônico, histórico e cultural’, afirmou Jacques [Barbosa - PDT] (Santo Ângelo, 2018)

Trecho demonstrativo de que as controversas da patrimonialização em Santo Ângelo, são expressões do confronto entre visões de desenvolvimento objetivadas pelos nativos: uma que entende os usos do passado como estimuladores do desenvolvimento pela via do turismo como a alavanca econômica necessária a cidade; outra que entende que o desenvolvimento que vai gerar empregos, renda e oportunidades advindas do empreendedorismo, dos avanços da construção civil e da urbanização da cidade. Projetos que restam em contradição e que por meio dos conflitos sociais, políticos e jurídicos historicamente travados buscam uma síntese que possibilite aos nativos a consolidação e crescimento econômico frente as dinâmicas vorazes do capitalismo.

Os projetos de desenvolvimento contrapostos expressos nas contradições dos processos de patrimonialização são, ambos, expressões das dinâmicas do capital globalizador sobre o espaço-tempo. Ocupam lugares de reprodução da violência, do dinheiro ou da informação (Santos, 2002). Em mesmo sentido, afirma Bosi (1992. p309-310) ao dizer que:

Nas áreas profissionais mais ligadas às ciências aplicadas, como a Engenharia e a Economia, a cultura de massas é fonte importante de informação e de valores para um alto número de pessoas que prescindiram, em toda a sua história intelectual, do *corpus* da cultura humanística. Com isso a cultura de massa, apesar do nome, acaba sendo também a cultura média dos técnicos. Tal inter-relação pode dar-se no sentido inverso. A cultura de massa, a indústria de objetos simbólicos em série, vale-se da cultura erudita, lança mão dela, para transformar em moda e consumo não poucas de suas representações.

[...]

A universidade, por sua vez, é chamada a colaborar para, com as devidas adaptações ou concessões a um presumível gosto médio, fornecer imagens, palavras e ideias para fascículos de grande venda, ou para jornais e revistas de classe média ou alta. [...] tal é a aparência de modernização que cobra a vida do povo em todo o território brasileiro, que, à primeira vista, parece não ter sobrado mais nenhum espaço próprio para os modos de ser, pensar e falar, em suma, viver, tradicional-populares. O que seria uma fatalidade do neocapitalismo introjetado em todos os países de extração colonial.

Observamos, por meio das contradições do patrimônio edificado santo-angelense aprofundadas pelo correr do tempo e da história, fenômenos típicos do próprio avanço do capitalismo, e justamente por isso contraditórios:

É a partir dessa generalização e dessa coisificação da ideologia que, de um lado, se multiplicam as percepções fragmentadas e, de outro, pode estabelecer-se um discurso único do “mundo”, com implicações na produção econômica e nas visões da história contemporânea, na cultura de massa e no mercado global. [...] Quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo. (Santos, 2002, p.22-23)

Contrapõem-se aqui a própria mudança do tempo das cidades; iniciamos tratando da relação entre tempo e memória, e finalizamos neste mesmo sentido. Os avanços do capitalismo alteram a relação das pessoas entre elas, alterando as relações em comunidade, da mesma forma que alteram a relação das pessoas com o mundo, alterando o tempo das relações sociais e como se relacionam as pessoas com seu próprio tempo. De um lado um projeto que tende a fazer do presente uma atualização perpétua do passado, um eterno e apressado coletar,

coleccionar e reescrever por meio da maquinária patrimonial (Jeudy, 2001) do Estado; de outro um projeto que tende a fazer do presente um rascunho perpétuo do futuro, uma perpétua e sempre atrasada máquina de produção do novo. Em ambas as visões o tempo presente existe em referência a outro tempo, que veio ou que está por vir, a primeira esperando cada vez mais do Estado e a segunda cada vez mais do mercado e ambas complementares e contraditórias.

Quanto mais ausentes do tempo presente, mais engajados nos projetos de desenvolvimento, em transformar a cidade local em cidade internacional capaz e alinhada para competir com as demais “*pela atração de atividades consideradas interessantes, segundo empresários mais agressivos*” (Santos, 2013, p.31) sejam eles do turismo ou da construção civil. Não à toa a memória coletiva, quando patrimonializada, cresce em status e legitimidade quanto mais distante é a instituição que a reconhece - o tombado pelo município é menos atrativo que o tombado pela UNESCO, pelo IPHAN, pelo IPHAE... Quanto maior a instituição, quanto mais internacionalizada, maior o investimento aferido ao projeto de desenvolvimento, mas também maior os limites historicamente constituídos para participação social nas políticas patrimoniais e mais complexas as contradições enfrentadas na transformação da memória coletiva em patrimônio (Zanirato, 2009).

Mas como vimos, também há sempre forças que resistem, negociam, intercedem, rebelam-se frente as condições impostas. Ainda que como grupo os agentes representem narrativas e interesses, mais ou menos organizados, há uma heterogeneidade subjetiva que se destaca e busca formas outras de recordar. Profissionais que dentro das suas atribuições buscam uma maior aproximação e mais profunda entre patrimônio e memória coletiva; proprietários que sob visão coletiva advogam em contraditório aos seus interesses individuais, universitários cujas críticas a universidade e a técnica permitem espiar possibilidades que extrapolam os limites impostos pelas práticas universalizadas. Entretanto as tentativas de construção de um outro mundo sempre conduziram a conflitos:

Uma coisa é um sistema de relações, em benefício do maior número, baseado nas possibilidades reais de um momento histórico; outra coisa é um sistema de relações hierárquico, construído para perpetuar um subsistema de dominação sobre outros subsistemas, em benefício de alguns. É esta última coisa o que existe. (Santos, 2013, p.32)

Se a dimensão mundial é o mercado, como afirmou Santos (2013, p.33), “*o embate ancestral entre a necessidade e liberdade dá-se pela luta entre uma organização coercitiva e o exercício da espontaneidade. O resultado é a fragmentação.*” Dimensão fragmentada que

observamos nas composições e recomposições dos grupos por suas semelhanças, e no lugar que compele os nativos a cooperação nas diferenças. Se o que universaliza divide, é o local que unifica:

Defina-se o lugar como a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário e que se caracteriza por dois gêneros de constituição: uma é a própria configuração territorial, outra é a norma, a organização, os regimes de regulação. O lugar, a região não mais fruto de uma solidariedade orgânica, mas de uma solidariedade regulada ou organizacional. Não importa que seja efêmera. Os fenômenos se definem não apenas pela sua duração, mas também, e sobretudo, pela sua estrutura. (Santos, 2013, p.33).

O preservar da territorialidade, ou seja, da relação social temporalmente construída entre comunidade e espaço, me parece, portanto, a batalha final a ser travada no presente. Hartog (2006, p.273) concluiu sobre o tempo e o patrimônio que:

Assim, interrogar o patrimônio e seus regimes de temporalidades nos conduziu, de maneira inesperada, do passado ao futuro, mas um futuro que não é mais a conquistar ou realizar sem hesitar e, se preciso for violentando o presente. Este futuro não é mais um horizonte luminoso para o qual marchamos, mas uma linha de sombra que colocamos em movimento em direção a nós, enquanto parecemos marcar passo no presente e ruminar um passado que não passa.

Já Jeudy (2001) declarou a morte do presente e da história, um assassinato performado pelo dever da memória. Enquanto Peixoto (2016, p.300) concluiu que “*o campo do patrimônio é produtor de tormentos internos*”. Confesso que as perspectivas que se apresentam como solução as contradições do fenômeno, como observamos ao longo desta pesquisa, parecem longe de uma síntese auspiciosa, em contrário, parecem aprofundarem-se como um torvelim. Mas se “*a força dos fracos é seu tempo lento*”, como anunciou Santos (2013, p.77) nossos esforços devem ser na busca pela compreensão dos mecanismos de preservação, principalmente, das relações sociais de solidariedade. Lição importante da experiência Guarani: ao preservarem-se os laços, preserva-se também a cultura e a memória coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltei-me às ciências sociais porque na prática profissional como arquiteta e urbanista encontrei conflitos e contradições que eu não compreendia: como aqueles que conheci por toda minha vida, cujos valores detenho porque eles os compartilharam comigo agora posicionam-se em oposição a preservação de algo que me é tão caro? As respostas que encontrei nos livros e artigos apontavam para o desconhecimento, diziam que faltava educação patrimonial, que se eles lessem, estudassem, apreendessem o que eu e demais profissionais do campo patrimonial sabíamos eles também entenderiam... Essa resposta não me parecia completa à época, pensava comigo mesma: “Mas como? Se eu os conheço, conheço suas famílias, suas histórias, seus valores... Recebi deles aulas, na escola, na igreja, nas conversas de portão enquanto ainda brincava com seus filhos e netos na infância e adolescência. Como eles, que me ensinaram tanto sobre o passado não sabem de nossa própria história e memória?”. Pensava em todas as ações de educação patrimonial que tive ainda no colégio, todas as visitas aos museus, as ruínas, a catedral... Pensava em todas as ações educacionais que vi profissionais de extrema competência desenvolverem por meio da universidade e da prefeitura municipal e não entendia como consecutivamente imóveis considerados memoráveis por especialistas e pela legislação continuavam sendo perdidos e dando lugar a vazios urbanos. Quando não pude mais viver com estas e várias outras dúvidas que brotavam das contradições da prática profissional com a realidade em que eu praticava meu ofício não vi alternativa senão buscar respostas: “*Mas quem come do fruto do conhecimento é sempre expulso de algum paraíso*” já alertava Melanie Klein aos desavisados.

Entender a dimensão processual pela qual uma edificação se torna patrimônio e, portanto, digna de proteção e tutela, é saber notório exigido para prática de minha profissão. O que buscava aqui era compreender, sobre a perspectiva sociológica, a dimensão social desse processo, suas implicações históricas e as relações sociais e de poder que enlaçam a prática do tombamento. Me propus a dar conta das disputas e conflitos em torno do patrimônio buscando fugir das armadilhas de condenação moral para aqueles que tomavam lados distintos de minhas posições. Busquei compreender as relações sociais historicamente constituídas e que antecederam os meus questionamentos pessoais e forjaram as contradições que testemunhava na atualidade. Pude observar que os valores criados e reproduzidos não representam valores universais ou consensos absolutos dentro de seus quadros sociais, mas sim valores maleáveis e negociáveis pelos agentes e seus grupos frente as dinâmicas de cada período histórico. Pude observar que a memória considerada digna da patrimonialização tem seu referencial

orientado em muito mais pelas dinâmicas externas a comunidade santo-angelense, sendo interpelado pelas dinâmicas do capital internacional, do Estado e de suas instituições.

O resguardar da memória pela patrimonialização, me parece, pode ou não ter a comunidade engajada e suas finalidades se alteram a depender dos grupos partícipes do processo. Mas, o valor de memória antes de ser produzido e reproduzido pelo trabalho de enquadramento dos técnicos, precisa ser em princípio um produto das relações sociais estabelecidas pela comunidade, ou sua legitimidade estará permanentemente em cheque, sendo o patrimônio final um artifício. O trabalho de enquadramento que declara um imóvel memorável é um processo técnico-burocrático, incapaz por si só de assegurar a preservação dos bens. A preservação dos bens, me parece, depende de forma profunda das condições sociais e das relações sociais estabelecidas entre os nativos e o referido bem, e estes disfrutam de maiores oportunidades de preservação quando interpeladas por tipos múltiplos de vínculos com a comunidade.

Como a memória coletiva ao ser patrimonializada está sujeita a disputas, questionamentos, negociações e revogações, é preciso observar o contraditório, não com altivez, mas com consideração sobre os pontos que se colocam como querelas públicas, dado que a ação legislativa não é capaz de solucioná-las, apenas parece ter poder de refleti-las de forma controversa na lei. As querelas são produtos do confronto entre concepções individuais de mundo, sem dúvidas, mas são dialeticamente produto de seu tempo histórico e dos desafios materiais impostos pelo período. Por ser a patrimonialização uma prática técnico-burocrática de dimensões de fetichização, que transforma senso em consenso, esta carrega em si mesma as contradições do Estado e de sua forma jurídico-política transmutando e ocultando interesses no cerne de sua prática.

Claudia Fonseca (2000, p.9) disse que: *“Relativizar as práticas de pessoas que partilham de nosso universo é questionar nossos próprios valores; é admitir as contradições de um sistema econômico e político que cria subgrupos com interesses quase opostos”* e justamente esta foi a jornada em que me lancei durante nesta pesquisa. Posso afirmar com convicção que sigo tão apaixonada pela memória edificada quanto sempre fui, mas compreendo um pouco melhor agora os desafios que impedem e dificultam a preservação destas edificações. Não possuo respostas alternativas aos caminhos que devem ser tomados, mas entendo que este é o principal desafio que se apresenta a partir desta pesquisa. O que posso afirmar com segurança é que respostas prontas e ações pontuais, por melhores e mais bem intencionadas que o sejam, não são páreas para problemas estruturais e estruturados por vários séculos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. Lugares y redes: las mediaciones de la cultura urbana. **Revista Colombiana de Antropologia**, vol. XXXII. Tradução livre.1995.
- AGOSTINHO, Aurélio (Santo Agostinho). **Confissões**. São Paulo, Ed. Nova Cultura. 2004
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Memória e Sociedade. Rio de Janeiro Brasil, 1989
- BOURDIEU, Pierre. *A opinião pública não existe*. Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em **Les Temps Modernes**, 318, janeiro de 1973.
- BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude, PASSERON, Jean-Claude. **O ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2007.
- BOUDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Ed. Autêntica. 2010
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. Companhia das Letras. São Paulo. 1992.
- BOGO, Ademar. **Identidade e Luta e Classes**. Expressão Popular. São Paulo, 2010.
- BONES, Adele Wisch et al. **(Re)Conhecendo o Patrimônio Arquitetônico Eclético de Santo Ângelo**. EMiCult. 2016.
- BORTOLATTO, Chiara. **Patrimônio e o futuro da autenticidade**. 2017.
- BRASIL, Reserva Ativa. Resumo Histórico 1º Batalhão Ferroviário. s/a. Disponível em: <<https://1bfv.eb.mil.br/index.php/resumo-historico>> Acesso em 30-09-2023.
- BRUM, Ceres Karam. Identidade Missioneira? In: **Missões: reflexões e questionamentos/ org**. Julio Ricardo Quevedo dos Santos – Santa Maria, Editora Caxias. 2016.
- BRUM, Ceres Karam. *“Esta Terra Tem Dono” Disputas de Representação sobre o Passado Missioneiro no Rio Grande Do Sul: A Figura De Sepé Tiaraju*. **Cadernos IHU Ideias**; 2006.
- CELLARD, André. *A análise documental*. In: **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Editora vozes, Petrópolis. 2008.
- CERETTA, Thays. Esquecido – vagões da Estação Férrea de Santa Maria estão abandonados. Santa Maria, DIÁRIO de SM. 2018
- CEFAI, Daniel. **Públicos, problemas públicos, arenas públicas**. São Paulo, Novo Estudo, Vol. 36. 2017.
- CORRÊA, Carlos. Derrubada de estátuas de figuras ligadas à escravidão provoca debate sobre reescrever o passado: Onda cresceu nos Estados Unidos em manifestações contra o racismo. Porto Alegre, Correio do Povo, 2020. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/especial/derrubada-de-est%C3%A1tuas-de-figuras-ligadas-%C3%A0-escravid%C3%A3o-provoca-debate-sobre-reescrever-o-passado-1.441932>> Acesso em: 21/11/2023
- CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; STIGLIANO Beatriz Veroneze. *Definição dos Valores de uma Localidade Turística Cultural - Estudo das Missões Jesuítico-Guarani*

Orientais da América. Book of Proceedings Vol. I – **International Conference on Tourism & Management Studies** – Algarve. 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

DARONCO, Marilice. *História em Ruínas – Pouco resta do imóvel que e considerado a casa mais antiga ainda existente em Santa Maria*. Santa. CLIC RBS. 2012. Disponível em: <<https://www.clicrbs.com.br/pdf/14341033.pdf>> Acesso em: 21/11/2023

DAMIANI, Nadir Lurdes. *Cultura Material, Patrimônio e Educação: As Reduções Jesuítico-Gurani e o ensino de História*. **Tese de mestrado**, UNISINOS. São Leopoldo-RS, 2004.

DEZORDI, Estelamaris. *Das memórias passadas para o presente: Santo Ângelo, os Mbyá estão aqui*. In: **Santo Ângelo em Foco**: Ensaio sobre memória e patrimônio cultural. Org. Borchardt et al. FUri, Santo Ângelo, 2018.

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Ed. Martins Fontes.2000

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1994.

FAVRETO, Cristiane Bade. **O cancelamento de bens tombados**: um estudo sobre as corredeiras do Bem-Querer. Florianópolis. Sn, 2015.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e a Caça às bruxas**. Ed. Boitempo.2019

FONSECA, Claudia. **Família, Fofoca e Honra**. Porto Alegre: UFGRS, 2000.

FONSECA, Claudia. *Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação*. Rio de Janeiro.ANPED, jan/abr. **Revista Brasileira de Educação** p58-78, 1999.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

GARCIA JR., Afrânio Raul. *Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil*. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 98, p.20-33, tradução livre. 1993.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Ed. Revista dos tribunais, 1990.

HARTOG, François. *Tempo e Patrimônio*. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. São Paulo, Ed. Vozes. 2003

IBGE. Panorama: Santo Ângelo. Censo, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santo-angelo/panorama> Acesso em: 19-09-2023

IBGE. *Santo Ângelo: História*. Biblioteca IBGE, 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/santoangelo.pdf> > Acesso em 09/03/2021.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *São Miguel das Missões (RS)*. Publicado em 17/08/2017. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/292> > Acesso em 16/09/2020.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Os Sete Povos das Missões, Origem de São Miguel das Missões (RS)*. Publicado em 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1652/>> Acesso em 16/09/2020.

IPHAE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. *Processo de tombamento estadual: Antiga Estação Férrea de Santo Ângelo*. Publicado em 10/07/2013. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=50500/>> Acesso em 16/09/2020.

IPHAE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. *Processo de tombamento estadual: Capela Verzeri*. Publicado em 23/03/2010. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=50500/>> Acesso em 16/09/2020.

JORNAL GAUCHA ZH. Donos de imóveis considerados históricos protestam contra tombamento em Santo Ângelo: Centro Histórico da cidade está tombado provisoriamente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. 30 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/08/donos-de-imoveis-considerados-historicos-protestam-contratombamento-em-santo-angelo-4252514.html> > Acesso em: 21/11/2023

JORNAL GAUCHA ZH. Tombamento de 116 imóveis de Santo Ângelo provoca divergências entre poder público e proprietários: Caso seja aprovado, moradores serão impedidos de fazer modificações nos prédios. 04 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/09/tombamento-de-116-imoveis-de-santo-angelo-provoca-divergencias-entre-poder-publico-e-proprietarios-4257313.html>> Acesso em: 21/11/2023

JORNAL GAUCHA ZH. Edital reabre debate sobre tombamento de prédios históricos em Santo Ângelo. Proprietários de 116 imóveis do Centro têm 30 dias para contestar decisão. 18 de outubro de 2013. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/08/moradores-colocam-cruzes-em-frente-prefeitura-de-santo-angelo-rs.html> > Acesso em: 27/10/2023

JORNAL GAUCHA ZH. Iphae publica notificação sobre tombamento de prédios considerados históricos em Santo Ângelo: Proprietários de prédios tem 30 dias para contestar o tombamento de seus bens pelo Instituto. 17 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/10/iphae-publica-notificacao-sobre-tombamento-de-predios-considerados-historicos-em-santo-angelo-4304101.html>> Acesso em: 21/11/2023

JORNAL GAUCHA ZH. Lei contra tombamento de prédios históricos em Santo Ângelo entra em vigor: Ao todo 116 imóveis particulares da cidade estão em processo de tombamento pelo Iphae. 03 de novembro de 2013. Disponível em <

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/12/lei-contratombamento-de-predios-historicos-em-santo-angelo-entra-em-vigor-4353374.html> > Acesso em: 21/11/2023.

JORNAL RBSTV. Moradores colocam cruzeiros em frente à prefeitura de Santo Ângelo, RS: Manifestação foi realizada na manhã desta sexta-feira (30) no município. Grupo protesta contra o tombamento do Centro Histórico da cidade. 30 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/08/moradores-colocam-cruzeiros-em-frente-prefeitura-de-santo-angelo-rs.html>> Acesso em: 27/10/2023.

JORNAL A TRIBUNA REGIONAL. MULLER, Érico. Coluna Recanto do Sabiá. A Tribuna Regional. Santo Ângelo, 12 dez. 2009. Cad. Cultura, p. 06. In: VITOR, Amilcar Guidolim;

JEUDY, Henry-Pierre. *Machinerie Patrimoniale*. Tradução livre. 2001.

LEMIEUX, Cyril A. Escrita Sociológica. In: **A Pesquisa Sociológica**. Petrópolis, Ed. Vozes p.307-324, 2015.

LOWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio, uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”*. Boitempo Editorial. 2005.

LOWY, Michael. *“A contrapelo”*: A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). Lutas Sociais, São Paulo, nº25-26, p20-28. 2011.

LUCCA, Laura Perin. *Lar para Menores em Situação de Risco*. **Monografia**. UNIFRA. Santa Maria, 2015.

MARCHI, Darlan de Mamann. *A relação dos santo-angelenses com seu patrimônio: entre a exaltação do passado e as adversidades da preservação no presente*. In: **Santo Ângelo em foco**: ensaio sobre a memória e patrimônio cultural. Furi. Santo Ângelo. 2018

MARCHI, Darlan de Mamann. *O patrimônio em São Miguel das Missões: dos jesuítas à UNESCO*. **Tese (doutorado)**, Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural -Instituto de Ciências Humanas. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas.2018b

MARCHI, Darlan de Mamann. *Santo Ângelo em Fatos e Fotos: Dr. Willy Gatz e seu Hospital*. 2009. Disponível em <<https://santoangeloemfatosefotos.blogspot.com/2009/10/dr-willy-gatz-e-seu-hospital.html>> Acesso em,27-05-2020.

MARX, Karl. *Cadernos de Paris & Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. *O capital* I. São Paulo: Ed. Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Ed. Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Ed. Ridendo Moraes. Trad. Néelson JarhGarcia. 2002. Disponível em: <ebooksbrasil.com> Acesso em: 15/12/2021

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2009

MALINOWSKI, Bronislaw. *Crime e Costume na sociedade selvagem*. UNB. 2003.

MONTAÑO, Carlos. *Neodesenvolvimento e Política Social*. In: **Capitalismo, Trabalho e Política Social** - Vol. 2. São Paulo: Blucher. p. 19 -40. 2017.

MUTTER, Débora. *Evidências do Primeiro Século da Recolonização de Santo Ângelo através do seu Patrimônio Arquitetônico*. Dissertação (mestrado) do Programa De Pós-Graduação Em História -Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas. Porto Alegre- RS, 2012.

MUTTER, Débora. *Considerações Acerca da Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural*. **Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista** Vol. II, n. 4. jul./dez. 2012b.

NORA, Pierre. *Les lieux de la mémoire*. Tradução livre. Editores Trilce, 2008

NORA, Pierre. *Entre memória e História*. Proj. História. São Paulo. Dez.1993

NEUMMAN, Eduardo. *A escrita dos guaranis nas reduções: usos e funções das formas textuais indígenas – século XVIII*. Editora, 2007.

NEUMMAN, Eduardo. *Práticas de Escrita Indígena nas reduções no século XVIII*. In: **Missões reflexões e questionamentos**. 2016.

PACHUKANIS, E. B. *Teoria do Direito e Marxismo*. São Paulo. Ed. Acadêmica. 1988.

PASQUALIN, Chiara. *Existe um antepredicativo pático? Uma possível leitura do percurso heideggeriano*. **Revista phainomenon**. 2020

PEIXOTO, Paulo. *O patrimônio e seus demônios nas sociedades contemporâneas*. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 2, 2016.

PORTO ALEGRE. CÂMARA DE VEREADORES: *Revogado o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis*. Porto Alegre. 2017.

PONTES, Beatriz Maria Soares Pontes. *As bases geopolíticas dos Sete Povos das Missões*. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa, v1, nº2 p.57-71. 2010.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n10, p200-212, 1992.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Trad. Dora Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v2, n3, 1989

RANCIÈRE, Jacques. *Ten Theses on Politics*. Tradução livre. Berlim, Theory and Event Symposium., 2001.

REBELLATO, Mauricio. *Clube é interditado após teto desabar em Santa Maria*. Santa Maria, DIÁRIO de SM, 2018.

RECH, Raquel Machado. *Arqueologia urbana no Centro Histórico de Santo Ângelo: a identificação da Redução de Santo Ângelo Custódio*.2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334057771_Arqueologia_urbana_no_Centro_Historico_de_Santo_Angelo_a_identificacao_da_Reducao_de_Santo_Angelo_Custodio> Acesso em 21/11/2023

RIECK, Edgar Fernando et al. *Obituário do Patrimônio Construído de Santo Ângelo: O Desaparecimento e Descaraterização Física na Paisagem Urbana*. 3º EMIcult. 2017 revista?

REIS, Marina Gowert Dos; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. *A Comunidade Conectada E O Processo De Patrimonialização: Uma Análise Das Mobilizações Em Torno Do Centro Histórico De Santo Ângelo – Rs. XVI ENPOS*, UFPEL. 2014.

REIS, Marina Gowert Dos; SERRES, Juliane Conceição Primon; NUNES, João Fernando Ignansi. *A Defesa do Patrimônio Cultural Histórico em Santo Ângelo – Rs Através da Organização da Comunidade Local na Internet. Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)*, São Luís, v. 2, n. 2, p. 13-31, jul./dez. 2016.

SARTORI, G. La comparación en las Ciencias Sociales. Comparativo.y Método Comparación. SARTORI y MORLINO (org). Madrid: Alianza Editorial, S. A, tradução livre, 1999.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo**. Cidade, Edusp, 2013

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2002

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo Dos. *Vivências e Experiências Indígenas nas Missões Orientais do Uruguai*. In: **Missões: reflexões e questionamentos/ org. Julio Ricardo Quevedo dos Santos – Santa Maria, Editora Caxias. 2016.**

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. *O patrimônio cultural em Santo Ângelo/RS: entre o passado da missão jesuítico-indígena e as tensões da Coluna Prestes. Revista memória em rede*. Pelotas. 2019.

SANTO ANGELO. Informações sobre o município de Santo Ângelo: História. 2014. Disponível em: < <https://pmsantoangelo.abase.com.br/site/conteudos/232-historia> Acesso em: 15-09-2020.> Acesso: 22/05/2021

SANTO ANGELO. *Estado Arquivo Processo de Tombamento do centro Histórico: Processo de liberação de projetos não precisará mais ser enviado ao IPHAE ganhando em agilidade e abrindo a possibilidade de novos empreendimentos. 22 de outubro de 2018. Disponível em < <https://pmsantoangelo.abase.com.br/site/noticias/municipio/35210-estado> > Acesso em: 27/05/2021*

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Gilberto Freire: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos Trópicos. Revista? Mal-estar na Cultura, abril-nov de 2010

SOUZA, José Otávio Catafesta de. *Os Mbyá-Guarani: Impasses das políticas indigenistas no sul do Brasil*. In: **Missões: reflexões e questionamentos/ org. Julio Ricardo Quevedo dos Santos – Santa Maria, Editora Caxias. 2016.**

SILVA, Fiana Piltz da. *A Contribuição do Patrimônio Arquitetônico na Qualidade Visual do Entorno da Praça Pinheiro Machado – Santo Ângelo/RS*. Orientação Caryl Eduardo Javanovich Lopes. UFSM. 2020.

TAMAZO, Izabela. *Expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios*. Goiânia, s.n. 2002.

THEISEN, Álvaro Medeiros de Farias. *Inventário do Povo de Santo Ângelo, 1778*. Abril de 2020.

TILLY, Charles. *Os movimentos sociais como política*. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Pg.133-160. Brasília, janeiro-julho de 2010.

VITOR, Amilcar Guidolim. *A Coluna Prestes em Santo Ângelo/RS: Recorrendo-se ao passado para erigir um patrimônio*. **Dissertação de mestrado**. UFSM, Santa Maria. 2012.

VITOR, Amilcar Guidolim; Dos SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. *A Construção social do Patrimônio Cultural através do processo de produção de representações sociais*. **Revista História em Reflexão**. Vol.5 n10, UFGD- Dourados, jul/dez 2011.

VITOR, Amilcar Guidolim; Dos SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. *O patrimônio cultural em Santo Ângelo/RS: entre o passado da missão jesuítico-indígena e as tensões da Coluna Prestes*. **Revista memória em rede**. Pelotas. 2019.

VITOR, Amilcar Guidolim; Dos SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. *Este Patrimônio é nosso! Educação Patrimonial no Memorial Coluna Prestes Santo Ângelo/RS*. In: Santo Ângelo em Foco: Ensaio sobre memória e patrimônio cultural. Org. Juliani Borchardt, Darlan Mamann Marchi e Amilcar Guidolim Vitor.2018

VITOR, Amilcar Guidolim et al. *Obituário Edificado: as Perdas Referenciais na Paisagem Urbana de Santo Ângelo*. EMiCult. 2016.

WEBER, Max. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo, Ática, 2006.

ZANIRATO, Silva Helena. Usos sociais do Patrimônio Cultural e Natural. *Revista Patrimônio e Memória*. UNESP v5, n1 p.137-152. Out.2009

ANEXO A -Levantamento de imóveis de interesse patrimonial baseado em revisão bibliográfica.

Nº	Nome	Período	Endereço	Lei 151	Documentos
1	Museo Municipal Dr. José Olavo Machado	XIX	Rua Antônio Manuel esq. Rua Antunes Ribas	tombado	Mutter, 2012. p77/136; Bones et al, 2016 p8-9; Silva, 2020p.67.
2	Antiga Estação Férrea -Gare	XX	Avenida Brasil, 2365	Tombado *IPHAE – Portaria	Mutter, 2012. p173 Vítor, 2019.
3	Prefeitura Municipal de Santo Ângelo	XX	Rua Antônio Manoel esq. Rua Antunes Ribas	Tombado	Mutter, 2012. p216; Bones et al, 2016. p8-9
4	Moto Peursi	XIX	Antunes ribas, 1034	GP1	Mutter, 2012. p78/139; Silva, 2020. p63.
5	Residência Reis Sabo	XIX	Marques do Herval, 1215	GP1	Mutter, 2012. p142; Bones et al, 2016 p8-9
6	Igreja Metodista	XX	Rua Três de Outubro, 374/400	GP1	Lei 151/2015
7	Hotel Avenida	XX	Avenida Brasil, nº1178	GP1	Mutter, 2012. p189; Bones et al, 2016 p8-9
8	Estação Férrea do Comandaí	XX	Distrito Comandaí	GP1	Mutter, 2012. p187

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com Lei 151/2015:

GP1 – Grau de Preservação 1

GP2 – Grau de Preservação 2

GP3 – Grau de Preservação 3

ANEXO A-Levantamento de imóveis de interesse patrimonial baseado em revisão bibliográfica.

Nº	Nome	Período	Endereço	Lei 151	Documentos
9	Hotel do Comércio	XX	Av. Brasil, nº 1176/ 1178	GP1	Mutter, 2012. p.193; Lei 151/2015
10	Farmácia Licht	XX	Marques do Herval, 1061	GP1	Mutter, 2012. p.197; Bones et al, 2016. p.8-9; Silva, 2020. p.57; Lei 151/2015
11	Catedral Angelopolitana	XX	Rua Antônio Manoel s/n	GP1	Mutter, 2012. p.214; Lei 151/2015
12	Igreja Comunidade Luterana Sião	XX	Rua 15 de Novembro, 1936	GP1	Lei 151/2015
13	Colégio Terezza Verzeri	XX	Av. Getúlio Vargas, 1694	GP1 *IPHAE – Portaria nº	Lei 151/2015
14	Caixa d'agua Bairro Pipi	XX	Rua Ulisses s/n	GP1	Lei 151/2015
15	Santuário de Schoenstatt	XX	Distrito da Buriti, km1	GP1	Lei 151/2015
16	Antigo Bar Continental	XIX	Rua Marechal Floriano, 1060 esq. Rua Antônio Manuel	GP2	Mutter, 2012. p146; Lei 151/2015
17	Skinão Lanches/Tenda da terra	XIX	Marques do Herval, 1100	GP2	Mutter, 2012. p147; Silva, 2020. p.55; Lei 151/2015
18	Nacional/ Antiga Souza Cruz e Complexo Adhara	XX	Rua Florencio de Abreu s/n	GP2	Mutter, 2012. p.149; Lei 151/2015

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com Lei 151/2015:

GP1 – Grau de Preservação 1 GP2 – Grau de Preservação 2 GP3 – Grau de Preservação 3

ANEXO A-Levantamento de imóveis de interesse patrimonial baseado em revisão bibliográfica.

Nº	Nome	Período	Endereço	Lei 151	Documentos
19	Colégio Marista	XX	Av. Venâncio Aires	GP2	Lei 151/2015
20	Antiga Residência Ditz	XX	Rua dos Andradas, 959	GP2	Mutter, 2012. p159; Lei 151/2015
21	Sede CEEE alemã	XX	Rua 14 de Novembro esq. Rua Duque de Caxias	GP2	Mutter, 2012. p162; Bones et al, 2016 p8-9; Lei 151/2015
22	Escritório de Advocacia	XX	Rua Antunes Ribas, 1169	GP2	Lei 151/2015
23	Sobrado 1920	XX	Marquês do Herval, 929 esq. com Rua Bento Gonçalves	GP2	Mutter, 2012. p175; Bones et al, 2016 p8-9; Silva, 2020. p.60; Lei 151/2015
24	Antiga Algodoeira Sulriograndense Ltda	XX	Rua Marquês de Tamandaré esq. Rua Marquês do Herval	GP2	Mutter, 2012. p177; Lei 151/2015
25	Residência Pedro Osório /Prefa	XX	Rua Antunes Ribas nº 1096	GP2	Mutter, 2012. p.182; Lei 151/2015
26	Clube 28 de Maio	XX	Rua Três de Outubro, 500	GP2	Lucca, 2015; Lei 151/2015
27	IECLB -Igreja do Relógio	XX	Rua dos Andradas, sn	GP2	Lei 151/2015

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com Lei 151/2015:

GP1 – Grau de Preservação 1 GP2 – Grau de Preservação 2 GP3 – Grau de Preservação 3

ANEXO A-Levantamento de imóveis de interesse patrimonial baseado em revisão bibliográfica.

Nº	Nome	Período	Endereço	Lei 151	Documentos
28	Casa Willy Gatz e Hospital Dr. Gatz	XX	Rua dos Andradas: da Rua Antunes Ribas até Rua Marques do Herval	GP2	Mutter, 2012. p.211; Vítor et al,2016. p.10; Rieck et al, 2017 p.9 Marchi,2009; Lei 151/2015
29	Sec. Municipal de Educação	XX	Rua Antônio Manoel, 1414	GP2	Lei 151/2015
30	Bazar Missões	XX	Rua Antunes Ribas 964	GP2	Silva, 2020. p.63 ; Lei 151/2015
31	Seminário Sagrada Família	XX	Via Salette, s/n	GP2	Mutter, 2012. p.221; Lei 151/2015
32	Colégio Onofre Pires	XX	Rua Bento Gonçalves, 841	GP2	Silva, 2020. p.62; Lei 151/2015
33	Câmara de Vereadores	XX	Rua Antunes Ribas, s/n	GP2	Lei 151/2015
34	ACISA	XX	Rua Venancio Aires, 1615	GP2	Lei 151/2015
35	Residência Nascimento	XX	Rua Antônio Manoel, 700	GP2	Lei 151/2015
36	MP - Procuradoria	XX	Rua Barão de Santo Ângelo, 1101	GP2	Lei 151/2015
37	Jardim Municipal Bem me quer	XX	Praça Leônidas Ribas	GP2	Lei 151/2015
38	URI - Redondo	XX	Av. Universidade das Missões, URI464	GP2	Lei 151/2015

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com Lei 151/2015:

GP1 – Grau de Preservação 1 GP2 – Grau de Preservação 2 GP3 – Grau de Preservação 3

ANEXO A-Levantamento de imóveis de interesse patrimonial baseado em revisão bibliográfica.

Nº	Nome	Período	Endereço	Lei 151	Documentos
39	Hospital Nossa Senhora de Lourdes	XX	Rua Antônio Manoel, 1189	GP2	Lei 151/2015
40	Casa Californiana	XX	Rua Sete Setembro, 1194	GP2	Lei 151/2015
41	Casa colonial 01	XX	Marques do Herval, 866	GP3	Mutter, 2012. p151
42	Casa colonial 02 /edifício	XX	Marque do Herval 848	GP3	Mutter, 2012. p152
43	Casa colonial 03	XX	Marechal Floriano, 711	GP3	Mutter, 2012. p154
44	Escritório de Representação Comercial	XX	Marques do Herval 1045	GP3	Mutter, 2012. p155; Fiamma, 202p.60; Lei 151/2015
45	Antigo Correio	XX	Marques do Herval 1200 esq. Trv. Augusto Nascimento e Silva	GP3	Mutter, 2012. p157; Lei 151/2015
46	Cel Service - Nokia/Amigo pet	XX	Rua Marechal Floriano, 1040	GP3	Mutter, 2012. p165; Lei 151/2015
47	Lojas Farroupilha	XX	Rua 25 de Julho esq.com Rua Marques do Herval	GP3	Mutter, 2012. p169; Lei 151/2015

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com Lei 151/2015:

GP1 – Grau de Preservação 1

GP2 – Grau de Preservação 2

GP3 – Grau de Preservação 3

ANEXO A-Levantamento de imóveis de interesse patrimonial baseado em revisão bibliográfica.

Nº	Nome	Período	Endereço	Lei 151	Documentos
48	Ótica Regional	XX	Rua Marechal Floriano, 1246	GP3	Mutter, 2012. p171; Lei 151/2015
49	Cinema Avenida	XX	Avenida Brasil, 1039	GP3	Riek, 2017. p12; Lei 151/2015
50	Conjunto Casa Franke - Calçadão Lanches	XX	Rua 25 de Julho, 575 Rua Marechal Floriano, 1258/ 1260/ 1262.	GP3	Mutter, 2012. p180; Lei 151/2015
51	Hotel Brasil	XX	Rua Marechal Floriano, 1400	GP3	Mutter, 2012. p181; Bones et al, 2016. p8-9; Lei 151/2015
52	Escritório de Engenharia/JR Produções	XX	Rua 7 de Setembro, 1093	GP3	Mutter, 2012. p205; Lei 151/2015
53	Casa de Chá Frau Hintz	XX	Rua Marechal Floriano, 1061 esq. com Rua Antônio Manoel	GP3	Mutter, 2012. p207; Bones et al, 2016 p8-9; Lei 151/2015
54	Sobrado Antigo Hotel Moderno	XX	Rua Florêncio de Abreu, 1600 esq. Rua Andradas	GP3	Mutter, 2012. p209; Lei 151/2015

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com Lei 151/2015:

GP1 – Grau de Preservação 1

GP2 – Grau de Preservação 2

GP3 – Grau de Preservação 3

ANEXO A-Levantamento de imóveis de interesse patrimonial baseado em revisão bibliográfica.

Nº	Nome	Período	Endereço	Lei 151	Documentos
55	Conjunto Antiga rodoviária	XX	Av. Brasil, 1285/ 1296/ 1306	GP3	Lei 151/2015
56	Radio Santo Ângelo	XX	Av. Brasil, 1797	GP3	Lei 151/2015
57	Kempers Haus	XX	Rua Marques do Herval, 1763	GP3	Lei 151/2015
58	Cine Cisne	XX	Rua Marques do Herval, 1604	GP3	Lei 151/2015
59	Padaria da Mama	XX	Trv. Mauá, 112	GP3	Lei 151/2015
60	Polícia Civil	XX	Rua Venancio Aires, 1988	GP3	Lei 151/2015
61	Casa Construtora Santo-angelense	XX	Av. Getúlio Vargas, 1789	GP3	Lei 151/2015
62	Antigo Clube Gaúcho	XX	Rua Bento Gonçalves esq. Rua Marques do Herval	-	Vitor et al, 2016. p11.
63	Residência Dable / Banco Itaú	XX	Rua dos Andradas esq. Rua Marechal Floriano	-	Reick et al, 2017 p 10.
64	Cine Teatro Municipal	XX	Rua Marques do Herval esq. Rua 25 de Julho	-	Reick et al, 2017 p 11.

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com Lei 151/2015:

GP1 – Grau de Preservação 1 GP2 – Grau de Preservação 2 GP3 – Grau de Preservação 3

ANEXO A-Levantamento de imóveis de interesse patrimonial baseado em revisão bibliográfica.

Nº	Nome	Período	Endereço	Lei 151	Documentos
66	Rodeio das Pilchas	XX	Rua Marechal Floriano esq. com Rua Tiradentes	-	Mutter, 2012. p167.
67	Residência Vittori	XX	Rua Marquês de Tamandaré, 1131	-	Mutter, 2012. p172.
68	Residência Silva	XX	Travessa Augusto Nascimento e Silva, 64	-	Mutter, 2012. p183
69	Ferragens Rio Branco	XX	Avenida Brasil, esq. Avenida Venâncio Aires	-	Mutter, 2012. p186
70	Antigo Banco da província	XX	Rua Marques do Herval esq. Avenida Brasil	-	Mutter, 2012. p187 Rieck, 2017. p11.
71	Antigo Colégio Centenário	XX	Rua Quinze de Novembro, 1750	-	Mutter, 2012. p195; Bones et al, 2016 p8-9.
72	Sobrado 1924	XX	Rua Florêncio de Abreu, esq. Rua Antônio Manoel	-	Mutter, 2012. p199; Vitor et al 2016 p6; Vitor,2012 p.86.

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com Lei 151/2015:

GP1 – Grau de Preservação 1

GP2 – Grau de Preservação 2

GP3 – Grau de Preservação 3

ANEXO A-Levantamento de imóveis de interesse patrimonial baseado em revisão bibliográfica.

Nº	Nome	Período	Endereço	Lei 151	Documentos
73	Residência Schorn	XX	Rua três de outubro, 505	-	Mutter, 2012. p201
74	Antiga Tabacaria avenida	XX	Rua três de outubro, nº 501	-	Mutter, 2012. p203
75	Casas Geminadas	XX	Florêncio de Abreu, 1518/ 1526	-	Mutter, 2012. p213
76	Casa família Franke-Bier	XX	Av. Marechal Floriano, 1253.	-	Mutter, 2012. p218
77	Centro Histórico	Tombamento revogado pelo IPHAE			

Fonte: Elaboração Própria

Legenda:

	Perda total do imóvel
	Perda parcial do imóvel
	Descaracterização e/ou Má conservação
	Conservado
	Revogado

De acordo com Lei 151/2015:

GP1 – Grau de Preservação 1

GP2 – Grau de Preservação 2

GP3 – Grau de Preservação 3

ANEXO B – Imóveis Tombados – Estado de Conservação Incongruente com sua Categoria.

Nº	Nome	Período	Lei 151	Conservação atual	Ano - Conservação, segundo:	
1	Museo Municipal Dr. José Olavo Machado	XIX	tombado	2021/2022 - Descaracterização e/ou Má conservação	2012 - Conservado	Mutter, 2012. p77/136;
2	Antiga Estação Férrea - Gare	XX	Tombado *IPHAE – Portaria	2021/2022 - Descaracterização e/ou Má conservação	2012 - Conservado	Mutter, 2012. p173

Fonte: Elaboração Própria

Legenda:

	Perda total do imóvel
	Perda parcial do imóvel
	Descaracterização e/ou Má conservação
	Conservado
	Revogado

ANEXO C – Imóveis GP1 – Estado de Conservação Incongruente com sua categoria.

Nº	Nome	Período	Lei 151	Conservação atual	Ano - Conservação, segundo:	
4	Moto Peursi	XIX	GP1	2021/2022 - Descaracterização e/ou Má conservação	2012 - Descaracterização e/ou Má conservação	Mutter, 2012. p78/139;
8	Estação Férrea do Comandaí	XX	GP1	2021/2022 - Descaracterização e/ou Má conservação	2012 - Conservado	Mutter, 2012. p187
9	Hotel do Comércio	XX	GP1	2019 - Perda Total	2012 - Descaracterização e/ou Má conservação	Mutter, 2012. p193.
10	Farmácia Licht	XX	GP1	2021/2022 - Descaracterização e/ou Má conservação	2012 - Descaracterização e/ou Má conservação	Mutter, 2012. p197;

Fonte: Elaboração Própria

ANEXO D – Imóveis GP2 – Estado de Conservação Incongruente com sua categoria.

Nº	Nome	Período	Lei 151	Conservação atual	Ano – Conservação, segundo:	
16	Antigo Bar Continental	XIX	GP2	2021/2022 - Descaracterização e/ou Má conservação	2012 - Descaracterização e/ou Má conservação	Mutter, 2012. p146
17	Skinão Lanches/Tenda da terra	XIX	GP2	2021/2022 - Descaracterização e/ou Má conservação	2012 - Descaracterização e/ou Má conservação	Mutter, 2012. p147; Silva, 2020. p55.
18	Nacional/ Antiga Souza Cruz e Complexo Adhara	XX	GP2	2021/2022 - Descaracterização e/ou Má conservação	2012 - Preservado	Mutter, 2012. p149
20	Antiga Residência Ditz	XX	GP2	2018/2019 - Perda Total	2012 - Descaracterização e/ou Má conservação	Mutter, 2012. p159

Fonte: Elaboração Própria

ANEXO D – Imóveis GP2 – Estado de Conservação Incongruente com sua categoria.

Nº	Nome	Período	Lei 151	Conservação atual	Ano – Conservação, segundo:	
23	Sobrado 1920	XX	GP2	2021/2022 - Descaracterização e/ou Má conservação	2012 - Descaracterização e/ou Má conservação	Mutter, 2012. p175;
24	Antiga Algodoeira Sulriograndense Ltda	XX	GP2	2021/2022 - Descaracterização e/ou Má conservação	2012 - Preservado	Mutter, 2012. p177.
26	Clube 28 de Maio	XX	GP2	2021/2022 - Perda Parcial	2014/2015 - Perda Parcial	Lucca, 2015.
28	Casa Willy Gatz e Hospital Dr. Gatz	XX	GP2	2021/2022 - Perda Parcial	2005 - Perda Parcial	Mutter, 2012. p211; Vitor et al p10; Rieck et al 2017 p9 Marchi,2009.
29	Sec. Municipal de Educação	XX	GP2	2021/2022 - Descaracterização e/ou Má conservação	registro prévio não encontrado	registro prévio não encontrado

Fonte: Elaboração Própria

ANEXO D – Imóveis GP2 – Estado de Conservação Incongruente com sua categoria.

Nº	Nome	Período	Lei 151	Conservação atual	Ano – Conservação, segundo:	
30	Bazar Missões	XX	GP2	2021/2022 - Descaracterização e/ou Má conservação	2020 - Descaracterização e/ou Má conservação	Silva, 2020. p63.
32	Colégio Onofre Pires	XX	GP2	2020 - Descaracterização e/ou Má conservação	2020 - Preservado	Silva, 2020. p62
34	ACISA	XX	GP2	2020 - Descaracterização e/ou Má conservação	registro prévio não encontrado	registro prévio não encontrado
39	Hospital Nossa Senhora de Lourdes	XX	GP2	2020 - Descaracterização e/ou Má conservação	registro prévio não encontrado	registro prévio não encontrado

Fonte: Elaboração Própria

ANEXO E – Imóveis GP3 – Estado de Conservação Incongruente com sua categoria.

Nº	Nome	Período	Lei 151	Conservação atual	Ano - Conservação, segundo:
51	Hotel Brasil	XX	GP3	2018 - Perda Total	2012 - Preservado Mutter, 2012. p181; Bones et al, 2016. p8-9.

Fonte: Elaboração Própria

ANEXO F – Imóveis que só tiveram levantamento realizado – Estado de Conservação: Perda Total ou Parcial

Nº	Nome	Período	Endereço	Lei 151	Ano de demolição	Documentos
62	Antigo Clube Gaúcho	XX	Rua Bento Gonçalves esq. Rua Marques do Herval	-	1960-1970	Vitor et al, 2016. p11.
63	Residência Dable / Banco Itaú	XX	Rua dos Andradas esq. Rua Marechal Floriano	-	1980-1990	Reick et al, 2017 p 10.
64	Cine Teatro Municipal	XX	Rua Marques do Herval esq. Rua 25 de Julho	-	1984	Reick et al, 2017 p 11.
66	Rodeio das Pilchas	XX	Rua Marechal Floriano esq. com Rua Tiradentes	-	2013-2020	Mutter, 2012. p167.
72	Sobrado 1924	XX	Rua Florêncio de Abreu, esq. Rua Antônio Manoel	-	2005	Mutter, 2012. p199; Vitor et al 2016 p6; Vitor, 2012 p.86.
76	Casa família Franke-Bier	XX	Av. Marechal Floriano, 1253.	-	2020-2023	Mutter, 2012. p218

Fonte: Elaboração Própria

Imóveis que só tiveram levantamento realizado – Estado de Conservação: Descaracterização ou Má Conservação

Nº	Nome	Período	Endereço	Lei 151	Documentos
67	Residência Vittori	XX	Rua Marquês de Tamandaré, 1131	-	Mutter, 2012. p172.
69	Ferragens Rio Branco	XX	Avenida Brasil, esq. Avenida Venâncio Aires	-	Mutter, 2012. p186
70	Antigo Banco da província	XX	Rua Marques do Herval esq. Avenida Brasil	-	Mutter, 2012. p187 Rieck, 2017. p11.
73	Residência Schorn	XX	Rua três de outubro, 505	-	Mutter, 2012. p201
74	Antiga Tabacaria avenida	XX	Rua três de outubro, nº 501	-	Mutter, 2012. p203

Fonte: Elaboração Própria

Imóveis que só tiveram levantamento realizado – Estado de Conservação: Revogados

Nº	Nome	Período	Endereço	Lei 151	Documentos
77	Centro Histórico		Tombamento revogado pelo IPHAE		

Fonte: Elaboração Própria